



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Lara Nunes Limberger

Desdobramentos históricos de intolerância religiosa e desafios no combate ao conservadorismo frente à necessidade atual de luta pela laicidade

Brasília, 2018



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Lara Nunes Limberger

Desdobramentos históricos de intolerância religiosa e desafios no combate ao conservadorismo frente à necessidade atual de luta pela laicidade

Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social apresentado para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade de Brasília, sob orientação da Prof^ª Isabela Ramos Ribeiro.

Brasília, 2018



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Lara Nunes Limberger

Desdobramentos históricos de intolerância religiosa e desafios no combate ao conservadorismo frente à necessidade atual de luta pela laicidade

Banca Examinadora:

Profª Mª. Isabela Ramos Ribeiro

Orientadora SER/UnB

Profª Karen Santana de Almeida Vieira

SER/UnB

Amanda Correia Lima

Membro Externa

Agradecimentos

Pensava não conseguiria concluir o trabalho e muito menos chegar na parte dos agradecimentos. Diversas dificuldades no caminho, desde desânimo, o computador estragar diversas vezes e ainda a mania de sempre querer “abraçar o mundo” e nunca achar que meu trabalho estava bom o suficiente, finalmente foi possível chegar ao fim.

Agradeço a espiritualidade que me ampara e que me inspirou e me inspira sempre a crer sem deixar de ter racionalidade. Agradeço ao universo, a grande Mãe, Gaia, mãe terra por me sustentar nesse tempo e espaço e ter permitido que eu chegasse até aqui. Agradeço a meus /minhas antepassados/as, todos que vieram antes de mim e sofreram para que eu pudesse estar aqui, agradeço aos anjos, deuses, Krishna, Shiva, Ganesha, guias e mestres espirituais, orixás, pretos velhos, caboclos, exus, todos os seres espirituais que refletem uma única luz.

Agradeço a todos os meus familiares por acreditarem em mim, aos meus pais, que tanto amo, por tudo que sempre fizeram por mim, por terem me dado condições para que me dedicasse aos estudos e por terem me criado de uma maneira universalista, com ampla visão de mundo me apresentando diversas maneiras de expressar a espiritualidade. Agradeço aos meus irmãos Luana e Samuel por tudo. Agradeço também a Igreja Flor de Cristo, por ter aprendido tanto neste local e com estas pessoas. E a mãe Ayahuasca, por todas as forças e bênçãos concedidas.

Agradeço ao Serviço Social e a todos os professores que tive, que me ensinaram a enxergar o mundo de uma maneira mais crítica e compreender coisas que eu demoraria muito para entender caso não tivesse ingressado no curso. Me sinto muito feliz em estar prestes a concluir esse curso que tanto ensina sobre o respeito as diversidades e a necessidade da luta política. Agradeço também minha orientadora Isabela Ramos, por toda a paciência envolvida, por me ajudar a acreditar que eu seria capaz. Agradeço minha amiga e companheira de curso Jéssika Larissa, que influenciou para que eu escolhesse o curso de Serviço Social, agradeço também as minhas companheiras de curso Laís e Tarsila por terem me dado forças principalmente nessa etapa final (a mais difícil pra mim). E pelos momentos que passamos juntas e aprendizados.

Agradeço a minha namorada Isabel Rodrigues por ter apresentado o tcc antes de mim, sendo motivo de orgulho para eu perceber que seria capaz. Obrigada também pela paciência e amparo neste tempo de dedicação, pelo companheirismo na vida e no Serviço Social, por todas as inspirações para este trabalho e pelo tempo que estamos juntas.

Agradeço a todos que não foram citados mas sabem que me auxiliaram no processo durante a formação na UnB e neste trabalho de conclusão.

“A terra onde pisamos carrega a informação de todos nossos ancestrais. Ela absorve todas as nossas histórias quando a ela retornamos. Do pó, vieste ao pó voltarás....

Caminhamos sobre todos os mapas, pisamos nossos pés no solo sagrado dos restos mortais de todos que por aqui passaram. A terra contém toda sabedoria de todas as tribos e clãs e nela se mantém os mapas desenhados pelos pés dos que vieram antes de nós por essas paisagens e deixaram aqui inexoravelmente o livro de sua trajetória. Solo sagrado. Livro sagrado feito de pó.

Histórias que pulsam sob nós e com o vento são levadas por continentes e seus no contos soprados nos ouvidos atentos dos que ainda se mantém conectados com as sagradas medicinas dos elementos.

Quando caminhamos atentos ao solo que tocamos, podemos ouvir os anciões nos contando histórias de suas vidas, marcando o solo de nossos pés com o selo dos que se rendem ao serviço de passar adiante as sabedorias.

Render-se à terra. Curvar-se perante toda lenda ancestral. Saber-se finito na imensidão infinita do tempo...

A terra é uma "pessoa" que une todas as pessoas e tem alma...essa alma agrega todas as almas que formam a Unidade.

Cuidar da terra, do solo que pisamos e "pisam" todos os seres vivos...é cuidar de tudo o que fomos, somos e seremos. É cuidar do quadro vivo de nossas histórias, que é pintado diariamente por nossas escolhas, conscientes ou não. A terra em que pisamos...a matéria da qual somos feitos e pra onde certamente retornaremos.

Honrar a terra é honrar a todos que passaram por ela e aqui deixaram registradas todas suas histórias"

Rose Kareemi Ponce

Resumo

Esse trabalho tem como objetivo identificar a relação do conservadorismo e da intolerância religiosa com a constituição histórica do capitalismo no Brasil, estruturado sob as bases do patriarcado e do racismo. Para isso, busca abordar a religião, sua importância na constituição dos seres humanos e também seu aspecto alienante no capitalismo. Pretende-se compreender como a religião cristã tornou-se hegemônica, extinguindo os antigos cultos à divindades femininas presentes nos períodos pré-históricos. E para manter a hegemonia, continuou dizimando tudo o que não fosse cristão, como as bruxas na Europa e os nativos latino-americanos durante a colonização, assim como suas religiosidades. Identificou-se que no Brasil, mesmo com a hegemonia cristã, a religiosidade uniu aspectos de religiosidades indígenas e africanas, culminando em um sincretismo muito próprio. Na atual conjuntura valores morais conservadores doutrinários vem à tona, inclusive em âmbito legal. Conclui-se que é relevante reconstruir historicamente a diversidade religiosa que constituiu o Brasil para perceber a importância da laicidade em uma conjuntura em que projetos políticos de cunho doutrinário estão em vigor, por meio da moralização de debates em torno da família, homossexualidade, aborto, intolerância religiosa, que muitas vezes são realizados de maneira superficial. A metodologia adotada para tal objetivo consiste em revisão bibliográfica e análise documental, a partir do levantamento de projetos de lei e notícias de intolerância religiosa. Buscou-se, por fim, demonstrar a importância de profissões como o Serviço Social e movimentos sociais para enfrentar e combater o preconceito, racismo, machismo, LGBTfobia e o avanço do conservadorismo.

Palavras chaves: Religião, Mulher, Patriarcado, Racismo, Intolerância Religiosa, Conservadorismo, Laicidade, Diversidade religiosa, Direitos Humanos.

Abstract

This paper aims to identify the relationship between conservatism and religious intolerance with the historical constitution of capitalism in Brazil, structured on the basis of patriarchy and racism. For this, it seeks to approach religion, its importance in the constitution of human beings and also its alienating aspect in capitalism. It is intended to understand how the Christian religion has become hegemonic, extinguishing the ancient cults to the feminine deities present in the prehistoric periods. And to maintain his hegemony, he continued to decimate anything that was not a Christian, like the witches in Europe and the Latin American natives during the colonization, as well as their religiosities. It was identified that in Brazil, even with Christian hegemony, religiosity united aspects of indigenous and African religions, culminating in a very own syncretism. In the current conjuncture, conservative moral values doctrines are brought up, including Evangelical Christian groups. The importance of remembering the religious diversity that constituted Brazil is to understand the importance of secularism in a context in which political projects of a doctrinal nature are in place, and debates such as: family, homosexuality, abortion, religious intolerance are carried out superficially. The methodology adopted for this purpose consists of a bibliographical review, in addition to law projects and news concerning religious intolerance. The aim was to realize the importance of careers such as Social Workers and also the relevance of social movements to confront and combat prejudice, sexist, homophobia and the advance of conservatism.

Keywords: Religion, Woman, Patriarchy, Racism, Religious Intolerance, Conservatism, Secularism, Diversity Religious, Human Rights.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – AS RELIGIÕES E A HEGEMONIA DO CRISTIANISMO	14
1.1 A NATUREZA DA RELIGIÃO	15
1.2 A CRISTANDADE COMO UM MODELO DE PODER	20
1.3 AS BRUXAS NA EUROPA	23
1.4 FORMAÇÃO RELIGIOSA NA AMÉRICA LATINA	27
1.5 FORMAÇÃO RELIGIOSA NO BRASIL.....	31
CAPÍTULO 2 – A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NO CAPITALISMO	44
1.1 EM RELAÇÃO A IDEOLOGIA, MORAL E ÉTICA	45
1.2 EM RELAÇÃO A EXPRESSÕES DE MORALIDADE.....	50
CAPÍTULO 3 – ATUAL TENDÊNCIA CONSERVADORA E RESISTÊNCIAS.....	63
1.1 EXPRESSÕES ATUAIS DO CONSERVADORISMO NO BRASIL	64
1.2 DESAFIOS ATUAIS NA RESISTÊNCIA AO CONSERVADORISMO.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é identificar a relação do conservadorismo e da intolerância religiosa com a constituição histórica do capitalismo no Brasil, que se estruturou sob as bases do patriarcado e do racismo. Partindo da hipótese de que a maneira como se estruturou o Brasil, influenciaria nas atuais manifestações conservadorismo, que se baseiam em atitudes dotadas de: intolerância religiosa, sexismo e racismo.

A justificativa para este estudo seriam valores morais conservadores doutrinários que na atual conjuntura vem à tona, inclusive em âmbito legal. Desta maneira, percebi a relevância de que reconstruir historicamente a diversidade religiosa que constituiu o Brasil para perceber a importância da laicidade em uma conjuntura em que projetos políticos de cunho doutrinário estão em vigor, por meio da moralização de debates em torno da família, homossexualidade, aborto, intolerância religiosa, que muitas vezes são realizados de maneira superficial.

A metodologia utilizada para este trabalho foi revisão bibliográfica e análise documental, a partir do levantamento de projetos de lei e notícias de intolerância religiosa. Busca-se por meio da revisão bibliográfica, compreender a temática da religião para os seres humanos, a questão da caça às bruxas para referenciar um genocídio de ordem religiosa que aconteceu no contexto europeu, e a formação religiosa na América Latina e no Brasil, que também se deu baseada na violência. A partir da compreensão de como se deu a formação religiosa, são constatadas algumas manifestações de conservadorismo: relacionadas a mulher, família, homossexualidade e intolerância religiosa (levando em consideração que estas são apenas algumas manifestações do conservadorismo). Para materializar essa premissa de que o passado possui relação com o atual conservadorismo, no terceiro capítulo foram apresentados projetos de lei que contenham algum tipo de moralidade doutrinária, e notícias, para demonstrar como esse conservadorismo e intolerância religiosa se expressam no Brasil contemporâneo. E além disso, revisão bibliográfica apontando o papel do Serviço Social e movimentos sociais na luta contra o conservadorismo.

O interesse de estudar o tema de religiões e intolerância religiosa, para mim, surgiu após ter vivenciado experiência de estágio no terceiro setor, em uma Instituição religiosa que realizava abordagem social com pessoas em situação de rua, usuárias de álcool e drogas. Esses usuários eram encaminhados para Comunidades Terapêuticas que realizava tratamentos com base na fé. A instituição em si tinha sua ação pautada no caráter assistencialista, através do favor e benevolência. E a percepção da religiosidade foi algo que me impressionou bastante. O

fato de estudar no curso de Serviço Social sobre direitos, laicidade e me deparar na realidade com assistentes sociais trabalhando no encaminhamento de usuários para instituições religiosas, devido à falta de alternativas por insuficiência de organizações públicas. Não será tratado neste trabalho acerca das comunidades terapêuticas, porém é preciso pontuar que essa vivência de estágio foi fundamental para que eu percebesse na prática manifestações do conservadorismo na sociedade, e despertasse para a busca do conhecimento deste objeto de estudos. Ao perceber manifestações de conservadorismo no Brasil foi possível constatar a influência deste para que laicidade não seja respeitada e assegurada enquanto direito.

Além disso em um trabalho onde abordo a religião, é necessário considerar que em relação à religião, comungo o chá Ayahuasca desde meus 13 anos, também conhecido pelos índios como Yagé e para os tradicionalistas, Daime ou Vegetal. Chá preparado com duas plantas sagradas da Amazônia, as folhas chacrona ou rainha (*psychotria viridis*) e o Cipó mariri ou jagube (*Banisteriopsis caapi*). O chá para aqueles que desconhecem, é chamado de alucinógeno, porém esse termo considerado pejorativo, pois designa uma alucinação. O termo correto a ser utilizado é enteógeno¹, pois trata-se de um sacramento considerado sagrado para aqueles que utilizam. O uso da Ayahuasca é permitido de maneira ritualística pela Conad (Conselho Nacional de Políticas sobre drogas). Dentro do que acredito, me considero universalista, não creio em uma verdade única, mas em verdades. Valido todas as manifestações religiosas que se baseiem no amor, desconsiderando aquelas que se pautem no ódio ou aversão a outras crenças. Aprecio estudar a diversidade religiosa existente, e de compreender mais sobre as tradições, reconheço o valor da diversidade e a contribuição para a riqueza cultural do Brasil.

Eu reconheço meus privilégios como mulher branca de classe média alta, reconheço meu lugar de fala e não pretendo falar por nenhuma categoria oprimida, por justamente reconhecer meu lugar e saber que existem opressões que não vivenciei. Não pretendo com esse trabalho realizar juízo de valor sobre fé, partindo do pressuposto de que cada sujeito possui a liberdade de ter a crença que desejar ou não ter crença nenhuma. Pretendo apenas discorrer sobre os impactos coletivos que podem ser causados pela dominância de determinadas crenças na esfera pública de um país que se pauta legalmente pelo Estado laico, mais precisamente através de projetos de lei que afetam diretamente, liberdades individuais e refletem uma visão

¹ Os Enteógenos são substâncias que nos colocam em contato com o sagrado[...]expandindo nossa consciência e nos levando a níveis de percepções inacessíveis nos estados normais. AKIYAMA. Viviane. **Enteógeno x Alucinógeno**. Maio de 2015 Disponível em: <https://vivisawaking.blogspot.com/2015/05/enteogeno-x-alucinogeno.html> (Acesso em 10 de Agosto de 2018)

moral, aumentando preconceitos e afetando: negros (as), adeptos de religiosidades afro-brasileiras, mulheres e LGBT's.

A relevância desse debate para o Serviço Social se dá, considerando as origens da profissão, fundada por mulheres, pautada nos ideais de caridade, interesses da igreja católica, e a posterior luta pela renovação da profissão e ruptura com conservadorismo, que iniciou-se nos anos 1960. O Serviço Social tendo rompido com o conservadorismo historicamente, tem um papel importante de luta contra a presença do conservadorismo moral na esfera pública, há uma necessidade de posicionamento da categoria profissional em prol da laicidade e da liberdade como valor ético-político.

Temos no Brasil marcas do patriarcalismo e do escravismo, inserindo-nos em uma cultura racista, sexista e intolerante religiosamente. É necessário perceber o valor da diversidade religiosa e que as religiões afro-brasileiras possam ter a liberdade aos seus cultos e ritos sem serem perseguidas, há também a necessidade de se respeitar a laicidade do Estado, sem querer impor uma crença em espaços públicos. É preciso pensar se as religiões estão promovendo reflexões críticas ou discriminação e exclusão a outras crenças diversas. Ainda mais na atual conjuntura de retrocessos nos direitos humanos, com destaque para a atuação da bancada evangélica, que vem confundindo valores morais religiosos com o campo das leis.

O primeiro capítulo será dividido em 5 partes: “A Natureza da Religião”; “A cristandade como um modelo de poder”; “As bruxas na Europa”; “Formação religiosa na América Latina”; “Formação religiosa no Brasil”. Inicialmente aborda-se a natureza da religião, a importância dela na constituição dos seres humanos e também o aspecto alienante. Serão tratadas as religiões primitivas e o culto às formas femininas.

Ainda que não existisse a escrita nos primórdios da humanidade, é possível apreender a religiosidade das sociedades primitivas através dos artesanatos e desenhos rupestres (PAIVA, 2017). A ideia de sagrado para povos primitivos eram atos da vida cotidiana: caçar, coletar alimentos e procriar. A arqueologia mostra que eram valorizadas formas femininas, ventres e seios volumosos (PAIVA, 2017) as sociedades eram baseadas em um sistema matrilinear, onde não havia a dominação de um sexo por outro (FAUR, 2003).

Posteriormente, como a cristandade se constituiu como um modelo de poder, associado ao capitalismo. De acordo com Faur (2003) guerras tornaram-se um modelo de dominação para o cristianismo, e trouxeram uma nova organização social. Logo as sociedades passaram de matrilineares para patrilineares, valorizando a superioridade masculina, o que refletiu-se

também na crença em um Deus homem, inclusive o poder da procriação que antes era atribuído a deusa. (FAUR, 2003)

Nessa nova sociedade as mulheres eram consideradas inferiores e deviam submissão aos homens. A Igreja aliançou-se aos governos para cristianizar a sociedade, essa união entre Igreja e Estado denomina-se Cristandade. (OLIVEIRA, 2011) Através da cristandade era possível estabelecer uma hegemonia social que se baseava na “vontade de Deus” assim legitimando interesses das classes dominantes, mantendo-as no poder. (OLIVEIRA, 2011). A religião cristã era fundamental para a coesão social, e os indivíduos buscavam por meio dela, obterem a salvação. (GOMES, 2002)

Todos que eram contrários as regras eram considerados hereges, pagãos, destituídos de direitos, devendo ser punidos, torturados excomungados. (OLIVEIRA, 2011). Assim ocorreu com as bruxas, que foram o primeiro símbolo que afrontou o catolicismo vigente.

Posteriormente então se abordará sobre o período de caça às Bruxas na Europa, atravessado por uma questão de gênero, com o extermínio de mulheres. A caça às bruxas foi uma manifestação de misoginia existente, e degradou a imagem das mulheres antes mesmo do advento do capitalismo. A Igreja possuía respaldo por lei para torturar aquelas mulheres que fossem consideradas bruxas.

Segundo Federici (2017) existem vários perfis de mulheres que eram acusadas como bruxas. As curandeiras, raizeiras, parteiras, mulheres que conheciam os ciclos, que tinham conhecimento de algumas práticas contraceptivas e abortivas eram as principais acusadas. A caça às bruxas foi uma maneira de distanciar as mulheres do conhecimento de seus próprios corpos e ciclos, alienando-as e tornando seus corpos alheios, e sua sexualidade amplamente perseguida. As mulheres deveriam procriar, as mulheres que não procriassem ou que desenvolvessem métodos contraceptivos, com certeza eram uma afronta ao sistema.

Tal período de opressão marcou a história das mulheres e influenciou nas relações de gênero e no local de submissão atribuído às mulheres, cabível inclusive de violações físicas, psicológicas. Refletiu-se no lugar atribuído as mulheres na sociedade, no que se espera das mulheres dentro da família, do casamento e na sociedade em relação à divisão sexual do trabalho. Às mulheres não cabe dizer o que pensam, cabe simplesmente servirem seus maridos, filhos, pais, ou seja, a esfera do lar. Marcadas pela estigmatização de estarem relacionadas ao cuidado, e o amor, realizando posteriormente, profissões que romantizam o papel da mulher.

O período de caça às bruxas na Europa relaciona-se com a colonização na América, pois neste período ampliou-se as crenças de que deveriam ser combatidas práticas consideradas “hereges”, e os povos originários latino-americanos tinham cultos totalmente desconhecidos e foram amplamente acusados de adorarem demônios, realizarem práticas pagãs (FEDERICI, 2017). Justificando que por terem crenças consideradas pagãs deveriam ser cristianizados e poderiam ser escravizados, violentados de inúmeras maneiras (as mulheres de maneira ainda mais extrema). Com isso é perceptível dizimação enfrentada por todos esses povos nativos e as bruxas na Europa. As religiões hegemônicas dominantes, exterminavam o que era diferente seja na América Latina ou no Contexto europeu.

O contexto da América Latina e do Brasil, a maneira como os povos originários tinham suas religiosidades, uma profunda relação com a terra, com a natureza, e como foram duramente convertidos ao cristianismo com a chegada dos espanhóis e portugueses. No Brasil o catolicismo foi imposto, e veio com os colonizadores, sendo considerada uma religião de Estado. A Igreja Católica marcou a cultura brasileira com as missões jesuíticas, outro fator marcante foi o passado escravocrata (MOLINA, Carta Capital, 2017).

Entretanto o catolicismo não permaneceu “puro” como no contexto Europeu, adaptou-se as circunstâncias, costumes, tradições de religiosidades indígenas e africanas e tornou-se algo híbrido, peculiar. É possível perceber uma diversidade religiosa no país desde sua origem. A importância de trazer à tona o contexto vivenciado na América e Brasil colônia, trata-se de perceber a pluralidade que constituiu os povos, lembrar as origens afro-indígenas e como as religiosidades desses povos mesclaram-se ao cristianismo trazido pelos europeus, convertendo-se num sincretismo muito próprio do Brasil.

O segundo capítulo “Influência da religião no capitalismo” será dividido em 2 partes, a primeira “Em relação a ideologia, moral e ética”; posteriormente “Em relação a expressões da moralidade”. Serão demonstradas as categorias expostas e os aspectos da moral cristã que encontram-se presentes na sociedade, em relação ao papel das mulheres, a valorização e sacralização da família, a condenação de orientações sexuais desviantes e a condenação da diversidade religiosa.

O terceiro capítulo “Atual tendência conservadora e resistências” será dividido em 2 partes: “Expressões atuais do conservadorismo no Brasil”; e “Desafios atuais na resistência ao conservadorismo”. Serão expostas expressões materiais do conservadorismo, com base em projetos de lei de cunho conservador sobre as temáticas: família, homossexualidade, aborto e

intolerância religiosa; que alimentam o ódio a diversidade, além disso serão citadas notícias que apontam para a existência de uma intolerância religiosa.

Por fim é preciso deixar claro que a importância desse trabalho consiste também em reafirmar a importância da laicidade. Lutar por um país laico significa lutar por direitos para minorias, além de incluir a luta pelo respeito a diversidade religiosa também inclui a luta para que as leis não reflitam princípios religiosos. Significa considerar família como uma diversidade que não necessariamente seja somente o núcleo homem e mulher, e assegurar ainda por lei que casais homossexuais tenham também o direito ao casamento; significa assegurar às mulheres o direito sobre o próprio corpo, que elas possam escolher entre prosseguir uma gravidez ou não, e o Estado tenha meios seguros de aborto; significa que não seja considerado um tabu as religiões de matriz africana terem liberdade a realizarem seus ritos próprios, e que seja punido qualquer ato discriminatório religioso, LGBTfóbico ou racista.

CAPÍTULO 1 – AS RELIGIÕES E A HEGEMONIA DO CRISTIANISMO

A religião existe historicamente em diversos locais do mundo, e a mesma encontra-se manifestada em inúmeros cultos e cerimônias de devoção. Estando sempre presente então na sociedade, desde épocas primitivas e até os dias atuais, a mesma não poderia ocupar um pilar na organização e formação da humanidade. Para compreendermos os sistemas de crenças, é necessário realizar um resgate histórico de como surgiram as religiões, o que constitui sua natureza, e como determinadas crenças tiveram mais aprovação e seguidores, do que outras. Isto é, como se deu a hegemonia para uma e a discriminação para outras.

Neste capítulo será abordado sobre o que seria a Religião, em sua natureza; como a religião cristã tornou-se hegemônica, extinguindo os antigos cultos à deusa que haviam nos períodos pré-históricos. Com a hegemonia cristã, será tratado o advento da caça às bruxas na Europa, como influenciou a história, no ideal de dizimação de tudo o que não for cristão, e nesse aspecto trouxe a inferiorização das mulheres, como passíveis de vivenciarem qualquer tipo de violência. Tal dizimação também ocorreu com os povos latinos-americanos, que tinham seus rituais sagrados e uma profunda relação com a Terra.

A dizimação de povos trouxe uma ideologia que busca a eliminação do diferente, e foi responsável por atingir, em diferentes medidas e proporções, religiões não hegemônicas e seus adeptos, tais como as crenças de matriz africana. O que se observa, é que a ideologia presente

nos discursos religiosos possui seu caráter dogmático e repleto de moralidade; na qual aqueles que não seguirem os discursos e pensamentos defendidos por tal religião, estão propícios a sofrerem drásticas consequências.

1.1 A NATUREZA DA RELIGIÃO

Para compreender a formação da religiosidade humana, é necessário voltar aos primórdios da humanidade, no período pré-histórico, onde os seres humanos buscavam explicações para os fenômenos que ocorriam no cotidiano, na natureza e que faltavam entendimento. Perguntas como “como surgimos? para onde iremos?” foram permeando o pensamento humano, e em busca de resposta foram surgindo as primeiras narrativas mitológicas. “Pouco conhecidos de grande parcela da população, os mitos têm muito a contribuir para entendermos a relação que os primeiros seres humanos, organizados em primitivas sociedades, nutriam com suas divindades (PAIVA, 2017)².”

Os mitos apresentam-se como elementos fundamentais para uma compreensão inicial de como se estabeleceu a relação dos seres humanos com o cosmo ou as divindades. São como histórias sagradas ou explicações de como as realidades passaram a existir, como ocorreu a criação. Essas histórias de como o mundo foi formado foram refletindo culturas em tempo e espaço específicos e definem a maneira pela qual se relacionam pessoas de um mesmo grupo social (PAIVA, 2017).

Os mitos tornaram-se conhecidos e eternizados ao serem recitados ritualmente. Em geral as histórias particulares de mitos de criação são acompanhadas de relatos cosmogônicos que explicam como o nosso universo, ou, pelo menos, o universo conhecido pelos narradores, foi criado (PAIVA, 2017).

Os mitos surgem na vida humana para tentar explicar fenômenos que são de difícil explicação, ou que ainda não se encontraram respostas. Para a repetição de atos que façam os seres humanos se encontrarem com entes sobrenaturais, há a conceituação “religião”. Segundo Silva (2004, p.4) “religião” é uma palavra atual que utilizamos para designar um “sistema comum de crenças e práticas relativas a seres sobre humanos dentro de universos históricos e culturais específicos”. A religião seria a maneira que os seres humanos encontraram para representar a sociedade em que vivem, ou nos termos de Durkheim (2003) seria uma espécie de especulação sobre tudo o que escapa à ciência e, de maneira mais geral, ao pensamento claro.

Uma noção que geralmente é considerada como característica de tudo aquilo que é religioso é a de sobrenatural. Com esse termo entende-se toda ordem de coisas que

² “A culpa é da Eva? PAIVA. Iara Cecília. De deusas a pecadoras: Mulheres nas religiões.” Livro encontrado em formato digital pela <<http://www.amazon.com>> e não apresenta numeração de páginas.

vai além do alcance do nosso entendimento; o sobrenatural é o mundo do mistério, do incognoscível, do incompreensível. A religião seria, assim, uma espécie de especulação sobre tudo aquilo que escapa à ciência e, mais geralmente, ao pensamento distinto...é mistério que pede explicação; portanto ele as faz consistir essencialmente em uma crença na onipotência de alguma coisa que supera a inteligência (DURKHEIM, 2003, p.12).

Durkheim (2003) descreve que o primeiro teorizador da Religião teria sido Epicuro, o qual afirma que o ser humano não conhece a natureza, seus fenômenos e não possui controle destes. Por não conseguir controlar os fenômenos da natureza, os seres humanos acabam acreditando que existem outros seres mais sábios que podem exercer esse controle. Sendo assim, acabam sendo agradáveis e prestando favores a esses seres mais sábios para obterem sua proteção e favores.

É necessário considerar também que existem outras civilizações no passado e atuais com manifestações sagradas que não possuem esse termo “religião” para designar suas práticas, isso não exclui que sejam experiências religiosas válidas. Então podem existir manifestações religiosas sem estarem conceituadas como “religião”. Mais importante do que o conceito, é o significado disso para uma cultura, na construção de identidades, sociedades e memórias coletivas (SILVA, 2004). Sendo assim, consideramos que as religiões primitivas, mesmo que assim não fossem denominadas, possuem sua importância para os povos que as exerciam e para a história da humanidade (DURKHEIM, 2003).

Os seres humanos em todas as sociedades exerceram algum tipo de manifestação religiosa, mesmo que variasse a maneira de expressar (mesmo que sem um termo para definir), esse contato com o divino sempre existiu. É difícil obter uma real explicação sobre como se deu esse contato nos tempos mais remotos pois as tradições eram orais, o que se têm são os vestígios como pinturas rupestres e artesanatos (PAIVA, 2017).

Remontando ao princípio da história humana, temos o chamado período paleolítico, que se inicia a cerca de 3 milhões de anos e vai até 10.000 a.C. aproximadamente. Nesta época os primeiros indícios de práticas religiosas são encontrados nos sepultamentos rituais, que denotam uma preocupação com a vida após a morte. Junto aos corpos, cuidadosamente acomodados em cavernas, foram encontrados adereços, pinturas e inúmeras estatuetas femininas que registram as práticas de um primitivo culto à fertilidade (PAIVA, 2017).

A ideia de sagrado para os povos primitivos eram as ações comuns da vida cotidiana: caçar, coletar alimentos e procriar. Era como se tudo fosse considerado sagrado, todas as atividades desenvolvidas. Segundo Paiva (2017), esses povos demonstravam através da pintura e do artesanato maneiras pelas quais exerciam suas religiosidades e captavam esse universo

sagrado. Segundo a autora, a arqueologia encontrou diversas figuras femininas de ventres e seios volumosos pintadas e esculpidas representando a reverência que existia à procriação e a mulher, que apareceria como uma primeira divindade. “Os mortos eram enterrados em posição fetal, pintados de vermelho (simbolizando o poder vivificamente do sangue), cercados de cauris (conchas em forma de vulva) e estatuetas de mulheres (representando a Deusa) (FAUR, 2003).”

De acordo com Faur (2003) no período paleolítico havia uma sociedade colaborativa, que era centrada na coleta, distribuição de alimentos e cuidado das crianças. Os seres humanos no período Paleolítico eram sedentários, não saíam do local onde nasciam, no período neolítico passaram a ser nômades. No período Paleolítico a sobrevivência vinha da caça, com o neolítico, passou a vir da agricultura, mudaram-se as relações sociais e a vida comunitária. Diversos estudos concluíram que as mulheres da época eram as responsáveis pela coleta de frutas e raízes, e por isso eram consideradas os membros mais importantes e garantidoras de sobrevivência das tribos. Eram apreciadas por produzirem vida no ventre e na terra (PAIVA, 2017).

Totalmente desprovidas de imagens de violência, crueldade, poder armado, guerras ou conquistas, a arte e a cultura neolíticas celebram a vida, realçam a beleza e a harmonia, homenageiam e participam nos processos de morte e transformação. Os rituais propiciavam a fertilidade da terra, dos animais e das mulheres, asseguravam a existência satisfatória das comunidades e a interação harmônica com os ciclos cósmicos, as forças da natureza e os espíritos ancestrais (FAUR, 2003, p.24).

O sistema vigente era matrifocal³ e matrilinear, mas não representava a dominação de um sexo por outro (como no patriarcado), era um sistema de parceria, havia revezamento de tarefas, e também espaços de rituais separados que respeitavam as diferenças entre sexos. Mesmo com a adoração ao feminino, os membros masculinos eram reconhecidos como filhos, companheiros, e não eram subordinados. O culto que havia à Deusa se transformou em um sistema de mitos, rituais, símbolos (FAUR, 2003).

Com o desenvolvimento da linguagem eram transmitidos às crianças os relatos mitológicos. Havia a repetição de alguns elementos característicos do mito, agregados com elementos de sua cultura. Com a repetição de elementos foram surgindo os rituais e ritos de

³ “[...] havia uma religião ginocêntrica (fundamentada na deusa) e de uma sociedade matrifocal (centrada da mãe e na mulher)[...]filhos recebiam o nome da mãe (nem sempre o pai era conhecido) e os homens passavam a fazer parte da tribo nativa da mulheres que continuavam próximas as mães[...] A sociedade matrifocal era um sistema social de parceria, sem hierarquia ou tirania, denominado de *gilania* (gi do grego *gyne* – mulher, “an” de *andros* – homem e “L” do *lyo* – solucionar, libertar). Homens e mulheres se revezavam nas tarefas, responsabilidades, diversões e prazeres, mas também tinham seus espaços separados de práticas e rituais espirituais, respeitando assim a diferença entre os sexos, mas favorecendo e estimulando a complementação e colaboração.” (FAUR, 2003, p. 22)

passagem para saudar os acontecimentos marcantes da vida, conforme os anos e ciclos passavam (PAIVA, 2017).

A muitos deles foram atribuídos poderes relativos às manifestações da natureza com controle sobre a criação e destruição. Pares divinos representados pelo Sol (masculino) e a Lua (feminino), muitas vezes irmãos e amantes ao mesmo tempo, eram constantes em diversas religiões. A mulher, com seu poder de gerar a vida, foi amplamente representada nos mitos de criação, assim como a sexualidade era vista como sagrada, já que é por meio da união sexual que renascem os corpos (PAIVA, 2017).

Percebe-se a presença de elementos e fenômenos da natureza para descrever o incognoscível, e a maneira como a procriação desde o início da história ganhava destaque. Com as especificidades de cada grupo e cultura, foram sendo desenvolvidas religiosidades, e percebe-se a presença de deusas femininas, e deuses com características humanas e antropomórficas (PAIVA, 2017).

As crenças em mitos e deuses por si só não possuem tanta força quanto quando existem outras diversas pessoas acreditando na mesma coisa. Segundo Durkheim (2003) as crenças precisam ter adesão da coletividade e quando ocorre, o grupo realiza sua unidade. Ainda segundo o autor, os indivíduos que possuem uma fé comum, sentem-se ligados uns aos outros, formando ainda o conceito de igreja. “Uma sociedade cujos membros estão unidos por se representarem da mesma maneira o mundo sagrado e por traduzirem essa representação comum em práticas idênticas, é isso a que chamamos uma igreja (DURKHEIM, 2003, p.28).”

Diante das origens religiosas, e da diversidade existente de crenças e religiões no mundo, todas as crenças possuem sua importância na história e para a formação de sociedade e sujeitos coletivos. Segundo Durkheim (2003) não existem religiões falsas, as religiões apenas correspondem de maneiras diferentes às condições de existência. Mesmo que um grupo não concorde com a crença de outro, não existe crença falsa, todas possuem sua importância para aqueles que acreditam. Os sistemas de crenças fazem parte da existência de seres humanos, para se compreenderem, para darem explicações ao inexplicável.

É necessário pontuar também uma outra visão, de que a religião possui esse aspecto existencial para a compreensão dos seres humanos acerca de sua natureza, porém ela também pode colaborar para a alienação humana, como se observa em Marx. Marx não faz uma análise de determinadas religiões em particular ou questões religiosas, como é perceptível em Durkheim. A análise de Marx baseia-se em um contexto histórico, especificamente o contexto político da Alemanha e sua luta revolucionária (MOTA, 2014). Naquele contexto específico, a crítica da religião para o autor tratava de percebê-la como uma realidade invertida que

contribuía para a miséria existente na sociedade, e considerava que a igualdade e justiça pregadas pelas religiões não existiam no mundo concreto.

Este Estado, esta sociedade, engendram a religião, criam uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido. A religião é a teoria geral deste mundo, seu compêndio enciclopédico, sua lógica popular, sua dignidade espiritualista, seu entusiasmo, sua sanção moral, seu complemento solene, sua razão geral de consolo e de justificação. É a realização fantástica da essência humana por que a essência humana carece de realidade concreta (MARX, 2010, p. 146).

Segundo Mota (2014, p.98) tratando de Marx: “Nesse sentido, a religião não é absoluta, não existe independente do homem. Ao contrário é o homem que a cria, e mais do que isso, a cria como forma de resposta falsa aos seus verdadeiros problemas.” A emancipação humana em Marx se daria a partir da percepção do mundo real, da exploração das relações de classe, da miséria humana. Para que assim, possa haver um despertar da consciência humana acerca da sua situação real. A religião no contexto do capitalismo faz com que os seres humanos ajam com egoísmo e não percebam a vida social de uma maneira mais coletiva, se estagnando na ilusão e não percebendo a realidade concreta das opressões, logo, representaria um obstáculo que impediria a consciência de classe, emancipação social.

A religião ocupa, portanto, um papel sobretudo de obstáculo à uma tomada de consciência pelos homens de sua verdadeira situação, fazendo com que estes passem a se preocupar basicamente com um mundo alheio ao seu (o céu, o paraíso, o inferno, etc.) e deixem de perceber a opressão e exploração pelas quais passam aqui neste mundo (terra). Ao contrário, a percebem como vontade divina e não como fruto de um processo histórico-social (MOTA, 2014, p.97).

Marx não critica a religião por criticar, ele percebe aspectos históricos dentro do contexto capitalista, e a maneira central como os seres humanos “endeusam” o capital. O capitalismo teria se tornado a religião da modernidade:

O capitalismo se transforma na religião na modernidade, o Capital o grande deus e a mercadoria o objeto de adoração, daí o “fetichismo da mercadoria”; os fiéis, as grandes massas de trabalhadores, sendo o “sacrifício” ou a “oferenda” ao Deus-Capital a venda da força de trabalho, enquanto sacrifício humano, e as bênçãos os sonhos ilusórios de uma vida melhor, como podemos depreender da crítica de Marx à economia política. No entanto, vale salientar o caráter metafórico dessas referências, sem qualquer pretensão, julgo eu, de conferir a esses conceitos religiosos um conteúdo mesmo que de simbolismo cultural à exemplo do que ocorre nas ciências da religião propriamente ditas (MOTA, p.101).

Sendo assim, percebendo a importância de ambos os autores nessa temática, seja em Durkheim na compreensão do fenômeno religioso e de Marx com suas contribuições acerca da complexidade histórico-cultural e social, e da alienação proporcionada pela ideologia imanente ao capitalismo, é preciso haver uma tolerância em relação às visões religiosas. Existe uma diversidade humana que precisa ser respeitada.

Somos diversos. Essa verdade fundamental é sempre ameaçada por ações individuais e coletivas de intolerância. Somos diversos historicamente, etnicamente, lingüisticamente e, da mesma forma, somos diversos religiosamente. A diversidade religiosa é profunda. Ela existe entre ateus e religiosos, entre formas distintas de religião (cristãos e budistas, por exemplo), entre ramos religiosos com pontos em comum (como judeus e muçulmanos), entre expressões internas de uma mesma religião (católicos carismáticos e adeptos da Teologia da Libertação) e mesmo entre expressões geográfico-históricas da mesma fé (católicos espanhóis e católicos norte-americanos) (SILVA, 2004, p. 2).

Por questão de dominação, às vezes ocorre de uma coletividade querer impor o seu sistema aos demais por acreditar que seu sistema seja melhor, e agem com intolerância perante às diferenças. Essa dominação ocorreu de diversas maneiras na história, e algumas delas serão abordadas nos próximos itens. É necessário estar consciente do local onde estamos e de onde estão os outros em relação a suas experiências religiosas (ou ausência delas). “A diversidade se faz riqueza e deve conduzir à compreensão, respeito, admiração e atitudes pacificadoras (SILVA, 2004, p.6).”

1.2 A CRISTANDADE COMO UM MODELO DE PODER

É necessário situar o contexto vivenciado durante a Idade Média no continente europeu, a relação entre Igreja e Estado. Segundo Gomes (2002), a Igreja Cristã Católica obteve hegemonia como religião única do Estado sendo assim, obrigatória para todos e surgiu, segundo Oliveira (2011), enquanto instituição que se sujeitava ao estado para garantir influência, seus interesses no poder.

Como foi possível perceber, no decorrer da história houveram muitas religiões em que o culto à Deusa era realizado, e o corpo feminino era reverenciado, e eram realizadas pinturas, esculturas que valorizassem essa reverência. No entanto, segundo Faur (2003) houveram ondas de guerras sucessivas, trazidas por tribos guerreiras do norte-asiático, que trouxeram consigo deuses masculinos. As guerras como modelo de dominação trouxeram um novo sistema de organização social. E com o tempo a organização da sociedade passou de matrilinear para patrilinear, valorizando a superioridade masculina. Novas lendas passaram a contar a origem do mundo, foram omitidos textos anteriores. A mitologia bíblica que estruturou o judaísmo, cristianismo e islamismo atribuiu a um Deus homem o poder da procriação, que era antes atribuído a deusa. As leis elaboradas por essas religiões agora patriarcais definiam as mulheres como propriedade de seus pais, maridos e filhos. (FAUR, 2003)

Objetivando a cristianização da sociedade, a Igreja tornava-se a base ideológica de governos e recebia em troca proteção, bens e prestígios. Sendo assim tornou-se uma instituição

dominante religiosamente e culturalmente, e central na Idade Média. Esse processo da Igreja enquanto instituição que administra patrimônios e está ligada ao Estado, denomina-se Cristandade (GOMES, 2002).

A Cristandade medieval ocidental é, em certa medida, a continuadora da Cristandade antiga, a do “Império Cristão” dos séculos IV e V. No contexto medieval, acentuou-se muito mais a situação de unanimidade e conformismo, obtida por um consenso social homogeneizador e normatizador, consenso este favorecido pela constituição progressiva de uma vasta rede paroquial e clerical. As instituições todas tendiam, pois, a apresentar um caráter sacral e oficialmente cristão (GOMES, 2002, p.221).

Uma das contradições encontradas era de que a Igreja tinha como ideal o desapego material, porém possuía inúmeros recursos, patrimônios. “Para manter toda essa máquina, a Igreja contou com uma enorme receita entre legados, dízimos, benefícios, ofertas (OLIVEIRA, 2011, p. 312).”

A íntima relação entre Igreja e Estado, base da Cristandade, só foi possível porque a Igreja se concebeu como uma realidade à parte do Estado. Em outras palavras, a Igreja era um Estado dentro do Estado. O Estado colaborou para que a Igreja não se concebesse como uma instituição como outra qualquer. As constantes doações de terras e a isenção fiscal do clero colocaram a Igreja Cristã Católica em condições de negociar com o Estado de igual para igual. De fato podemos falar de um verdadeiro Estado dentro do Estado (OLIVEIRA, 2011, P. 312).

Através da lógica da Cristandade estabelecia-se um poder hegemônico de controle social, baseado na “vontade de Deus”, que legitimava os interesses das classes dominantes conservando-as no poder, mantendo a ordem social (GOMES, 2002). E segundo Novinsky (1992, apud OLIVEIRA, 2011), quem infringia as regras de controle social da igreja deveria ser excomungado, punido por meio de exílio, torturado, ter seus bens confiscados ou ser queimado na fogueira. A cristandade, portanto, configura-se como mantenedora da ordem social vigente e define-se como modelo influente de poder que visava controlar.

Igreja e Estado, base da Cristandade dominaram a vida social, política, econômica, cultural e simbólica, onde esse modelo foi implantado. Essa construção da Cristandade enquanto modelo eclesial de poder aconteceu quando a Igreja buscando expandir seus interesses manteve uma relação de dominação sobre a sociedade civil mediada pelo Estado (OLIVEIRA, 2011, p.315).

Sendo assim, é possível perceber de acordo com Gomes (2002) que a Cristandade medieval sacralizava o poder, a ordem vigente, as relações senhoriais e servis, como naturais e necessários a ordem, assim como os deveres morais e religiosos. E a religião era considerada fundamental para a coesão social onde os seres humanos se esforçavam em busca de obterem uma salvação. E todos aqueles que não cumprissem os deveres morais estabelecidos pela ordem social vigente, logo, não aceitassem a religião cristã católica, deveriam ser duramente punidos.

Pode-se dizer que a cristandade atua como mecanismo ideológico. A respeito da ideologia, ela emerge em uma superestrutura, diante de interesses sociais contraditórios, que são desenhos sociais de uma mesma realidade, porém analisados sob perspectivas diferentes (SILVA, 2013). A ideologia encaminharia as atitudes pessoais de acordo com os interesses do projeto em que esteja alinhada, ou seja, pode estar direcionada a um caráter “[...]progressista, revolucionária ou retrógrada; também pode ser ilusória ou esclarecedora em relação aos determinantes sociais.” (SILVA, 2013, p.120), os interesses em questão irão determinar a função social ideológica. Para que a ideologia seja incorporada pelos sujeitos e para que funcione, é preciso que para estes sujeitos ela se expresse como verdade, ainda que não promova:

[...]uma imagem “correta” da realidade e/ou da conjuntura em questão; diferentemente, cabe a ela somente distinguir algum ou alguns traços, aspectos, fatores etc. presentes na realidade social que tenham afinidade com algum ou alguns dos interesses sociais em voga – ainda que isso não seja patente e nem mesmo um processo “consciente”. (SILVA, 2013, p.121)

Esse fato se relaciona com o aspecto de que mesmo que os sujeitos em questão não saibam, estão contribuindo para a maneira pela qual se constrói a história. Segundo Silva (2013), quando há um interesse de modificar a ordem social, a ideologia é reflexiva e percebe as condições materiais e sociais verídicas. Quando há um interesse somente de manter a ordem social vigente, sem questionar as condições em que se é mantida, sem interesse de alterar, trata-se de uma ideologia ilusória. É necessário, portanto, perceber a função social da ideologia em questão.

Aqui, entendemos a ideologia a partir de sua função social, enquanto consciência prática do conflito e isso apontou para a elucidação de sua dinâmica segundo o que chamamos de linguagem da evidência – uma síntese de múltiplos aspectos (força agregadora, identidade, dever-ser social, inserção na vida cotidiana, criação de uma dimensão afetiva) que é tanto o resultado quanto o processo pelo qual uma ideologia se constitui e atinge os sujeitos de uma formação social. (SILVA, 2013, P.125)

De acordo então com a função ideológica, percebe-se que o projeto a que se relaciona a Cristandade não busca interesse de questionar ou modificar a realidade, então seria um projeto conservador, que visa manter a ordem social. Há uma valorização das classes dominantes, já que atua aliado ao Estado, e visa ainda a propagação dessa ideologia dominante em sociedade considerando a Igreja Católica como a única maneira correta de ser um “cidadão de bem” aliado aos bons costumes e interesses da ordem social vigente. Aqueles que não se aliam a esse projeto seriam considerados hereges, pagãos, mal caráter, aqueles que devem ser catequizados e caso não quisessem poderiam ser torturados, queimados na fogueira, destituídos de seus direitos.

Em nenhum período da história houve uma única religião em todo o mundo, como também nunca foram dominantes as atitudes de tolerância no passado da história das religiões. A associação entre Estado e Igreja é uma dessas formas de intolerância, não deixando, por isso mesmo, uma boa lembrança. A imposição de uma fé como oficial e a consequente exclusão das outras (inclusive com perseguições declaradas) deixou seu rastro perverso no passado. (MOURA, 2004, P.2)

Segundo Souza (2016) na Igreja Católica ressaltava-se a presença do diabo, que era o inimigo. Era disseminada a ideia de um ser contrário a bondade de Deus. Tal diabo era causa de discórdia, que ia contra os princípios morais, e gerava promiscuidade. De acordo com o autor, a Igreja se fundamentava nessa didática pois era necessário que a população temesse o mal, para que assim recorresse a igreja. A figura do diabo se espalhou pela Europa, e cultos de diversas culturas que eram associados como pagãos eram atribuídos ao diabo.

Para Prieto (2001) chifres sempre foram sinais de algo divino, eram considerados pelos povos antigos, sinal de fertilidade. O deus considerado pagão, Cernunnos ou deus Conífero, era retratado como um ser meio homem e meio animal, era um deus da fertilidade, representado pelo sol, a força masculina da natureza. Era invocado para a caça, e antes das sementes nascerem (PRIETO, 2001). Para os praticantes de antigas religiões esse deus não era mal, nem devia ser temido, ele possuía a força da vida, era guerreiro, caçador (PRIETO, 2001).

A figura desse deus, chifrudo (que antes era considerado algo bom) foi identificado como princípio do mal, transformado no “Diabo” para os cristãos no intuito de difamar os cultos pagãos e associar estes a algo ruim, passou a ser um Deus animalesco e sexual (PRIETO, 2001). O cristianismo utilizou a representação desse deus para representar o diabo, com chifres, atribuindo aos chifres um caráter negativo.

A ideia de diabo disseminou-se na Europa, ocorrendo o genocídio da caça às bruxas, que pode classificar-se como primeiro momento histórico de catolicismo vigente, e posteriormente a demonização de negros e indígenas na América Latina.

1.3 AS BRUXAS NA EUROPA

O período da “caça às bruxas” possui importância histórica pois impactou na vida em sociedade para a consolidação do patriarcado. Houve por parte da Igreja uma motivação de manter a dominação masculina e destruir tudo aquilo que ameaçasse tal poder. O ápice do período ocorreu entre 1580 e 1630, iniciou-se no feudalismo, mais propriamente quando as relações feudais estavam dando lugar a um princípio de capitalismo mercantil. Toda fase de transição de sistema, é composta por guerras e revoltas, sendo assim no período não foi diferente (FEDERICI, 2017).

Tanto geográfica como cronologicamente, a perseguição mais agressiva às bruxas coincide com períodos de grande agitação social, que abalaram os alicerces do Feudalismo: insurreição camponesa de massas, conspirações populares, nascimento do capitalismo e aparição do protestantismo. Indícios fragmentados (que as feministas deveriam investigar) sugerem que, em algumas regiões, a bruxaria foi a expressão de uma rebelião camponesa encabeçada pelas mulheres. (EHRENREICH, ENGLISH, 2016, p.9)

A “caça às bruxas” durou dois séculos aproximadamente e pode ser considerada importante para a compreensão da luta de classes, pois em reposta a esse fenômeno ocorreram diversas revoltas populares que auxiliaram no enfraquecimento da sociedade feudal, tratando-se de acontecimentos que marcaram o surgimento do capitalismo e a constituição do proletariado (FEDERICI, 2017).

O período de perseguição contribuiu para a reprodução da degradação das mulheres antes mesmo do advento do capitalismo (e se agravou durante) e exemplifica o termo misoginia⁴ que ainda é amplamente presente na relação entre gêneros. A magia era utilizada por ambos os sexos, porém antes era caracterizada como “heresia”, posteriormente passou a ser chamada de “bruxaria”, caracterizando-se como a magia praticada por mulheres, e sendo as mulheres as prejudicadas pelas práticas, mesmo que houvessem também homens que realizassem.

A caça às bruxas foi também instrumento da construção de uma nova ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos. O que quer dizer que os caçadores de bruxas estavam menos interessados no castigo de qualquer transgressão específica do que na eliminação de formas generalizadas do comportamento feminino – que já não toleravam e que tinham que se tornar abomináveis aos olhos da população. (FEDERICI, 2017. p.305 e 306)

Em 1484 foi escrito um livro chamado *Malles Maleficarum* (o martelo das bruxas) pelos monges dominicanos Kramer e Sprenger, filhos do Papa Inocêncio VIII. Este livro posteriormente foi utilizado como um guia para inquisidores, sacerdotes e juízes na luta contra a bruxaria na Europa. (EHRENREICH, ENGLISH, 2016). Apresentava diversas torturas que tinham respaldo por lei e revela a maneira como era construído o pensamento no período

⁴ “Misoginia é nome dado para a antipatia, o desprezo ou a aversão às mulheres. A palavra tem origem na junção dos termos gregos *miseo*, que significa ódio, e *gyne*, que se refere à mulher [...] A misoginia também está por trás do grande número de crimes cometidos contra as mulheres: Das agressões verbais e físicas ao feminicídio, termo usado quando o homicídio praticado contra a mulher tem motivação no simples fato de a vítima ser do sexo feminino[...] Muito além da aversão às mulheres, a misoginia também pode ser percebida no desprezo aos valores ligados ao feminino, como sensibilidade, acolhimento, compreensão, escuta - qualidades raras na sociedade atual e que começam a ser resgatadas.” DEODATO. Livia – O que é misoginia? Disponível em: <https://www.ovalordofeminino.com.br/artigo/o-que-%C3%A9-misoginia>. Acesso em: 15/06/2018

medieval, e fez com que: “[...]em menos de dois séculos, centenas de milhares de mulheres foram queimadas, enforcadas e torturadas.” (FEDERICI, 2017, p.293)

A ameaça representada pelas bruxas era pelo fato de utilizarem técnicas empíricas, e indagadoras. Atuavam sobre as doenças, com práticas. Já a igreja desconfiava dos sentidos, das leis que regem os fenômenos físicos, acreditando que: “[...] os sentidos são terrenos próprios do demônio, a arena que tenta atrair os homens, afastando-os da fé e arrastando-os à vaidade do intelecto ou à quimera da carne.” (EHRENREICH, ENGLISH, 2016, p.18)

As mulheres mesmo que não fossem ditas como feiticeiras experientes, eram chamadas a marcarem os animais doentes, curarem doentes, prever o futuro, auxiliar no amor. Essas práticas foram realizadas por vários séculos, mas durante intenso período de crise e lutas sociais, converteram-se em práticas demoníacas, talvez até por serem práticas mais comuns no campesinato, então também uma maneira de eliminar o campesinato, mais especificamente as mulheres pobres.

Quem eram as bruxas? Segundo Federici (2017) existem vários perfis de mulheres que eram acusadas como bruxas. As curandeiras, raizeiras, parteiras, mulheres que conheciam os ciclos, que tinham conhecimento de algumas práticas contraceptivas e abortivas eram as principais acusadas. Tais práticas eram tidas como perversão sexual, pois o sexo não reprodutivo era visto como algo horrendo. Sempre associavam a essas mulheres o crime de infanticídio, a comer crianças ou ofertá-las ao demônio. Porém, no período a mortalidade infantil era grande. Logo, não é possível dizer que as crianças morriam devido às ações das bruxas. Além disso tinham mulheres que realmente realizavam rituais sagrados na natureza, para estabelecerem contato com seus deuses (PRIETO, 2001).

Eram acusadas principalmente mulheres camponesas, idosas, que mendigavam. A prática da magia pode-se também expressar-se pela existência da pobreza pois:

Quanto aos crimes diabólicos das bruxas, eles não nos parecem mais que a luta de classes desenvolvida na escala do vilarejo: o “mau-olhado”, a maldição do mendigo a quem se negou a esmola, a inadimplência no pagamento do aluguel, a demanda por assistência pública [...] A magia constituía também um obstáculo para a racionalização do processo de trabalho e uma ameaça para o estabelecimento do princípio da responsabilidade individual. Sobretudo, a magia parecia uma forma de rejeição do trabalho, de insubordinação, e em instrumento de resistência de base ao poder. O mundo devia ser “desencantado” para poder ser dominado (FEDERICI, 2017, p. 310 – 313).

A maneira como eram julgadas essas mulheres pobres pode explicar-se também pela aversão que sempre existiu a “vagabundagem” (CASTEL, 2013). Outra categoria de mulheres

acusadas eram as mulheres prostitutas ou adúlteras, as que possuíam uma vida sexual fora de um casamento e por isso tinham uma “má reputação”; também eram acusadas as mulheres que respondiam, brigavam, se revoltavam, e representavam uma afronta às autoridades masculinas. (FEDERICI, 2017). O fato de que a maioria das mulheres acusadas como bruxas eram marginalizadas da sociedade, pobres e analfabetas contribuiu para que não haja relatos escritos pelas próprias mulheres, e sim uma visão deturpada do que realmente ocorreu. (EHRENREICH, ENGLISH, 2016).

Pode-se dizer que:

Do mesmo modo que os cercamentos expropriaram as terras comunais do campesinato, a caça às bruxas expropriou os corpos das mulheres, os quais foram assim “liberados” de qualquer obstáculo que lhes impedisse de funcionar como máquinas para produzir mão de obra. A ameaça da fogueira ergueu barreiras mais formidáveis ao redor dos corpos das mulheres do que as cercas levantadas nas terras comunais. (FEDERICI, 2017. P. 330)

É possível perceber que a caça às bruxas impacta atualmente, inclusive na divisão sexual do trabalho, pois o curandeirismo foi combatido e era realizado majoritariamente por mulheres pobres em suas comunidades e estavam à serviço das classes mais pobres. Quando a medicina começou a se tornar uma ciência a ser estudada e posteriormente uma profissão, à serviço das elites, havia uma campanha para que as mulheres curandeiras não estudassem e não fossem médicas “registradas”. Havia um controle por parte da Igreja fazendo com que a profissão se desenvolvesse dentro da doutrina católica, e os médicos que se formassem não eram autorizados a exercer a profissão sem auxílio de um sacerdote (EHRENREICH, ENGLISH, 2016).

Sendo assim é possível perceber que a caça às bruxas foi uma maneira de distanciar as mulheres do conhecimento de seus próprios corpos e ciclos, alienando-as e tornando seus corpos alheios, e sua sexualidade amplamente perseguida. As mulheres deveriam procriar, as mulheres que não procriassem ou que desenvolvessem métodos contraceptivos, com certeza eram uma afronta ao sistema.

A luta por direitos continua, muitos desses tabus podem ser percebidos até hoje considerando que aborto ainda não é legalizado no Brasil, a sexualidade é vista em muitos meios ainda como apenas para procriação, e as mulheres que resolvem ter uma sexualidade mais livre são perseguidas ou violentadas, de diversas formas. Ou seja, a misoginia que se consolidou no período da caça às bruxas ainda reflete na vida e na história das mulheres.

Será abordado nos próximos tópicos acerca da formação religiosa América Latina e focalizada no Brasil. O período de caça às bruxas na Europa relaciona-se com a colonização na

América, pois com nesse período ampliou-se as crenças de que deveriam ser combatidas práticas consideradas “hereges”, e os povos originários latino-americanos tinham cultos totalmente desconhecidos e foram amplamente acusados de adorarem demônios, realizarem práticas pagãs (FEDERICI,2017). Justificando que por terem crenças consideradas pagãs deveriam ser cristianizados e poderiam ser escravizados, violentados de inúmeras maneiras (as mulheres de maneira ainda mais extrema).

1.4 FORMAÇÃO RELIGIOSA NA AMÉRICA LATINA

Na América Latina, houve uma diversidade de povos e de cosmovisões religiosas. Tratando inicialmente das religiões andinas, é possível perceber que havia uma relação de integridade com a natureza, uma ritualização da vida, das ações do cotidiano, como caçar, colher e dos fenômenos da natureza: “[...]o mar, os peixes, as fontes, as montanhas, o céu, o trovão, o terremoto, os rios e lagos, animais, entre outros. Organizados em calendários astrológicos, nesse conjunto de deidades se destacavam o Sol, a Lua, Vênus, as Plêiades e Orion (SANTOS, 2009, p.152).” O trabalho agrícola, o trato com a terra era considerado sagrado. Todos os cultos se relacionavam com a produção agrícola e com o Estado⁵.

Considerando as variações regionais, a religião andina esteve baseada no núcleo comum dos conceitos de deidades relativas tanto à terra, como à chuva e ao sol, e aos diferentes produtos agrícolas sobre os quais cada agrupamento fundamentou sua economia. Os deuses e as forças naturais eram personificados em seres especiais, como os animais com forte essência divina, e nos próprios humanos, sobretudo no corpo de governantes e xamãs que tinham o manejo do sobrenatural, habilidade de transitar e de atuar nos dois planos da realidade, o controle das forças da natureza, a cura das enfermidades, capacidades de premunições e, por fim, a manipulação política da sociedade (SANTOS, 2009, P.151).

Segundo Santos (2009), havia uma adoração do Estado pelo deus do sol, Inti. Os governantes eram considerados “filhos do sol” e havia uma estrutura de divindades existindo paralelamente a estrutura estatal. Então ao governante eram atribuídas também adorações como as realizadas aos deuses. De acordo com Santos (2009) a ideia de “Deus” na concepção andina seria muito diferente a visão predominante ocidental que coloca “Deus” como onipresente, absoluto. Para os andinos, Deus seria tudo que existe no cosmos, todas as relações. “[...] porém,

⁵ A concentração do poder ainda não perpassava o Estado-nação, na forma como o conhecemos no capitalismo. Ainda era um processo de acumulação primitiva. “O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. [...]A chamada acumulação primitiva é um processo que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista” MARX, Karl. A chamada acumulação primitiva. In: Marx Karl. O Capital Vol I 2ª Edição, São Paulo, Ed. Nova Cultura Ltd.2011

esse deus também sofre, sente pena, está triste ou com cólera, e as dores e injustiça do mundo lhe afetam, isto é, participa ativamente da realidade mundana (SANTOS, 2009, p.157).”

Geralmente no ocidente tem-se uma separação entre deuses e humanos, bem e mal, para os povos originários é presente a relação contínua com o todo, como se tudo no universo estivesse interconectado. Há um princípio de complementariedade onde cada fenômeno depende do outro para se harmonizar. “A dinâmica entre céu e terra, sol e lua, homem e mulher, claridade e escuridão, dia e noite, bondade e maldade coexistem no pensamento andino de maneira inseparável (SANTOS, 2009, p.154)”. Segundo Santos (2009), para esses povos a ideia de infinito não seria linear como na lógica judaico-cristã, seria como um movimento em espiral sem fim, funcionando em ciclos sem uma ordem plausível. A ruptura de cada ciclo se daria como um cataclismo cósmico, que daria início a um novo ciclo (pachakuti).

Associado ao culto à natureza e à agricultura que promove essa fertilidade para as plantações, surge a figura da Pachamama, “pacha” significa terra, espaço, tempo e “mama” mãe, que seria o elemento feminino de “deus” (SANTOS, 2009). A deusa seria considerada virgem até o momento em que fosse cultivada, trabalhar na pachamama representaria a desvirginização da terra, sendo necessário pedir permissão e prestar oferendas.

É significativo que a religiosidade andina tenha desenvolvido uma trindade feminina como contraponto à trindade cristã com fortes traços masculinos. A Pachamama é Pacha Terra, Pacha Nusta y Pacha Virgem, sendo esta última a representação da Virgem Maria em suas diferentes representações (Virgem de Carmen, Candelária, dos Remédios, de Belém) (SANTOS, 2009, p. 159).

Quando os espanhóis chegaram na América Latina e se depararam com a cosmovisão dos povos andinos, tão ligadas a estrutura estatal, buscaram rebater seus símbolos e os colonizar de maneira religiosa, pois percebiam que era ali na religião deles que se sustentava a organização social, então a colonização foi uma maneira de fragilizar a estrutura do Estado desses povos.

O politeísmo, o monoteísmo, o animismo, o panteísmo, que têm sido aplicados às vivências indígenas, são criações das teologias cristãs. Reflete, não poucas vezes, a incapacidade de chamar por seus próprios nomes e de aceitar os diferentes sistemas de valores, de análises de outros povos, portanto, as ânsias de uniformizar as coisas, ou a inclinação de querer adequar o desenvolvimento e as organizações sócio-culturais dos povos indígenas a conceitos uniformes ocidentais. Por meio de variados mecanismos, ao longo da história, o clero católico insistiu em suprimir as crenças dos nativos em suas huancas e suas mallaqui ou antepassados (SANTOS, 2009, P.154).

De acordo com Federici (2017), a ideia que se propagava no mundo acerca dos indígenas era a de que seriam: adoradores do demônio, canibais, seres monstruosos. Essa estratégia de

passar essa imagem demoníaca dos indígenas era justamente uma estratégia de dominação para transformá-los em mão de obra para o trabalho, e justificava aos olhos do mundo que os colonizadores tivessem permissão para matá-los assim como obterem suas terras e riquezas. Durante a conquista espanhola que durou de 1520 a 1540, eram realizados batismos, mudanças de nomes, obrigavam os indígenas a negarem seus deuses (FEDERICI, 2017). As mulheres deveriam se cobrir e os homens vestirem calças.

Ao definir as populações indígenas como canibais, adoradores do diabo e sodomitas, os espanhóis respaldaram a ficção de que a Conquista não foi uma busca desenfreada por ouro e prata, mas uma missão de conversão – uma alegação que, em 1508, ajudou a Coroa espanhola a obter a bênção papal e a autoridade absoluta da Igreja na América (FEDERICI, 2017, P. 384).

Como é possível se perceber com a obra de Federici (2017), os rituais dos povos primitivos americanos não eram muito diferentes das práticas médicas que eram realizadas na Europa.

Nos séculos . XVI, XVII e até mesmo XVIII, o consumo de sangue humano (especialmente daqueles que haviam morrido de forma violenta) e de água de múmias, que se obtinha banhando a carne humana em beberagens, era uma cura comum para epilepsia e outras doenças em muitos países europeus [...] Portanto, o novo horror que os espanhóis sentiram pelas populações indígenas a partir da década de 1550, não pode ser facilmente atribuído a um choque cultural, mas sim deve ser visto como uma resposta inerente à lógica da colonização, que inevitavelmente precisa desumanizar e temer aqueles que quer escravizar (FEDERICI, 2017, P. 388).

A estratégia de propagar o horror aos indígenas e desumanizá-los não era exatamente porque havia um choque cultural, e sim para que as pessoas tivessem temor desses povos e apoiassem a colonização.

Segundo Federici (2017), no Peru surgiu um movimento conhecido como Taki Ongoy, que era uma aliança pan-andina dos deuses locais (huancas) para dar fim à colonização. Os Takionqos atribuíam a mortalidade sofrida pelo seu povo ao abandono dos deuses, e encorajavam a população a rejeitar tudo que fosse cristão. “A ameaça formulada pelos takionqos era séria, uma vez que, ao convocar uma união pan-andina dos huancas, o movimento marcava o começo de um novo senso de identidade capaz de superar as divisões vinculadas à organização tradicional dos ayllus (unidades familiares) (FEDERICI, 2017, p 392).”

Era a primeira vez que os povos dos Andes se enxergavam como um só, como índios. Conforme houve a expansão do movimento, o conselho eclesiástico determinou que os sacerdotes deveriam combater todos os ritos dos índios, assim como destruir seus lugares sagrados, tudo que fosse considerado objeto de culto desses povos era considerado diabólico.

Destruir os cultos originários era uma maneira de atacar suas raízes históricas, acabar com a comunidade e sua constante relação com a terra.

Rapidamente evidenciou-se que, sob o manto da cristianização, os povos continuaram adorando a seus deuses, da mesma forma que continuaram retornando a suas milpas (campos) depois de terem sido tirados de casa. Por isso, o ataque aos deuses locais ao invés de diminuir, se intensificou com o passar do tempo, alcançando seu ápice entre 1619 e 1660, quando a destruição dos ídolos foi acompanhada por verdadeiras caça às bruxas, desta vez convertendo em alvo particularmente as mulheres (FEDERICI, 2017 P. 396).

Devido a diversas intimidações dos colonizadores, na forma de torturas, humilhações, a fé dos povos nos deuses foi deixando de ser uma prática coletiva passando a ser cada vez mais individual, e secreta. As mulheres foram as responsáveis por defender os antigos cultos e a se opor à estrutura de poder que se estabelecia no momento, por esse motivo foram as mais afetadas.

As mulheres se tornaram principais líderes do movimento Taki Ongoy, guardiãs dos antigos cultos, eram as principais oficiantes dos cultos, sendo consideradas a coluna vertebral do movimento. Antes da colonização as mulheres somente realizavam cultos para divindades femininas, não realizavam cultos aos huacas para antepassados masculinos, mas conforme os cultos foram se tornando secretos, passaram a fazer. Devido à resistência empreendida pelas mulheres, muitas se negavam a ir à missa, batizar seus filhos e por isso também se tornaram inimigas e alvo principal dos espanhóis.

De fato, graças, em grande medida, à resistência das mulheres, as antigas crenças puderam ser preservadas. Houve certas mudanças no sentido das práticas associadas à religião. O culto foi levado à clandestinidade às custas do caráter coletivo que tinha na época anterior à Conquista. Mas os laços com as montanhas e outros lugares dos huacas não foram destruídos (Federici, 2017, p.403).

De acordo com Federici (2017) antes da colonização, as mulheres tinham suas atividades reconhecidas como importantes socialmente, ainda que não fossem vistas de maneira semelhante aos homens mas eram percebidas como complementares em suas funções na sociedade. “Além de serem agricultoras, donas de casa, tecelãs e produtoras de panos coloridos utilizados tanto na vida cotidiana quanto durante as cerimônias, também eram oleiras, herboristas, curandeiras e sacerdotisas a serviço dos deuses locais (FEDERICI, 2017, p. 401).” Segundo Federici (2017), Chefes tradicionais passaram a assumir a propriedade de terras e a expropriarem mulheres da comunidade, assim como o uso da terra e os direitos sobre a água.

Por mais que tivessem imposições do cristianismo, os povos andinos conseguiram ressignificar a partir de seus significados e cosmovisões. Segundo Santos (2009) o índio cristianizado realizou uma espécie de diálogo entre as religiões originárias e o cristianismo, criando uma própria visão. Esse modelo de cristianização vivenciado transformou-se devido a resistência dos povos latino americanos. Segundo Oliveira (2017), esses povos acreditam que a dominação espanhola é um Pachakuti⁶, que representaria uma utopia de um mundo melhor e mais equilibrado, um cataclismo cósmico que daria lugar a uma nova era. Por isso os povos resistem bravamente a dominação espanhola, na esperança de que vai passar. “Contudo, nem sempre um novo pachakuti implica sempre algo bom. Cataclismo social como as guerras fratricidas, de conquistas e de dominação são exemplos negativos (OLIVEIRA, 2017).” Porém por mais que mantivessem esperança, esse pachakuti vivenciado no período da colonização representou um tempo de violência e morte.

Ao longo de 500 anos, no entanto, a utopia de um pachakuti favorável tem alimentado a resistência desses povos. Uma resistência ativa, com muitas histórias de levantes e insurreições; e passiva, mas não menos resistente: mantiveram sua língua nativa, seus cultos, suas orações, seus lugares sagrados, sua mentalidade, sua esperança, ainda que de forma clandestina. Assumiram alguns símbolos do conquistador, mas sempre ressignificando-os. Não se enfraqueceram, e resistiram duramente (OLIVEIRA. 2017. P.72).

A chegada dos espanhóis com suas crenças impactou história dos povos latino-americanos e trouxe uma mudança que foi profundamente sentida pelos povos andinos, na economia, política e no modo de vida que foi reestruturado privilegiando os homens. Por mais que ainda exista um saudosismo, na relação com a terra, socialmente foi possível sentir os impactos dos privilégios masculinos, inclusive porque as mulheres eram hostilizadas e tidas como aberrações pelo fato de serem curandeiras, por serem as que preservam os cultos históricos.

1.5 FORMAÇÃO RELIGIOSA NO BRASIL

A formação religiosa no Brasil, tratando-se de um país da América Latina que também era habitado por índios, mas no caso, foi colonizado por Portugal, que explorou as riquezas naturais, e retirou à força terras indígenas (como nos outros países). A colonização ocorreu

⁶ Pachakuti (Cambio de la Tierra ou mudança da Terra) representa uma Nova Era profetizada pela tradição Andina para iniciar-se na nossa época, durante a qual, os povos originários da América deixarão de serem oprimidos e haverá um renascimento da glória dos antepassados. Se espera que o Pachakuti seja um tempo de Renascimento para a América do Sul em geral, e a zona andina em particular. (tradução própria de texto disponível em: <http://es.anrrompedia.wikia.com/wiki/Pachakuti>)

também por vias religiosas, onde foi utilizada a catequização como meio de dominação dos povos considerados inferiores. “Junto às caravelas, ao lado dos comandantes e soldados estavam os missionários. Junto à cruz estava a espada, a violência, a conquista, o que é uma profunda e radical contradição. Sabemos que toda esta realidade tem suas raízes (COLLET, P. 25, 2001).”

De acordo com Melo (2010), na colonização espanhola, houve uma maior perseguição com fins religiosa, devido à maneira complexa como se organizava a vida em sociedade onde a religião estava inserida no Estado, e havia idolatria aos líderes que simultaneamente religiosos e políticos. No caso da colonização portuguesa, as estruturas sociais e religiosas encontradas no Brasil eram menos complexas.

O termo “índios” passou a ser utilizado pelos colonizadores europeus para designar os indivíduos colonizados (não era uma palavra que os povos utilizavam para se auto-identificar) foi um termo designado pois os portugueses quando chegaram ao território, pensaram que haviam chegado às índias . A história geralmente se passa a partir de uma perspectiva dominante, que valoriza a ação colonizadora. Mas “Do ponto de vista indígena o Brasil não foi descoberto, mas invadido (MOONEN, 2008, p.5).”

Então pensar a formação religiosa no Brasil, é pensar em uma complexidade histórica, que teve início antes mesmo da colonização portuguesa. Segundo Oliveira e Freire (2006), o etnólogo Curt Nimuendaju constatou em 1500 que haviam cerca de 1400 povos indígenas em território brasileiro. Não existe uma cultura indígena, mas diversas culturas com organização social, crenças e rituais próprios. Quando os portugueses chegaram ao Brasil com suas leis, costumes e religião, houve um choque cultural.

Para Dussel a chegada às Américas dos ibéricos não foi um encontro de duas culturas, mas, representou um choque devastador, genocida, absolutamente destruidor do mundo indígena, pois o conceito de encontro é encobridor porque se estabelece ocultando a dominação do “eu” europeu, de seu mundo, sobre o mundo do outro, do índio, mas era uma relação assimétrica, onde o “mundo do outro” é excluído de toda a racionalidade e validade religiosa possível (COLLET, 2001, p.52).

Buscou-se implantar no América Colonial, o mesmo modelo cristão europeu, o catolicismo com a estrutura hierárquica de Roma. Porém esse catolicismo veio de maneira mais rústica, por colonos de camadas mais simples da sociedade (MELO, 2010). Além disso, não era possível esperar que fosse seguido o mesmo rigor que havia na Europa, pois o cristianismo era algo totalmente novo para a população nativa e na Colônia as terras eram mais dispersas, tornando difícil o controle. Portanto o catolicismo que surgiu no país, tinha traços próprios

populares, apresentava um certo hibridismo, um misto de costumes e superstições que foram trazidas com os portugueses, e traços de paganismo indígena e ritos africanos (MELO, 2010).

Os Jesuítas foram primordiais na execução desse papel de “educar” ou converter os indígenas. Segundo Neto e Maciel (2008) o projeto Jesuíta já existia na Europa desde 1540, fundado por Inácio de Loyola, por padres denominados Jesuítas que pregavam em nome de Jesus. Quando espanhóis e portugueses chegaram à América, o projeto foi expandido na intenção de catequizar os indígenas executando seu projeto educacional. Ainda de acordo com os autores, os jesuítas chegaram no Brasil em 1549 e constituíram a Companhia de Jesus na Bahia.

A vida na Colônia era bastante difícil, os padres eram sustentados por esmolas, o fato de haverem aldeamentos indígenas, melhorou a situação pois iniciou-se também o trabalho nas terras (MELO, 2010). Era de interesse da coroa portuguesa que os indígenas fossem convertidos em “homens civilizados” facilitando assim a colonização, e a inserção deles no modo de produção burguês, nas relações de trabalho principalmente, pois consideravam que com seu modo de vida, vivam no ócio (NETO E MACIEL, 2008).

Ao trazerem para o Novo Mundo as projeções claras do mundo europeu, em especial a forte e marcante religiosidade aos moldes de um catolicismo que, embora híbrido, se pretendia absoluto, valorizou-se desta forma um projeto no qual a expansão da fé e a colonização caminhariam sempre juntas. A lógica de salvação através da cristianização estava clara e consolidada para os portugueses e, com tais pressupostos, justificaram sua política sobre os povos que pretendiam “conquistar”. [...] Em paralelo às motivações religiosas, porém nem sempre a elas atrelada, encontrava-se a lógica mercantilista de toda empresa colonizadora. Esta vertente encontrou nos indígenas ampla possibilidade de mão-de-obra; em larga escala e acessível, o trabalho indígena escravo era a solução para os problemas imediatos referentes ao desenvolvimento da colônia (MACHADO, 2006, p.16-17).

Oliveira e Freire (2006), pontuam que os jesuítas sentiam dificuldade na catequização. Em alguns relatos os Jesuítas afirmavam que pregar aos indígenas era como pregar “em deserto à pedras” pois eles só sabiam matar e comer. Segundo Moonen (2008) os jesuítas desembarcaram pela primeira vez no Brasil em 1549, houve a recomendação de que fossem separados os índios cristãos dos pagãos⁷.

[...]a administração jesuítica significava invariavelmente o etnocídio, pois as mil e uma proibições e prescrições levaram ao fim das culturas indígenas. Os aldeamentos reuniam índios de várias aldeias e, muitas vezes, até de diversos povos. Na nova vida sedentária havia hora certa para tudo: para acordar, dormir, rezar e trabalhar. (MOONEN, 2008).

⁷ O termo “pagão” abrigava todos aqueles que não eram cristãos, povos não batizados. (MELO, 2010)

O encontro dos povos indígenas com os colonizadores representou um extermínio biológico pois trouxe doenças que eram desconhecidas, além disso foram exterminados e submetidos a um processo genocida⁸ ou mais especificamente etnocida⁹. De acordo com Moonen (2008) os missionários jesuítas foram responsáveis por transmitir diversas doenças aos índios. O padre Nóbrega recomendava que fossem para o Brasil padres doentes, atestando que a recuperação dos padres seria mais rápida. Então muitos índios foram assassinados devido a atividade missionária. Os padres entretanto, acreditavam que os índios morriam por serem pagãos, como se fosse uma punição divina pelos pecados praticados.

Havia um confronto declarado entre os missionários e pajés, tal confronto e associação demoníaca, se origina no contexto europeu, na luta cristã contra feiticeiros e bruxas. Havia representações feitas por pintores que ressaltavam as práticas tidas como “bárbaras” como: o antropofagismo¹⁰, a poligamia, sendo assim contribuía para que a visão a cerca desses povos fosse negativa.

Foi a gente aqui encontrada que provocou maior curiosidade. Os índios, vistos em princípio como a boa gente bela, que recebeu dadivosa aos primeiros navegantes, passaram logo a ser vistos como canibais, comedores de carne humana, totalmente detestáveis. Com o convívio, tanto os índios começaram a distinguir nos europeus nações e caracteres diferentes, como estes passaram a diferenciá-los em grupos de aliados e inimigos, falando línguas diferentes e tendo costumes discrepantes (RIBEIRO, 2006, p.56).

Os povos indígenas eram vistos como indignos de qualquer confiança, eram tidos como selvagens. “A superioridade cristã diante dos nativos “degenerados” justificava a conquista: para mudar costumes e valores era necessário integrar os nativos ao trabalho colonial.” (OLIVEIRA, FREIRE, 2006, p.30). Devido a esse fato, houve intenção de salvar esses povos e construiu-se a crença de que a colonização teria caráter filantrópico e humanitário, visão que se propaga até hoje em diversos espaços (OLIVEIRA, FREIRE, 2006).

O trabalho de catequese dos indígenas possibilitava a expansão do sistema colonial. A nova ordem religiosa possibilitou a instalação de “[...]conventos, colégios e igrejas, proliferando a

⁸ Tal processo se dá “quando os índios são impossibilitados de viver de acordo com seus valores culturais tradicionais ou lhes é imposta a cultura do colonizador.” (MOONEN, 2006, p.6)

A ONU em 1946, definiu genocídio como: “quaisquer atos perpetrados com a intenção de destruir, parcial ou totalmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como sejam: a) matar membros do grupo; b) infligir lesão grave à integridade física ou mental dos membros do grupo; c) submeter intencionalmente o grupo a condições de existência que forçosamente acarretem sua destruição física total ou parcial; d) adoção de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo; e) transferência forçada de crianças de um grupo ao outro. (MOONEN, 2006, p.11)

⁹ Genocídio específico relacionado a extermínio étnico

¹⁰ Condição, particularidade ou ação de antropófago; característica de quem come carne humana; canibalismo ou antropofagia.

disseminação de símbolos religiosos, como cruzeiros e oratórios. Tais instalações possibilitaram a ação missionária junto aos aldeamentos indígenas (OLIVEIRA, FREIRE, p.46, 2006).”

A expansão da catequese foi possível com terras cedidas pela coroa, e pela produção agrícola obtida por trabalho indígena. Conforme foram se instalando, os jesuítas e colonos portugueses perceberam que teriam muito trabalho pela frente, em terras que apresentavam um território diverso do que estavam acostumados. Para realizarem os trabalhos os portugueses passaram a utilizar utilizaram mão de obra indígena (PIMENTEL, 1995).

Os índios estavam acostumados com trabalhos de explorações, caça, abertura de caminhos, essas atividades se relacionavam com atividades cotidianas que eram realizadas anteriormente por eles. Eles possuíam conhecimento das técnicas de cultivo, mas quando a exploração agrária no Brasil expandiu-se em grandes unidades de produção, o índio não conseguiu suportar o ritmo de trabalho monótono dos engenhos, já que nos trabalhos executados anteriormente, havia uma movimentação (PIMENTEL, 1995). Os europeus os forçavam a executar os trabalhos, e muitos indígenas fugiam pois não se identificavam com o trabalho imposto.

Com o passar do tempo, a mão de obra não era mais algo viável pois os indígenas anteriormente realizavam uma vida sedentária, não estavam acostumados ao trabalho árduo, e logo se cansavam, adoeciam. “[...] a pouca rentabilidade do seu trabalho e as elevadas taxas de mortalidade, levaram os colonos a procurar uma solução alternativa para o fornecimento de mão-de-obra, o que resultou no incremento do comércio de escravos negros da África ocidental (PIMENTEL, 1995, p.103).”

Houve então a substituição na mão de obra indígena pela negra, ambas foram amplamente exploradas. Instaurou-se no Brasil um regime escravocrata. Pessoas negras já eram escravizadas por outros países europeus e segundo Holanda (1993) tornou-se quase um fator obrigatório a presença das pessoas negras para o desenvolvimento de latifúndios coloniais, pois de certa maneira facilitava o trabalho, já que estes estavam mais acostumados a realizá-lo.

Os povos negros oriundos da África tinham diversas origens sociais diversas e portanto possuíam níveis culturais diferentes (CASTRO, 2001). Em terras coloniais eram vistos como inferiores, a eles cabia somente o papel de escravos. Houve um impacto na vida desses povos, sendo obrigados a se adaptarem às condições de um novo país, novos costumes, cultura e estando em condição de subcategoria, onde não eram reconhecidos como sujeitos de direitos, eram apenas instrumentos de trabalho.

Com a utilização da mão de obra negra, é instaurado no Brasil uma nova configuração de terra, demarcada através das capitanias hereditárias. Estas, foram distribuídas pela Coroa Portuguesa para os senhores brancos, e dentro de cada capitania, estabeleceu-se a relação entre a “senzala” e a “casa grande” (FREYRE, 1933). A casa grande correspondia ao local de dominação, onde o colono, geralmente homem branco, residia com sua família. Já a senzala, equivalia à precária moradia das pessoas negras escravizadas. A família patriarcal surgiu no Brasil com o início das capitanias hereditárias (FREYRE, 1933). Este marco trouxe a questão do senhor das terras que tinha o domínio das mulheres (brancas negras e indígenas) e além disso possuía controle sobre a terra, filhos e escravos.

Quando os navios negreiros chegaram ao país também trouxeram uma nova cultura, uma religião que possuía fundamentos na magia, no culto aos ancestrais e divindades ligadas à natureza (MELO, 2010).

De acordo com o pensamento da época o malefício era o poder que o demônio possuía e propagava entre aqueles que habilitassem a utilizar a magia que ele concedia. Na Europa Moderna, na qual concorriam as influências do Cristianismo Católico e Protestante, este malefício identificava-se com as bruxas, feiticeiros e curandeiros. No Brasil Colonial esta representação migrou para um novo estereótipo: o negro. As crenças religiosas trazidas pelos negros, portadores de outra cultura, subsistiram quando se estabeleceu o culto dos ancestrais como base mítica de suas origens como povo, e o respeito às divindades ligadas à natureza. Capítulo de resistência cultural a manutenção de traços religiosos na população negra foi possibilitada pela maneira com que se trataram os escravos (MELO, 2010, p.42- 43).

Os povos negros que foram escravizados, não eram tão fortemente alvo de catequização quanto os índios (que sofriam influência das campanhas evangelizadoras). Somente de tempos em tempos os jesuítas iam aos engenhos batizar os escravos, algumas vezes realizando confissão ou casamento, e faziam isso por determinação da lei. Os escravos eram doutrinados de maneira descuidada, pois eram vistos como indignos de serem catequizados ou sem alma (MELO, 2010).

Os cultos que provinham dos indígenas devido ao estigma do antropofagismo, eram atribuídos como paganismo demoníaco, e posteriormente os cultos africanos foram também identificados como demoníacos por seus cânticos, danças e sacrifícios de animais (MELO, 2010). Para os negros trazidos do continente africano o mundo espiritual era tão concreto quanto o material. A cosmovisão era mais do que uma crença, era fundamental para a interpretação de um sujeito inserido em uma coletividade (PRANDI, 1999).

Os negros vieram de diversas regiões, da África super-equatorial provinham da Angola e do Congo, da região da Costa de mina, e do Golfo de Benin, os *fons*, que se classificavam como *jejes* e *yorubás*, também conhecidos como nagôs (CASTRO, 2001).

Como eles proveram de várias regiões diferentes, trouxeram consigo as características específicas de cada nação¹¹. Tivemos a participação de civilizações sudanesas, que são do grupo *yorubá*, que também é conhecido como *nagô*. Também houve a participação dos grupos provenientes de Benim, representado pelas nações *Jeje*, e o grupo *bantu*, proveniente da Contracosta (SILVA, 2005). É preciso considerar que as nações também podem sofrer influência de outras, considerando que as tradições são baseadas na oralidade.

Foram principalmente os candomblés baianos das nações queto (iorubá) e angola (banto) que mais se propagaram pelo Brasil, podendo hoje ser encontrados em toda parte. O primeiro veio a se constituir numa espécie de modelo para o conjunto das religiões dos orixás, e seus ritos, panteão e mitologia são hoje praticamente predominantes [...] O candomblé angola, embora tenha adotado os orixás, que são divindades nagôs, e absorvido muito das concepções e ritos de origem iorubá, desempenhou papel fundamental na constituição da umbanda, no início do século XX, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Hoje, todas essas religiões e nações congregam adeptos que seguem ritos distintos, mas que se identificam, nos mais diversos pontos do país, como pertencentes a uma mesma população religiosa, o chamado povo-de-santo, que compartilha crenças, práticas rituais e visões de mundo, que incluem concepções da vida e da morte. Terreiros localizados nas mais diferentes regiões e cidades interligam-se através de teias de linhagens, origens e influências que remetem a ascendências que convergem, na maioria dos casos para a Bahia, e que daí apontam, no caso das nações iorubás, para antigas e, às vezes, lendárias cidades hoje situadas na Nigéria e no Benim (PRANDI, p.44. 2001).

Os cultos afro eram fundados no culto aos ancestrais, se fundavam em famílias e linhagens. Ao chegarem ao Brasil perderam sua base pois as estruturas sociais e familiares eram diferentes e não havia como realizar o culto aos antepassados aqui. Mas restaram as divindades da natureza, Orixás¹² para serem cultuadas e cumprirem esse papel (SIQUEIRA, 2009). Sobre os principais Orixás cultuados, podemos citar:

A religião abriga um monoteísmo difuso em torno de Olurum, o ser supremo, criador do universo e fonte da vida de todos os seres criados. Não se pode dominá-lo ou

¹¹ O termo 'Nação' utilizado para distinguir os diversos dialetos utilizados, maneira de cultuar os deuses, seus nomes, preferências alimentares, louvações, cantos. Diz respeito a identidade étnica específica do reino africano, a procedência do culto em questão. Da região proveniente que se tem o nome da nação. Exemplo: Angola, Congo, Ketu. SILVA, Vagner Gonçalves da. "As nações do candomblé". In: *Candomblé e Umbanda – caminhos da devoção brasileira*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2005

¹² Significa "dono da cabeça" (*Orixá* = *Ori* + *xá* – Dono da cabeça, Força da cabeça – Luz da cabeça). São deuses ou espíritos de alta frequência vibratória que derivam das forças da natureza, carregando características específicas de cada elemento. Juntos no Candomblé. **O que é Orixá? E quem são os Orixás?**. 2012 Disponível em: <https://www.juntosnocandomble.com.br/2012/01/o-que-e-orixa.html> Acesso em 03. Jun. 2018

manipulá-lo. Afastado dos homens, manifesta-se através das forças da natureza que são divinizadas como orixás. Assim, o trovão e o raio se identificam com Xangô, a tempestade e o fogo com Iansã ou Oyá, a chuva e os rios com Oxum, a fertilidade com Iemanjá, o arco-íris com Oxumaré, as folhas com Ossaim, as enfermidades com Obaluaiyê, a transformação com Omulu, a fauna com Oxossi, a guerra com Ogum, as margens dos rios e riachos com Logum-Edé, as águas paradas e os pântanos com Nanã Burukê. Os orixás, enquanto divindades ligadas à ordem cósmica, regulam as relações sociais, a ética, a disciplina moral de um grupo ou de um segmento (SANTOS 1986. P. 102).

Os *yorubás* ou *nagôs* acreditam que homens e mulheres originam-se dos orixás e recebem de cada orixá características e desejos específicos (SIQUEIRA, 2009). Através da crença de ligação com o orixá que “rege” sua cabeça, a pessoa começa a vivenciar uma profunda conexão com o mesmo, reverenciando-o nos mais diversos instantes de sua vida. Por possuírem atributos humanizados, cada orixá possui suas próprias características e preferências (SIQUEIRA, 2009). Devido a este fato, é atribuído tal orixá à uma pessoa que seja mais agitada e briguenta, e outro orixá àquela pessoa que possua sua personalidade mais calma e passiva. Graças à esta possibilidade de semelhança, a individualidade do devoto associa-se com a do orixá, pois ambos possuem uma ligação de afeto e afinidade.

Tal fato, contribui para que a conexão com o orixá não aconteça somente nos dias de trabalho do terreiro, mas também nas singularidades da pessoa e também nos dias cotidianos de sua vida. A salvação nos cultos afro ocorre através da realização de ritos e sacrifícios que trazem o axé¹³ das divindades, e proporcionam bênçãos para a vida daquele que os realiza.

Catolicismo e religiões afro têm atitudes diversas diante da história, resultado de práticas salváticas diferentes advindas de uma diferente imagem de Deus. Para o Catolicismo, o reconhecimento de Deus baseia-se na sua entrada na história humana através de Cristo. Para o Candomblé, a representação de Deus é veiculada pelos mitos. A salvação, para os cristãos, é um dom; no Candomblé há a salvação simbólica dos ritos que permitem a superação da distância entre o *aiyê* e o *orun*¹⁴[...] Há certa flexibilidade no conceito do bem e do mal que não se apresentam com marcante diferença dicotômica. A identidade mítica legitima as realizações e faltas de cada um. Os deuses africanos não são potências éticas que exigem e recompensem o bem e castiguem o mal (SIQUEIRA, 2009, P.44).

Ou seja para os cultos africanos a dicotomia entre bem e mal, tão comum no cristianismo não se aplica. Diferentemente dos arquétipos imaculados cristãos, as religiões de matrizes

¹³ Pode se traduzir como “bênçãos”

¹⁴ *aiyê* (terra) e o *orun* (céu) (SIQUEIRA, 2009. P. 45) Para os iorubás tudo acontece em três planos: o *Aiê*, que é este nosso mundo, o do tempo presente; o *Orum*, que é o outro mundo, a morada dos deuses orixás e dos antepassados, o mundo mítico do passado remoto; e o mundo intermediário dos que estão aguardando para renascer. Este mundo dos que vão nascer está próximo do mundo aqui-e-agora, o *Aiê*, e representa o futuro imediato, atado ao presente pelo fato de que aquele que vai nascer de novo continua vivo na memória de seus descendentes, participando de suas vidas e sendo por eles alimentados, até o dia de seu renascimento como um novo membro de sua própria família. (PRANDI, 2001. P.49)

africanas possuem suas divindades humanizadas, com caracteres humanos, capazes de sentir raiva, desejos, amor, vingança. No continente africano haviam muito mais orixás do que os que foram cultuados no Brasil. Houveram dificuldades em cultuar alguns orixás no Brasil, pois as terras apresentavam aspectos diferentes das terras que os povos africanos estavam acostumados. E alguns orixás eram cultuados na África em terrenos ou águas que não eram como as do Brasil (MELO, 2010).

A resistência da cultura africana foi a única ligação com a África que os escravos mantiveram viva. Embora pertencessem a tradições diferentes, os grupos que configuravam maioria, ou seja, que estavam inseridos dentro da mesma tradição cultural estabeleceram as raízes do Candomblé no Brasil, adaptando seus orixás tanto aos elementos naturais e sociais da nova realidade, quanto à repressão imposta pela Igreja (MELO, 2010, p. 59).

Anteriormente as religiões de origem africana no Brasil eram conhecidas no geral como *Calundu*, *Batuque* ou *Batucagé* até o século XVIII, e queria dizer sorte, dança coletiva, cantos acompanhados por percussão, invocação de espíritos e curas (SIQUEIRA, 2009). Posteriormente surgiu o candomblé, uma religião oficialmente brasileira que manifestou-se pela necessidade de grupos negros de reafirmarem suas identidades sociais e religiosas nas condições de escravos e desamparados socialmente. Utilizavam as referências das nações, e organizavam social e religiosamente os terreiros (SIQUEIRA, 2009).

A partir da religião o mundo cultural africano instalou-se no Brasil, caracterizando o Candomblé como uma religião de negros na qual a maneira de ver o mundo aproxima o profano do sagrado. A religião tornou-se perceptível no cotidiano, instância de construção e legitimação do sagrado. Impõe-se a harmonia com o orixá que contrariada extrapola o indivíduo e prejudica o grupo no qual ele está inserido. Ao entrar para a religião, a pessoa passa por um processo iniciatório que implica na convivência diária, dentro do terreiro, e no aprendizado dos fundamentos. Transmissão feita numa linguagem prenhe de simbolismos e alegorias. Passa-se pela morte ritual para que a divindade possa viver no novo crente. Ingressa ele numa nova comunidade – a do terreiro –, com a qual passa a ter laços de parentesco. Base dessa nova unidade não é o laço de sangue, mas o da fé. Define-se uma irmandade pela consanguinidade espiritual de participação do mesmo axé da divindade da casa. Recebe o noviço um outro nome. Aceita outros códigos de conduta dentro e fora do recinto sagrado. Tem interdições e proibições alimentares, as *quisilas* (SIQUEIRA, 2009. P.45-46).

A morte simbólica do novo ingresso no candomblé é concretizada por meio da raspagem da cabeça, cabeça (*orí*) que é oferecida desde então para o “santo” ou orixá, que rege a pessoa, logo o adepto renasce no orixá e é ressocializado, recebe uma família de santo, que é a sua família do terreiro, e que passa a conviver (PRANDI, 1999). O candomblé constituiu-se muito além de ser apenas uma religião, mas revela uma verdadeira iniciação e entrega da vida dos adeptos ao sagrado. O tempo da iniciação passa a ser regulado pelo tempo do mercado de trabalho (PRANDI, 2001).

Antes a iniciação podia durar muitos meses de isolamento do mundo, atualmente ocorre nas férias dos filhos-de-santo. O tempo africano do terreiro é vencido pelo tempo da sociedade capitalista (PRANDI, 2001, P.56). “Em um novo sistema, uma nova família, novos ritos. A idade que conta no terreiro, é a idade iniciática [...]o tempo de iniciação transformou-se no tempo que realmente conta (PRANDI, 2001 P.54).” Há um profundo respeito aos velhos iniciados, pois estes possuem maior experiência e autoridade pelo tempo acumulado. São os mais velhos que passam os conhecimentos através dos mitos, rituais, louvações. A aprendizagem se dá por meio da repetição, sendo assim os mais antigos são os que possuem o conhecimento e como o conhecimento é transmitido de maneira oral, deve-se aprender com eles. “Os velhos são os sábios e a vida comunitária depende decisivamente de seu saber, de seus mistérios. O ancião detém o segredo da tradição. Sua palavra é sagrada, pois é a única fonte de verdade (PRANDI,2001, p.53).”

Dentro da hierarquia dos mais velhos, encontra-se a figura das mães-de-santo. “Mãe-de-santo ou Ialorixá é designação da pessoa incumbida de gerenciar um terreiro de candomblé e a sua liturgia, de exercer toda autoridade sobre os membros de seu grupo, em qualquer nível da hierarquia (SANTOS, 2011. P.31).” São a autoridade máxima no terreiro e são responsáveis pelo intermédio da comunicação entre os orixás e a comunidade e são as responsáveis por preservar as “leis” do terreiro. Todos os rituais que ocorrem tem intermédio da mãe-de-santo.

Para ser mãe-de-santo é preciso ter o cargo espiritual, ser “eleita” pelos orixás, são elas quem “interpretam” a vontade dos orixás, através do jogo de búzios. As mães de santo realizam os ritos de iniciação com aqueles que desejam iniciar-se no candomblé, e estes passam a ser seus filhos espirituais ou filhos-de-santo (SANTOS, 2011). Seus filhos lhe devem obediência e respeito, devem também devoção aos orixás. “Porém há uma ressalva a fazer à respeito da função de dirigente de um terreiro de candomblé está função tanto poderá ser exercida por um homem como por uma mulher, apesar de certas linhas sucessórias promoverem o homem, ora a mulher (SANTOS, 2011, p.33).”

Havia uma clara rejeição aos negros, por sua condição de escravidão na sociedade e não seria diferente em relação a sua religiosidade. “O principal ponto de desprezo social era a religião: o Candomblé, que se acreditava sinônimo de magia, feitiçaria, curandeirismo, por usar objetos rituais exóticos e realizar sacrifícios sangrentos, transformando a ordem pública (SIQUEIRA, 2009. P.43).” Os povos negros eram tidos como primitivos, eram estigmatizados como imorais, causadores da desordem familiar, atraso civilizatório em contraponto dos brancos superiores, que traziam a cultura europeia (SIQUEIRA, 2009).

A rejeição ao negro – expressa ou camuflada de compreensões e tolerâncias – não se restringe à religião. Há a negação do pensamento africano como um pensamento culto

porque seus fiéis, na maioria, provêm das camadas mais simples da população. Mesmo inconscientemente não se admite que o Candomblé fundamente e postule uma filosofia do universo e uma concepção do homem tão rica e complexa como a ocidental. (BASTIDE 2001, p. 24)

Os rituais ocorriam geralmente afastados, dentro das matas, pois não eram bem vistos, e além disso necessitavam desse contato com a natureza para realizá-los (MELO, 2010). Até hoje os terreiros localizam-se em locais afastados. Para enfrentar o mal são realizadas práticas mágico-religiosas, devido a isso o candomblé passa a ilegalidade por ser associado a feitiçaria já que pais e mães de santo fazem uso de ervas e plantas medicinais para tratar doenças (SIQUEIRA, 2009). “Contravenção e charlatanismo eram os rótulos usados para punir práticas que se consideravam anticientíficas. Em outra vertente condenava-se o espiritual, acusando seus adeptos de práticas do baixo espiritismo (SIQUEIRA, 2009, P.46).” Com as mesmas bases da feitiçaria utilizadas para acusar as bruxas, o candomblé também sofreu tal acusação e faz com que até hoje seja taxado como “baixo espiritismo” inclusive por algumas correntes espíritas.

Posteriormente segundo Souza (2016) surgiu a Umbanda que foi outra religião de origem afro-brasileira que nasceu no Brasil no ano 1908 e baseou-se em matrizes indígenas, negras, catolicismo popular e kardecismo¹⁵. A influência do kardecismo trouxe a crença na reencarnação. A umbanda e o candomblé possuem em comum o culto aos orixás. A diferença da Umbanda é que ela trabalha com entidades que trazem consigo atributos brasileiros componentes da nossa história, como caboclos, pretos-velhos, boiadeiros (SOUZA, 2016). Funda-se nos princípios da caridade, humildade e doação.

A Igreja católica perseguia os cultos afro-brasileiros, que eram estigmatizados por utilizarem tambores, danças. Então para que adeptos não perdessem sua identidade religiosa, passaram a utilizar-se do sincretismo religioso, assimilando orixás com características similares a santos católicos (SOUZA, 2016). Era a única forma que os adeptos possuíam de cultuar suas divindades africanas.

Podemos citar Oxossi, rei das matas que caça com seu arco e flecha (Ofá), foi comparado a São Sebastião que aparece flechado em suas imagens. Iansã que carrega uma espada de raio foi comparada a Santa Bárbara que também é representada com uma espada na mão, Ogum, deus guerreiro da forja do metal e da guerra, é sincretizado com São Jorge da Capadócia que mata o dragão com sua lança, e assim por diante cada Orixá cultuado no Brasil recebeu um sincretismo quando este foi possível (SOUZA, 2016, p.5).

¹⁵ Kardecismo seria a doutrina espírita recebida por Alan Kardec, um pedagogo Francês, no século XIX, que coloca-se como uma renovação do cristianismo. Possui bases positivistas, e busca explicações científicas para os fenômenos espirituais. Acredita na reencarnação, na lei do karma, e no encontro com espíritos desencarnados. LEWGOY, Bernardo. **A transnacionalização do espiritismo kardecista brasileiro: uma discussão inicial**. Relig. soc. vol.28 no.1 Rio de Janeiro: 2008

Dentro do conjunto do sincretismo religioso, o orixá exu foi associado a imagem do diabo da cultura cristã (SOUZA, 2016), causando uma aversão, que permanece até os dias atuais. Exus e pombagiras são representados na maioria das vezes pelas cores vermelho e preto (cores que são associadas ao “mal” e ao demônio cristão), e possuem muitas vezes tridentes, caveiras e chifres em suas imagens. Segundo Souza (2016) o chifre para a concepção iorubana significa poder e o tridente significa os caminhos que o orixá irá percorrer, já que é representado como o senhor dos caminhos.

Eles ocupam a função de guardiões, por isso muitas vezes são relacionados a magia negra. Os exus são como neutros, não são “bons” nem “maus”, estão além disso, são o que você invoca deles. “Na visão iorubana não existe o bem sem o mal. Neste sentido, o orixá exu é uma divindade que está além deste conceito, ele é um Princípio (SOUZA, 2016, P.7).” Todas as entidades afro-brasileiras são caracterizadas como demoníacas, mas exu ocupa o papel principal enquanto uma ameaça (SOUZA, 2016).

Também fazia parte da religiosidade do Brasil colonial, o estigma de bruxas e curandeiras, mas estas não eram caracterizadas como as europeias. Segundo Melo (2010) As curandeiras do Brasil estavam relacionadas a remédios naturais, orações, rituais e benzeduras, aspectos que também eram vistos como malignos, tudo que fugia ao catolicismo era pagão.

A sexualização das mulheres ocorria, assim a associação com “bruxas” e a dos homens negros que eram representados como diabos, sementes do racismo já plantado no período.

A sexualização exagerada das mulheres e dos homens negros – as bruxas e os demônios – também deve ter como origem a posição que ocupavam na divisão internacional do trabalho surgida com a colonização da América, com o tráfico de escravos e com a caça às bruxas. como marcas da bestialidade e da irracionalidade, correspondia à exclusão das mulheres na Europa – assim como das mulheres e dos homens nas colônias – do contrato social implícito no salário, com a consequente naturalização de sua exploração. (FEDERICI, 2017, p.360)

A sexualização das mulheres, levou a mestiçagem no Brasil, que foi uma consequência da constante e impune violência sexual cometida contra as mulheres negras e as mulheres indígenas. Através de estupros contínuos e interruptos, o colonizador, homem branco europeu se apropriava sexualmente dos corpos dessas mulheres, fato que gerava filhos mestiços. Em relação às mulheres índias, eram estigmatizadas como pode ser percebido também na obra de Freyre (1936) associadas ao papel de procriadora, e a naturalização de estarem “disponíveis” para os portugueses. “As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho (FREYRE, 1936, p. 131).”

De acordo com Julio (2015) analisando a obra de Freyre, as índias representariam para o autor, a base da família brasileira. Era esperado delas que ocupassem o papel de mães, esposas/concubinas e donas de casa, isso refletiu na sociedade patriarcal colonial, principalmente enfatizando o aspecto reprodutor e sexual. Essa inserção das mulheres indígenas na sociedade patriarcal as colocou em diversas situações de violência. As abordagens tradicionais que estigmatizam as mulheres indígenas como submissas, fracas mascaram os abusos diversos que eram sofridos por elas e deixam de revelar suas trajetórias e seus lugares como sujeitas históricas.

Na luta pela ereção de um mundo português sobre o indígena o colono negou à cultura pré-existente o direito de permanência. Destruiu-a ou absorveu-a. No entanto o índio permaneceu no mestiço. Este foi responsável pela imposição de maior plasticidade no sistema social que se formava. Uniões lícitas e ilícitas geraram o mameluco, o pardo, o mulato. Mestiços na biologia, nos costumes, na mentalidade eram o grande desafio à integridade da fé ortodoxa, produtos sincréticos do pagão e do católico (MELO, 2010, P.46).

Observa-se que o sexo, já era associado ao poder. A autora Rich (2010) aponta que na sociedade patriarcal, onde impera o falocentrismo, o homem utiliza sua genitália como figura de autoridade, até nas relações sexuais, onde a figura masculina é associada ao poder de possuir outros corpos¹⁶. Então, em sua histórica formação brasileira, temos associado junto ao machismo, a cultura do estupro na criação da mestiçagem, encontramos também o racismo já sendo um dos alicerces na constituição da sociedade brasileira.

A religiosidade então que surgiu no país como uma identidade cultural tem profunda relação com a miscigenação, e com a diversidade ética religiosa presente no território. No cristianismo adentrou-se traços de paganismo. “Há semelhanças estruturais entre o catolicismo popular, as crenças indígenas e os cultos afros, no tocante à devoção a entidades intercessoras e na magia, tradução e intercâmbio entre constituintes do seu tempo religioso (MELO, 2010, P.46).” Além disso a religiosidade popular introduziu um relacionamento com santos que trouxe a questão de promessas, amuletos, simpatias e benzeduras.

Todas essas práticas eram vistas como “[...] idolatria, superstição e feitiçaria, portanto, condenadas pela Igreja, sendo que muitas delas encontram-se relacionadas a santos, orações ou a demônios; o fato de ser um atributo da religiosidade pagã fazia com que se tornassem práticas identificadas como demoníacas (MELO, 2010, P.64).” Práticas consideradas mágicas existem em

¹⁶ Corpos submissos, lembrando o mito de Lilith na criação bíblica. Lilith, segundo as crenças, era a primeira mulher criada por Deus, para Adão. Para ser submissa à este. Porém, Lilith se rebelou durante uma relação sexual com Adão, exigindo ficar em cima deste e não embaixo. Adão não gosta da rebeldia desta e pede a Deus que lhe dê outra mulher, que possa obedecê-lo. E então, Deus cria Eva (TOLEDO, 2008).

diversas sociedades e tempos e são centrais em alguns cultos como os africanos, mas são desde tempos imemoriais consideradas como ignorância, sendo necessária a destruição e perseguição (MELO, 2010, P.75). Por mais que houvesse a demonização, os cristãos recorriam a práticas pagãs e cultos afro quando queriam proteção contra os males, obterem sucesso amoroso ou para cura de doenças quando buscavam a medicina oficial e não tinham resultado.

Com o capítulo foi possível perceber os movimentos históricos que trouxeram a hegemonia cristã, como antes havia uma profunda reverência às figuras femininas e a terra e posteriormente houve a submissão feminina e com isso muitas mulheres foram queimadas, muitos povos foram dizimados ou obrigados a converter-se. O catolicismo que originou-se que não veio “puro” como no contexto Europeu, adaptou-se as circunstâncias, costumes, tradições de religiosidades indígenas e africanas do Brasil e tornou-se algo híbrido, peculiar. Portanto há uma diversidade religiosa no país desde sua origem.

Há uma certa hipocrisia criada no país em posturas de intolerância religiosa. O sistema racista, que desqualifica os cultos africanos, instaurando o ódio e medo esses cultos, esquecendo que a religiosidade que originou-se nos primórdios do país é diversa. Há então no atual contexto uma intolerância religiosa vigente e a necessidade de que as religiões marginalizadas possam ter a liberdade aos seus cultos e ritos sem serem perseguidas, há também a necessidade de se respeitar a laicidade do Estado, sem querer impor uma crença em espaços públicos. É preciso pensar se as religiões estão promovendo reflexões críticas ou discriminação e exclusão a outras crenças diversas.

A tolerância religiosa é parte essencial da política de direitos humanos, da cidadania e ética democrática. Contudo, devemos agir de forma enérgica e crítica quando líderes ou seguidores de religiões promovem o ódio e a discriminação, restringindo direitos humanos fundamentais e atacando seguidores de outras religiões, minorias sexuais ou étnicas, mulheres, crianças, deficientes. Da mesma forma, devemos ser críticos e ativos contra crenças que promovem formas variadas de abusos físicos, psicológicos ou materiais sobre seus seguidores como prova de fé (SILVA, 2004. P.10).

CAPÍTULO 2 – A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NO CAPITALISMO

Após o diálogo sobre a natureza da religião, o movimento de perseguição às bruxas e a contextualização histórica de formação religiosa na América Latina e no Brasil, iremos agora abordar a influência da religião no movimento de produção capitalista. É importante se considerar que toda e qualquer ação, ou discurso, possuem sua própria “ideologia” e que não existe neutralidade nem nos seres humanos e nem em seus modelos de crenças. Com isso, a religião se torna um veículo importante de disseminação de ideias, valores, normas e comportamentos.

Esta, ocupa então um local onde podem ser desenvolvidos diversos tipos de opressões e discriminações, visto que os discursos presentes podem por vezes ferir a individualidade de grupos ou pessoas.

Irá ser realizada a tentativa de busca e reflexão nos pontos de intercessão entre o modo de produção capitalista e a influência que a religião, especialmente no contexto brasileiro a que atualmente coloca-se enquanto hegemônica, possui sobre o sistema. Também será tratado algumas breves, pois são numerosas, expressões da moralidade cristã refletidas em relação a mulher, família, comunidade LGBT.

1.1 EM RELAÇÃO A IDEOLOGIA, MORAL E ÉTICA

Valor é uma categoria ontológico-social inscrita no contexto histórico do ser social. Todas as atividades humanas são orientadas por relações de valoração. Expressões de valor são utilizadas para mediar e orientar categorias éticas, científicas e descrevê-las como: bom e mau, belo e feio, verdadeiro e falso (BARROCO, 2010).

Segundo Barroco (2010), a moral aparece na sociabilidade humana estabelecendo normas e deveres. A moral em si, não alienada, está relacionada com a liberdade de escolha, e a responsabilização pelas escolhas. Para a reprodução de normas morais, é necessária a repetição, que se transformem em hábitos e costumes. No momento em que são internalizados esses valores tornam-se juízos norteadores para os indivíduos e a reprodução ocorre de maneira espontânea. Quando indivíduos não cumprem valores estabelecidos, sentem que vão contra uma norma moral, sentem-se julgados pelos demais e constrangidos. Na ocasião em que comportam-se conforme a moral dominante, sentem que cumpriram seu papel. A moral passa a fazer parte do caráter dos indivíduos e torna-se responsável por estabelecer vínculos sociais (BARROCO, 2010).

A partir da alienação capitalista, a moral passa a expressar valores dominantes, a liberdade é obtida na negação do outro, desvincula-se a liberdade da moral, sendo assim ela torna-se um ideal jamais alcançado. Há uma tendência em assimilar valores morais dominantes de maneira acrítica, fazendo com que sejam valorizadas necessidades privadas alheias. Como esses valores não tratam de uma escolha consciente, não visam a liberdade, também não vão na direção da emancipação humana (BARROCO, 2010). “Na sociedade capitalista, os valores éticos, estéticos, tendem a se expressar como valores de posse, de consumo, reproduzindo sentimentos,

comportamentos e representações individualistas, negadoras da alteridade e da sociabilidade livre (BARROCO, 2010, p.35).”

É comum encontrarmos dentro de sistemas e organizações hegemônicas, um forte repasse de normas, regras e condutas propagadas e defendidas por aquele grupo social em questão. No caso específico da moralidade cristã, esta se ocupa em defender “valores” que vão de acordo com os princípios da fé, e transmitir à sociedade regras de como agir e viver. Podemos tomar como exemplo o casamento monogâmico e heterossexual, norma difundida à toda a sociedade e colocada como uma lei divina e instituída por Deus (LESSA, 2012). É preciso ressaltar que o cristianismo foi fundamentado primeiramente na bíblia, tendo esta como seu único “livro de fé e prática”, e mais adiante a Igreja exerce o seu poder para interpretá-la e repassar às demais pessoas suas explicações e deduções bíblicas. Porém, o que observamos no capítulo anterior – especialmente no contexto brasileiro devido à colonização judaico-cristã (FREYRE, 1993) e ao histórico genocídio de povos negros e indígenas (HOLANDA, 1995) – é que a doutrina cristã foi estabelecendo e consolidando o seu poder através de ações violentas contra grupos e indivíduos que divergiam das crenças e dogmas difundidos no cristianismo.

O cristianismo não se estabelece então como uma religião, onde o sujeito possui o poder de escolha de seguir ou não aquela doutrina, mas sim torna-se um valor absoluto e imposto, defendido (e ensinado) dentro da família e na sociedade. Assim como demais princípios que são amplamente divulgados, a doutrina cristã é publicizada e colocada enquanto hegemônica. Neste movimento de atuação, a ideologia ocupa um papel fundamental na manutenção deste poder.

A autora Marilena Chauí (2008) aponta que o termo “ideologia” tem sido vulgarizado e utilizado para referir-se a outros conceitos, que fogem da concepção de ideologia enquanto um ideário histórico. “Ideologia é um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e que esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política (CHAUÍ, 2008, p. 9).” Na concepção marxista, a ideologia é um instrumento usado historicamente para dominar e controlar grupos minoritários (MARX, 1998).

Ao estudar sobre ideologia, Marx e Engels, se fixaram à exploração vivenciada pela classe trabalhadora, e conceituaram ideologia como um conjunto de crenças (ideias, doutrinas, pensamentos, perspectivas de mundo) que subjugava e mantinha os operários nesta posição de inferioridade (CHAUÍ, 2008). Vale ressaltar que a ideologia no modo de produção capitalista atua enquanto falsa consciência, fazendo com que o grupo dominado, assimile os valores que lhe são impostos pelo grupo dominante, e chegue a acreditar que aquele sistema de crenças “é

seu” e “sempre foi assim” (CHAUÍ, 2008). Podemos então inferir que a ideologia, enquanto falsa consciência¹⁷, naturaliza opressões.

A ideologia política do modo de produção capitalista, destrói a participação democrática dos sujeitos e cria uma ideologia individualista, anti-ética. É uma ideologia acumuladora de bens e serviços que cria desigualdades e injustiça social. É um sistema que baseia-se na competição e não na cooperação (BOFF, 2012).

Com isso, a ideologia diz respeito à organização da sociedade e, em consequência, ela sublinha, ainda que não de forma patente, um projeto para a formação social então em questão. Sendo assim, quando falamos em formação da subjetividade, o que pensamos é no encaminhamento de atitudes, comportamentos, reações, concepções etc, rumo aos interesses sociais em voga, compatibilizando-os afinadamente com o projeto com o qual se alinha a ideologia em questão (SILVA, 2013, p. 118).

Ressignificando o entendimento originário dado por Marx e Engels, neste viés de que a ideologia é um conjunto de crenças transmitidos por um grupo dominante e repassado, podemos enxergar uma similaridade no que diz respeito à demais áreas da vida onde encontramos a manutenção e a naturalização de diversas normas. A moralidade cristã, tratando mais especificamente do processo histórico vivenciado no Brasil, ocupa este papel ideológico, de transmitir à sociedade um conjunto de regras e valores, que não irão necessariamente representar todos os indivíduos e grupos sociais, agindo como a moral alienada, que não visa a liberdade de escolha dos indivíduos.

Um dos resultados concretos de um sistema de normas hegemônico, é a discriminação e o preconceito, pois a partir do momento em que aquele sujeito não seguir a conduta dominante, vivenciará represálias por não praticar aquele modelo estabelecido. Em diversos momentos ao longo da história, o cristianismo se apoia na ideologia para discriminar outras crenças e grupos que não possuem sua aceitação social dentro da doutrina cristã. O ato dogmático moral, converte-se em moralismo, agindo por meio da irracionalidade e intolerância, negando o potencial de liberdade humana. O preconceito pode se transformar em moralismo que, como reprodução do conformismo, “[...]impede os indivíduos sociais de assumirem uma atitude crítica diante dos conflitos, assim como uma forma de discriminação, tendo em vista a não aceitação do que não se adequa aos padrões de comportamento estereotipados como “corretos (BARROCO, 2010 p.47).”

¹⁷ O conceito de ideologia não é consenso mesmo entre marxistas. Autores como Gramsci e Lukács definem ideologia de forma distinta, seja como concepção de mundo, seja como expressão na consciência das práticas sociais dominantes, respectivamente, ambas complexificam a ideia de falsa consciência atribuída a Marx e Engels.

Dentro das discriminações possíveis de serem vivenciadas por não seguir a hegemonia da ideologia dominante, observa-se a intolerância religiosa. A intolerância religiosa baseia-se num ponto de vista fundamentalista (hegemônico), que possui caráter absolutista, literal, rigoroso. Os fundamentalistas se sentem os únicos portadores da verdade, não aceitando outras verdades, e agindo com intolerância perante ao diferente. A pessoa com esse ponto de vista sente-se a única que possui a verdadeira revelação de Deus (BOFF, 2012), abominando a diversidade religiosa e o ateísmo.

Para o fundamentalista, a criação se realizou mesmo em sete dias. O ser humano foi feito literalmente de barro. Eva é tirada da costela física de Adão. O preceito “crescei e multiplicai-vos, enchei e subjuguai a Terra, dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre tudo o que vive e se move sobre a Terra” (Gênesis I, 28-29) deve ser tomado estritamente ao pé da letra, pouco importando se essa dominação antropocêntrica venha a pôr em risco a biosfera. Mais ainda: só Jesus é o caminho, a verdade e a vida, o único e suficiente salvador. Fora dele há somente perdição (BOFF, 2002, P.14).

De acordo então com esse caráter literal, do pensamento fundamentalista, de seguir à risca os preceitos bíblicos sem interpretar ou questionar se são cabíveis, a moral torna-se inflexível em relação às minorias, mulheres, homossexuais e família. E na perspectiva política exalta a ordem, disciplina e segurança (BOFF, 2012). Segundo Boff (2012), existiriam no fundamentalismo duas vertentes, o doutrinário e o ético moral. O doutrinário na perspectiva dos católicos, seria o catolicismo como única Igreja de Cristo, e a única verdadeira, e os que não se converterem são passíveis de sofrerem a perdição eterna. A segunda vertente, da moral, é a constante doutrinação contra: métodos contraceptivos, aborto, homossexualidade, divórcio e eutanásia. Esse discurso fundamentalista moral busca valorizar a família tradicional dentro dos moldes hegemônicos, estigmatiza o papel das mulheres na sociedade, condena a diversidade sexual/ Identidade de gênero, condena a diversidade religiosa.

É preciso considerar que na atmosfera de direitos civis no Brasil, existe o princípio da laicidade do Estado, e a imposição de religiões hegemônicas vai contra esse princípio. Segundo Ganem (2008) no período colonial prevaleceu a hegemonia da Igreja Católica. Apenas os católicos eram beneficiados pela coroa portuguesa. A Igreja e o Estado estavam vinculados e o não-católico era culpado por enfraquecer a parceria da estrutura colonial com a religião. A união entre igreja e o Estado era vigente e o catolicismo a religião oficial. Vigorava uma liberdade de crença, porém não era possível a realização de cultos, somente em âmbito privado ou doméstico (art 5º constituição de 1824).

Na Constituição de 1891 afirmou-se a separação entre a Igreja e o Estado. O catolicismo deixa de ser a religião oficial do Estado. Desde então consolida-se o Estado laico no Brasil, ao passo em que consagra-se a liberdade de culto (GANEM, 2008). O Estado brasileiro desde 1891 já tinha um certo caráter laico, mas com a Constituição Federal de 1988, esse caráter ficou mais evidente, com uma dimensão maior do que as constituições anteriores. A liberdade religiosa deve ser garantida de maneira mais ampla (GANEM, 2008). A partir da independência (1822) chegaram ao Brasil imigrantes ingleses anglicanos e luteranos, essa migração trouxe novas religiosidades e a formação de estados de maioria protestante. E dividiu com o catolicismo, a hegemonia religiosa do Brasil (SOUZA, 2016).

Ao se debruçar no estudo da ética protestante, Marx Weber descobriu que esta possuía uma intrínseca ligação com o modo de produção capitalista. Weber (2004) usa dois grandes nomes e influências do protestantismo para compreender o mesmo. João Calvino e Lutero, utilizavam como uma das bases da doutrina, o argumento da vontade de Deus acima de todas as coisas, estabelecendo esta ordem divina como base até mesmo para os problemas de ordem materiais e morais. Weber (2004) aponta que Lutero justificava a inserção de renda e profissões enquanto manifestações da vontade do deus cristão. Ou seja, este deus aprova seus fiéis primeiramente pela ordem moral e posteriormente por suas condições econômicas que os mesmos fornecem às suas comunidades e igrejas.

Weber (2004) observou que os seguidores do movimento protestante temiam o desemprego e as condições de baixa renda, e com isso eram levados a trabalhar mais e buscar melhores condições de vida constantemente. Os adeptos temiam aparentar-se como “vagabundos” (CASTEL, 2013) ou pessoas ociosas, o que retirava sua “dignidade” enquanto pessoa humana, baseada no ato de trabalhar. Consequentemente, essa devoção ao trabalho foi fundamental para que o protestantismo tivesse espaço e aprovação em diversos países capitalistas, pois ambos possuem o dinheiro como elemento chave de suas ações.

A consciência que a Igreja vem tomando da gravidade dos problemas sociais gerados pelas sociedades de classes e da possibilidade de ela, através de uma atuação inteligente, evitar o aparecimento de lideranças radicais e construir um mundo mais justo, leva a crer que cada vez mais procurará ajustar sua doutrina social à evolução histórica (SAFFIOTI, p. 159, 2013).

O Estado laico é aquele que não é regido por crenças, não persegue crenças e garante a liberdade de pensamento (DINIZ, 2013), isto significa que a população e cada um de seus sujeitos, possuem a liberdade religiosa de praticarem ou não alguma crença específica. Além disso, o Estado laico deve proteger contra discursos de ódio a outros grupos, nenhum grupo

minoritário pode sentir-se ameaçado pela hegemonia religiosa (DINIZ, 2013). Segundo Diniz (2013), a laicidade fortalece a resistência à homofobia e demais opressões feitas em nome de crenças religiosas. Deve proteger as leis garantidoras de direitos em detrimento da hegemonia religiosa, ou seja, deve garantir direitos iguais para todos. Como exemplo, a legislação deve proteger a sociedade de práticas homofóbicas como a patologização da homossexualidade.

A laicidade protege nossa rica diversidade, isso significa que é esse dispositivo que garante que possamos acreditar, mudar de crença, voltar a crer, desistir de crer. E não só no divino, mas no humano. É a laicidade quem resiste às tentativas brutais de perseguição religiosa, de imposição de uma única crença como possível (DINIZ, 2013, p. 4).

O respeito a diversidade religiosa é essencial em um sistema que se afirma laico e democrático, faz parte de direitos humanos de cidadania básicos, e da ética democrática. A reflexão ética é fundamental para o respeito a diversidade religiosa e aparece como sistematização da vida cotidiana, percebendo as necessidades além das exclusivamente individuais, ampliando as liberdades individuais. Para que a ética cumpra seus objetivos, deve ser crítica e desmistificar as maneiras de pensar. Deve analisar criticamente a moral propagada e suas alienações, deve agir na singularidade, na elevação do cotidiano para a universalização do humano-genérico (BARROCO, 2010). Na política percebe-se uma ética que objetiva os fins, e para obter tais fins pode-se recorrer a meios mesmo que não sejam éticos aceitáveis.

Quando a ética não exerce essa função crítica pode contribuir, de modo peculiar, para a reprodução de componentes alienantes; pode colocar-se como espaço de prescrições morais; favorecer a ideologia dominante; obscurecer os nexos e as contradições da realidade; fortalecer o dogmatismo e a dominação; remeter os valores para uma origem transcendente à história; fundamentar projetos conservadores; operar de modo a não superar a imediatividade dos fatos; ultrapassá-los mas não apreender a totalidade, contribuindo para que os homens não se auto-reconheçam como sujeitos éticos (BARROCO, 2010, p.56).

A ética portanto deve ter caráter revolucionário, agindo de maneira crítica à moral dominante, objetivando a liberdade humana. “Por isso, a ética é, também uma referência para a práxis político-revolucionária, seja como instrumento teórico-crítico, seja como orientação de valor que aponta para o devir (BARROCO, 2010, P.57).” A discriminação contra outras religiões ou contra o ateísmo é uma maneira de restringir direitos humanos fundamentais. Promover debates éticos é fundamental para o enfrentamento da discriminação, é preciso respeitar a liberdade de crenças e reconhecer o valor de cada ser humano e garantir seus direitos (SILVA, 2004).

1.2 EM RELAÇÃO A EXPRESSÕES DA MORALIDADE

Neste tópico serão apresentadas maneiras como a moralidade cristã se expressa através do conservadorismo em diversos setores do cotidiano, indo do âmbito público ao privado. A moral quando dogmática no sentido religioso, converte-se em fundamentalismo e atua por vias conservadoras. O conservadorismo tem suas raízes com o projeto social da Igreja Católica que possuía ideais positivistas e neotomistas (BARROCO, 2010).

A ideologia conservadora justifica a ordem social burguesa e acredita em uma harmonia. As lutas sociais e os fenômenos que fogem da harmonia, são vistos como desordem, pois o conservadorismo pauta-se na coesão social (BARROCO, 2010). A vivência baseada em tais ideais reproduz a alienação, repetindo valores de maneira acrítica, padrões de comportamento, preconceitos, conformismos, discriminação do que não se encaixa de acordo com padrões estabelecidos como corretos. (BARROCO, 2010). O conservadorismo apresenta-se como uma valorização do passado, da tradição e da ordem, negando a democracia, a liberdade, a emancipação, a diversidade e demais conquistas e avanços democráticos (BARROCO, 2010).

De acordo com Barroco (2010, p. 78), “[...] o aspecto ideológico conservador do pensamento positivista não está apenas na defesa da família nos moldes tradicionais, mas, principalmente, na defesa da propriedade privada, base da constituição da família e de preservação do papel da mulher”. É perceptível o repasse de dogmas religiosos sendo transmitidos dentro da família, expressada através do modelo tradicional de família burguesa (LESSA, 2012).

Percebe-se também dentro desse contexto a importância da socialização feminina para a reprodução e formação de uma moralidade “feminina”, que vai de acordo com os princípios instituídos como virtuosos pelo cristianismo como bondade, pureza e subordinação (BARROCO, 2010). Esses dogmas também apresentam-se em leis, projetos e políticas públicas. Desta forma, podemos perceber inúmeras manifestações de discursos conservadores pautados no ódio e demais manifestações de intolerâncias praticadas em nome (ou em prol) de uma crença (DINIZ, 2013).

Inicialmente contextualizando a questão da família monogâmica (ENGELS, 2017), que foi uma base para o ideal da família burguesa e para a submissão das mulheres. De acordo com Engels (2017) a família monogâmica surgiu após a família pré-monogâmica, na transição da fase média e a fase superior da barbárie. Ainda segundo o autor esse modelo baseava-se na procriação, e no domínio masculino, o objetivo era obter herdeiros, para que estes tivessem herança dos bens paternos. A família monogâmica apresenta rigidez em seus laços conjugais

(ENGELS, 2017). Tal modelo de família monogâmica é a base para a moderna família burguesa (LESSA, 2012), a monogamia neste aspecto não significa nesses parâmetros uma união, mas significa todo um sistema de propriedade privada, a união obrigatória do casal heterossexual, com a obrigação da procriação e herdeiros para cuidarem de suas posses.

Segundo Lessa (2012) a família monogâmica teve sua origem com a organização da sociedade de classes, e ocorreu por meio da violência e do trabalho explorado. Anteriormente no modelo denominado de “família comunal” nas sociedades primitivas, existia a lógica do compartilhamento alimentação e o cuidado. Com o advento da sociedade de classe e o começo da alienação do trabalho, fundado na propriedade privada e concorrência, o modelo passou a ser monogâmico ou nuclear e essa mudança foi obtida com base na violência (LESSA, 2012). E a guerra sendo uma atividade predominantemente masculina, trouxe a submissão das mulheres. Logo, a riqueza obtida através das guerras também se converte em propriedade privada para homens da classe dominante (LESSA, 2012).

Caberão, assim, aos homens da sociedade dominante as atividades fundamentais para a reprodução da sociedade [...] A economia, o direito, a política, a religião, a guerra, o comércio, as artes, a filosofia, a ciência, a exploração e a conquista de novos territórios da classe, à história do período, estará a cargo dos indivíduos masculinos (LESSA 2012, p.26).

Sendo assim, passou a ser perpetuado um modelo desigual de distribuição de tarefas, e através da herança masculina, a família passou a ter um modelo patriarcal, monogâmico e heterossexual. O controle do corpo feminino através da monogamia em busca de assegurar filhos aos homens garantia herdeiros. A família monogâmica portanto constitui-se baseada no controle e medo. Era realizado o controle da sexualidade feminina, enquanto aos homens era estimulada a liberdade sexual (CISNE, SANTOS, 2018), a monogamia não era condição para os homens (LESSA, 2012), já que se acreditava que possuíam um desejo incontrolável. A monogamia era esperada moralmente das mulheres.

A monogamia, portanto, não entra de modo algum na história como uma reconciliação entre o homem e a mulher, e menos ainda, como a forma mais elevada de casamento. Pelo contrário, surge sob a forma de subjugação de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, em toda a pré-história.[...] Hoje posso acrescentar que a primeira oposição de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, na monogamia e que a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo masculino (ENGELS, 2017, P. 89).

A família patriarcal monogâmica estrutura a internalização de valores conservadores às crianças, como: competitividade, hierarquia, funções sexistas, sendo portanto um pilar necessário do Estado (CISNE, SANTOS, 2018).

Outro aspecto importante das composições familiares no Brasil, trata-se do patriarcalismo¹⁸. O Brasil, sendo um país colonial, dominado por outros povos, carrega uma marca patriarcal, sexista e racista (CISNE, SANTOS, 2018). Não é possível falar em escravismo sem patriarcado “[...]na singularidade de um país que sofreu uma colonização estruturada por um regime escravista patriarcal (CISNE, SANTOS, 2018, p.101).” Essas marcas que foram enraizadas na colonização do Brasil deixaram marcas nas relações sociais.

A família patriarcal surgiu no Brasil com as capitânias hereditárias (FREYRE, 1933). A questão sexista veio através das violências que as mulheres sofriam, em especial as mulheres negras e indígenas eram submetidas a abusos e humilhações. A cultura portanto patriarcal, sexista, senhorial marcou a história do país (CISNE, SANTOS, 2018).

Acerca do papel das mulheres na sociedade, utiliza-se a categoria “gênero”, que é fundamental para a compreensão da vida pública e privada dos indivíduos, a religião, a família e a vida em sociedade. Diversos outros meios sociais mostram-se determinantes para definir o que é esperado dos seres humanos, perante seu sexo, gênero e orientação sexual.

Uma das contribuições significativas para o debate de gênero foi a obra da historiadora estadunidense Joan Scott (1995), que desenvolveu conceituações da categoria “gênero”, as principais foram: a questão relacional e as desigualdades existentes entre homens e mulheres nas relações de poder, reconhecendo gênero como construção social das diferenças e como um campo principal onde o poder se articula socialmente.

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres [...] o uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade (SCOTT, 1995, p.75-76).

¹⁸Termo específico da história brasileira, trata-se do patriarcado como base da sociedade do Brasil colonial, que dava importância a autoridade masculina na função de patriarca, dono do poder econômico. Uma estratégia de colonização portuguesa para a dominação. Consistia no domínio dos homens utilizando-se de sua sexualidade para obter poder e violência sobre as mulheres, e para aumentar a população escrava. Para Freyre (1936) o abuso dessa sexualidade masculina seria a essência do patriarcalismo. Caracteriza uma sociedade em que os colonos brancos eram o topo da hierarquia social. SCOTT, Parry. **Famílias Brasileiras, poderes, desigualdades e solidariedades**. Série Família e gênero nº14, Editora Universitária UFPE. Recife, 2011

Tal análise é realizada na tentativa de desconstruir o pensamento binário das construções das ideias de masculinidade e feminilidade, mostrando que a dimensão biológica é uma coisa, e a social¹⁹ é outra (não se relacionam necessariamente). Segundo Swain (2010), a construção da ideia de diferença sexual, é o processo que cria as desigualdades, hierarquias e assimetrias na sociedade. Faz com que seja possível o uso de violência centrada na valorização ou desvalorização de um sexo. Identidades e valores são fixados a partir da genitália.

A autora Swain (2001) diz que o sexo biológico na sociedade torna-se um receptáculo de valores e atribuições, ou seja, o sexo biológico, traz uma série de juízos pré-estabelecidos, e muitas vezes esses juízos são irreais. No caso as pessoas que nascem com o sexo biológico atribuído como “feminino” são reduzidas aos seus hormônios, órgãos genitais, e são úteros antes de humanas (devem corresponder ao papel de mãe). “Assumindo um corpo sexuado nomeado ‘mulher’ estou adotando os caracteres e atributos sociais, corpo imanente e vulnerável às violências materiais e simbólicas do social (SWAIN, 2001, p.3).” Ao assumir a identidade de mulher, é como se assinassem também o contrato social heterossexual e assumissem a representação de inferioridade social (SWAIN, 2001).

Pode-se dizer que o cristianismo foi um grande responsável por difundir ideais vigentes de feminilidade. A formação moral das mulheres por vias conservadoras atribuiu-as papel de educação moral dos filhos, e inicialmente deviam cuidar apenas da atmosfera do lar. Eram educadas com base na repressão sexual, socializadas para aceitarem a hierarquia “natural de submissão”. A religião foi algo que colaborou para os ideais tidos como “femininos”, considerando que a hegemonia do cristianismo possui alcances e fronteiras ilimitadas. Desde a esfera religiosa, as normas e morais, a doutrina cristã conseguiu ocupar seu espaço no Ocidente e apoderar-se do cotidiano em sociedade.

Um dos espaços em que a moral cristã conseguiu maior poder, foi através da tentativa de normatizar e controlar as mulheres e seus corpos. A Igreja exercia seu adestramento da sexualidade feminina, e repressão baseando-se na ideia de superioridade masculina, e apresentando “respaldos” que justifiquem tal superioridade. Com a premissa de que deve haver o casamento, o marido é considerado a cabeça, logo, a mulher deve se sujeitar a ele.

Vós, mulheres, sujeitai-vos a vossos maridos, como ao Senhor; Porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja, sendo ele próprio o salvador do corpo. De sorte que, assim como a igreja está sujeita a Cristo, assim

¹⁹ É a dimensão social que segundo Scott (1995) cria os símbolos, conceitos normativos, instituições e representações de gênero.

também as mulheres sejam em tudo sujeitas a seus maridos. EFÉSIOS, 5: 22-24. (BÍBLIA SAGRADA, 1993)

Em tempos coloniais as mulheres podiam sair de casa apenas em três situações: para o batismo, para o casamento e para serem enterradas (ARAÚJO, 1997). As mulheres estariam sempre sujeitas ao controle masculino. Inicialmente pela figura do pai, irmãos e tios, posteriormente pela figura do marido. O marido passava a ser o seu senhor e a mulher como esposa deveria ser recatada, apenas se insinuar, sem deixar claro o que queria. O sexo deveria ser para a procriação e não para o prazer (ARAÚJO, 1997). O casamento era considerado um marco e o objetivo da vida das mulheres, após isso o objetivo seria a procriação. E a Igreja tem um papel fundamental nessa transmissão de valores.

A autora Toledo (2008) ao estudar sobre os arquétipos históricos associados ao feminino, com base nas tradições e culturas do catolicismo, observa três imagens que as mulheres são encaixadas. Primeiramente, temos a figura de Maria, que era mãe, santa e virgem. Maria é a representação da mulher associada ao cuidado, aquela que não precisou ter relações sexuais (não precisou sentir o prazer sexual visto como pecado) e teve um filho. Toledo (2008) mostra que a imagem de Maria foi associada nas sociedades cristãs como a manifestação do amor materno e com isso a exaltação da maternidade, colocando a mulher somente como um ser completo, enquanto cumprisse a sua função reprodutiva. Maria era santa porque teve sua sexualidade e seu prazer sexual negado de si.

Em segundo lugar, Eva: “ (...) mulher criada por Deus a partir da costela de Adão, por isso devendo ser submissa a este, para ser sua auxiliar e companheira (TOLEDO, 2008, p. 109).” Eva traz a figura da pecadora, pois havia sido tentada pelo mal (a serpente) e pecou, carregando também o fardo de ser subjugada pelo homem. Através do pecado de Eva, segundo a mitologia cristã, toda a humanidade já estava condenada eternamente, e Adão e Eva nunca mais puderam retornar ao Éden, para o paraíso. A figura da pecadora pela Igreja retrata o papel da mulher que encontra-se submissa ao homem, responsável por suprir seu desejo sexual e não podendo manifestar as suas próprias vontades.

Eva é a mulher que ocupa um patamar inferior na vida pública e privada em relação ao marido, pois à Eva é restrito apenas o cuidado do lar, marido e filhos. Outro aspecto de Eva, seria que seu contato com as forças “malignas” da serpente, também atribuiriam a essência feminina o aspecto que predispõe à transgressão. Tal aspecto transgressor foi percebido na prática das bruxas e feiticeiras, detentoras de poderes atribuídos pelo demônio (ARAÚJO, 1997). Possuindo esse caráter tentador da serpente, a Igreja busca controlar as mulheres e as

condenar eternamente pelo “erro” de Eva, que teria feito Adão pecar. Já que a mulher possuía a essência de Eva, deveria ser controlada (ARAÚJO, 1997).

Ocupando o último lugar nas representações, apresenta-se a figura de Lilith, a mulher desviante e conhecida como a primeira mulher de Adão. Conta-se que Lilith não obedecia às ordens de Adão e se rebelou enquanto faziam sexo, pedindo para ficar em cima de Adão e este, não aceitou a sugestão. “Demonstrava todo tipo de ‘pecado’: revolucionária, libertária, à procura do prazer, ousada, infratora de regras. Por fim, Lilith foge e o homem se sente sozinho. É nesse momento que Deus cria Eva a partir da costela de Adão (TOLEDO, 2008, p. 111),” Eva é então criada para ser obediente ao homem, pois uma mulher que tivesse vontades próprias e não aceitasse se sujeitar ao homem, não poderia existir.

A partir dessas três figuras, pode-se construir o que é imaginariamente esperado de uma mulher na sociedade contemporânea: ser mãe, não ter contato com a sexualidade e com o prazer a menos que para reproduzir-se ou para satisfazer o parceiro e, por fim, manter-se submissa ao homem, servindo-lhe como objeto, cuidando dele, de sua prole e de sua casa. A partir disso, o imaginário social constrói a significação da lésbica como uma mulher que não terá filhos (a menos que faça inseminação artificial ou “use” um homem para tal), ou seja, não cumpre com a sua função de reprodutiva; que tem relações sexuais por prazer (já que na relação sexual lésbica não há o objetivo da reprodução); que não se subjugava ao homem (pelo menos nos relacionamentos afetivo-sexuais; e que, por vezes, até ameaça o “lugar do homem”, pois, imaginariamente, “toma” destes as mulheres (TOLEDO, 2008, p.112).

Acerca das profissões que as mulheres “podiam” trabalhar, têm-se as profissões relacionadas ao cuidado, como enfermeira, professora e posteriormente assistentes sociais. O surgimento do Serviço Social relaciona-se ao conservadorismo e a história das mulheres por tratar-se de uma profissão criada por mulheres. Seu surgimento deu-se em um momento em que a Igreja busca reagir visando reconquistar seus privilégios práticos e ideológicos. Havia encíclicas papais que buscavam restaurar o papel social da Igreja e serviam de inspiração para serem tratados “problemas sociais”. A “questão social” para a Igreja, antes de ser econômico-política é moral e religiosa (IAMAMOTO, 1992).

De acordo com Iamamoto (1992), nesse contexto cabia ao Estado o regulamento da propriedade privada, a imposição de limites aos excessos da exploração da força de trabalho e a promoção de direitos aos que necessitam. A Igreja compartilhava a atuação diante da “questão social” realizando ação doutrinária para livrar o proletariado do socialismo advindo do

movimento operário, e fazer com que classe operária não se revoltasse, a partir do comunitarismo cristão.

O Serviço Social aparece dentro deste contexto como uma alternativa profissionalizante às atividades de apostolado social (IAMAMOTO, 1992). A presença feminina no Serviço Social é socialmente determinada pela divisão sexual do trabalho e a intenção era a responsabilização das mulheres pelas manifestações da questão social, executar atividades vinculadas ao cuidado, como extensão das atividades executadas no lar (CISNE; SANTOS, 2018). Tal papel esperado das mulheres é alimentado pela ideologia do sistema patriarcal-racista-capitalista, que contribui para o sexismo, e a crença de que as mulheres devem agir em sacrifício e auto abnegação em prol do outro, deixando de lado suas vontades e desejos próprios (CISNE; SANTOS, 2018).

De acordo com Cisne, Santos (2018) dentro dessa lógica que o Serviço Social surge como profissão, e associa-se desde as origens como benemerência, caridade atreladas a uma moral cristã que confere às mulheres o caráter de bondade, cuidado, sensibilidade. Em conformidade com as autoras, verifica-se então a presença da Igreja Católica influenciando a origem da profissão, e responsável por difundir o ideal de “boas moças”, caridosas, seguindo o exemplo de Maria, mãe de Jesus. O ideal de Maria como citado, é associado a pureza. A justificação desse estigma é para alimentar a ideia de “sacrifício”, e devoção ao próximo. Tal modelo supõe uma ideia de que existe uma vocação, um perfil ideal para as mulheres que desejassem ingressar ao Serviço Social, que possuísem tais características tidas como “naturalmente” femininas (CISNE; SANTOS, 2018).

Esse caráter vocacional faz com que haja um processo de desprofissionalização da profissão e com que o Serviço Social não seja considerado um trabalho técnico-especializado, mas sim uma atividade desenvolvida por atributos altruístas das mulheres, portanto constituísse com o estigma de estar atrelado a um “dom” (CISNE; SANTOS, 2018). O ideal vocacional ainda estigmatiza as profissionais assistentes sociais e a ideia de caridade e benevolência relacionada ainda estigmatiza a profissão.

Esse perfil profissional exigido às pioneiras do Serviço Social está vinculado há dois sentidos de responsabilização das mulheres pelas expressões da questão social. Primeiro, do ponto de vista sócio-histórico, as mulheres atuavam em responder às expressões da questão social, reduzindo o papel e a responsabilidade social do Estado. Segundo, do ponto de vista ideopolítico, há uma moralização da questão social ao responsabilizar as mulheres por suas expressões – uma vez que a atuação profissional se dava, fundamentalmente com mulheres -, e não as contradições e conflitos entre capital e trabalho, despolitizando assim, a questão social. (CISNE; SANTOS, p.154, 2018)

O Serviço Social inicialmente desconhecia o caráter do antagonismo social, realizava “tratamento de clientes” era doutrinário e moralizador (IAMAMOTO, 1992). A função do Serviço Social em seu surgimento era o enquadramento e a adequação de indivíduos ao ideal moral esperado e a subsequente condenação pelas condições em que viviam ou estavam os indivíduos. O Serviço Social tradicional, ao vincular valores conservadores, era útil a ordem burguesa pois auxiliava no controle das classes subalternas.) As questões sociais eram vistas como “casos sociais” individualizados da clientela (IAMAMOTO, 1992). É preciso considerar que mesmo dentro deste contexto o Serviço Social enquanto profissão inseriu-se como uma oportunidade de carreira para as mulheres no final do século XIX, apresentando-se como uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

Segundo Cisne e Santos (2018) o Serviço Social por ser uma profissão inserida na divisão sexual de trabalho e considerada feminina, acaba sendo desvalorizado socialmente. Além de que o estigma associado a profissão associada ao “cuidado” é um aspecto menosprezado socialmente. As profissões tidas como femininas ou apropriada para as mulheres executarem carregam as marcas de serem desvalorizadas. “[...]posto que sua importância para a garantia da produção é invisibilizada e considerada muito mais uma obrigação feminina do que trabalho especializado (CISNE; SANTOS, p.158, 2018).”

Profissões consideradas femininas são desvalorizadas socialmente, do mesmo modo que o trabalho doméstico é desprestigiado e visto como se fosse uma atribuição natural das mulheres. Dentro desse contexto é preciso considerar que as mulheres quando se inseriram no mercado de trabalho, continuaram suas jornadas de trabalho domésticas. As mulheres se inserem em jornadas extensivas de trabalho, que torna-se praticamente ininterrupto. Jornadas duplas, triplas, mulheres com pouco tempo para estudar, se organizarem politicamente. (CISNE; SANTOS, p.158, 2018) Vivem para seus lares e famílias, dedicando-se ao ideal do “cuidado”.

Para a ideologia positivista era fundamental a assimilação de papéis tidos como “femininos” para as mulheres, assim como o dever de ser mãe, pois a mulher representa dentro da ideologia a base da família, sendo responsável pelo bem-estar familiar e social (CISNE; SANTOS, 2018). Como se nasce mulher, se é obrigada a assumir papéis determinados socialmente. Tal papel não se dava somente em relação às profissionais mas também em relação às usuárias do serviço, as quais cabia a plena responsabilidade pelo equilíbrio do lar, maternidade, e de lidar com os problemas da família (CISNE; SANTOS, 2018).

Considerando o lugar das mulheres dentro da sociedade, e a transmissão de normas e valores, encontramos um importante organismo que atua no movimento de manter e sustentar esta estrutura de pensamento hegemônico: a família. A família pode ser entendida de diversas maneiras, indo desde a união de pessoas por laços de afinidade e afetividade, ou então, um grupo que possui sua ligação baseada na consanguinidade. Diferentemente do que é propagado, o atual modelo de família que conhecemos como tradicional, não foi fruto de uma “vontade de deus”, e sim, desenvolvido com base em uma construção histórica e social.

Em diversos momentos da história, a Igreja e o Estado fizeram alianças políticas e econômicas para garantir a manutenção de seu poder e hegemonia. Um dos marcos desta união, pode ser visualizada através da propagação do ideal de família burguesa (LESSA, 2012) como único modelo de família a ser seguido. Logo, este modelo se estrutura como ideal na história brasileira, na qual o conservadorismo existente não aceita modelos divergentes. O catolicismo foi o responsável por difundir conceitos tradicionais sobre a família, reafirmando o ideal do homem como provedor e o papel de submissão a mulher (ANDERSEN, 2007) e a ideia de sacralização da família (TOLEDO, 2008). As outras famílias que “desviem” do padrão, são consideradas “desestruturadas”, além da premissa de que os males da sociedade são causados por essas famílias (ALVEZ, 2015).

O cristianismo instituiu uma moral que transformou a família patriarcal em uma questão europeizada, religiosa, higienizada, moral, que objetivava o controle sexual das mulheres. “No sistema patriarcal que dominava as civilizações durante quatro mil anos aproximadamente, o papel do homem como chefe e provedor da família era incontestável (STRECK, 2007, p. 29).” Nesse sistema o patriarca tinha o controle sob os membros da família. Como o trecho bíblico citado acima, que coloca o homem como a cabeça e a mulher como corpo, indica a inferioridade do papel feminino.

Dentro do contexto bíblico, a família aparece como uma instituição patriarcal que tem como fundamento garantir a descendência ao homem. Com o intuito de continuar no ciclo de reprodução da riqueza, existe a necessidade da geração de herdeiros cuja parentalidade não seja discutida (ENGELS, 2017), para que a riqueza do pai seja passada para o filho e assim por diante. Tendo em vista esta realidade, representavam um conflito as mulheres que não conseguiam dar descendentes aos maridos. Além disso, uniões homoafetivas, isto é, casais que fogem da lógica heterossexista (RICH, 2010), são veementemente punidas e condenadas. As famílias eram então essenciais e bases das comunidades. As crianças pequenas já começavam

a auxiliar nos trabalhos domésticos e trabalhavam cedo, o que influenciava na grande mortalidade infantil da época. (STRECK, 2007)

Na idade Média europeia a natureza sexual era vista como pecado, e isso influenciou a Igreja ocidental a ter a visão de que o ato sexual seria somente para a procriação. Após o fim da Idade Média, a família passa a ser percebida como uma criação divina, um reflexo do amor de Deus pela criação. A figura de Deus associada a governante, evidencia o patriarcalismo. (STRECK, 2007). “A ideia da família burguesa nuclear se impregnou de uma forma muito forte no nosso ideal de família, e não podemos esquecer que ela é um produto da modernidade e do sistema capitalista europeu (STRECK, 2007, P.34).” E a Igreja apoia-se nessa ideia de família fazendo com que as pessoas almejem chegar nesse ideal, que passa também a ser propagado por diversos meios de comunicação.

No Brasil havia uma contradição existente em relação a figura da mulher. Acontece que a mulher branca, era esposa e destinava-se a procriação, castidade, fidelidade e as mulheres negras e indígenas eram extremamente estigmatizadas, como se fossem as mulheres com as quais os homens podiam fazer o que quisessem, estuprar e realizar suas fantasias “pecaminosas” que não realizavam com as esposas, por serem símbolo de pureza e estarem disponíveis somente para a procriação. O fato do colono também se relacionar sexualmente com escravas, gera a mestiçagem que é uma das bases da formação social brasileira.

Então, além da família branca e burguesa da casa grande, há uma perspectiva de família extensa, que segundo Freyre (2003), seria a família que foi negada, ignorada, que são os filhos mestiços frutos de estupros às mulheres negras escravas e índias. Os filhos ilegítimos eram muitas vezes conservados longe de suas casas ou levados para a caridade. Pode-se perceber como o Brasil atual é um reflexo da colonização, da família patriarcal monogâmica, e todo o machismo existente, bem como o racismo, possuem marcas estruturais em nossa história. As marcas da família patriarcal no Brasil, fazem com que até hoje os diversos arranjos familiares sejam estigmatizados.

O argumento cristão utilizado para difundir a heteronormatividade e proibir relações homossexuais, pauta-se na necessidade de propagar a raça humana, isto é, na geração de filhos. Não iremos neste momento analisar porque famílias homoafetivas não possuem o mesmo grau de reconhecimento e legitimidade que famílias heterossexuais. Iremos nos ater a realidade e argumentos postos: da Igreja (continuação da humanidade, a obra de Deus) e do Estado (necessidade de transmissão da riqueza pela hereditariedade).

"O matrimônio foi ordenado para o auxílio mútuo de marido e esposa, para a propagação da raça humana por uma sucessão legítima, e da Igreja, por uma semente santa, e para evitar-se a impureza (WESTMINSTER, 2008, p. 192)." O casamento cristão heterossexual já pressupõe a gravidez como uma etapa natural a ser seguida. Ou melhor, como uma necessidade divina a ser atendida. As religiões, especialmente o catolicismo, apoiou-se na imagem da "sagrada família", composta por Jesus, Maria e José, e empenhou-se em divulgá-la como protótipo de família a ser adotado em todas as configurações familiares: pai, mãe e filho (TOLEDO, 2008).

Por meio de um exemplo "divino", observando que para o cristianismo Jesus é o salvador, e humanizando-o, isto é, colocando sua conduta moral e história de vida a ser seguida, a Igreja consegue levantar argumentos para a obrigatoriedade da heterossexualidade (juntamente com o discurso de continuação da humanidade). Neste ponto, ocorre a junção entre os discursos da religião e do Estado, pois ambos perpassam a mesma ideologia, a de dominação.

Considerando a ideia da sacralização da família patriarcal heterossexual burguesa, e a premissa da procriação, orientações sexuais e identidades de gênero desviantes são para a Igreja consideradas afrontas.

De acordo com Soares (2016) a perseguição às práticas homossexuais se deu inicialmente na Europa, na medida em que a Igreja Apostólica Romana foi se expandindo. O crime da homossexualidade era classificado como "sodomia" e era condenado, desse modo a condenação refletiu-se também na colonização do ocidente.

Nessa conjuntura, as legislações normativas, na época, como as Ordenações Portuguesas, aplicaram em nome da lei e da fé, diversas condutas condenatórias aos homossexuais. De acordo com essa previsão, o Reino de Portugal, assim como a própria sociedade regional no Brasil seguiram, ideologicamente, o posicionamento religioso da Coroa. Desse modo, plasmou-se uma verdadeira estruturação hierárquica, que vinha desde o imperativo normativo do Reino, espalhando-se por suas esferas de administração e contando, inclusive, com a participação da própria sociedade, por meio das denúncias aos sodomitas. Todas essas realidades estabeleceram práticas que repercutiram na condenação de muitas pessoas, que foram perseguidas, torturadas, exiladas e até mortas por sua orientação homossexual (SOARES, 2006,p.53).

Ou seja, desde os primórdios no país a homossexualidade foi condenada e ainda é considerada uma depravação por algumas correntes cristãs e pelo conservadorismo vigente, justamente pelo ideal familista burguês heterossexista. A homossexualidade é considerada como uma fuga a "normalidade", uma irregularidade que para os padrões positivistas impede a "harmonia" social. O ideário cristão é que os homossexuais até podem ser ter orientação sexual "desviante", mas devem viver em abstinência sexual. (LIMA, 2006). O conservadorismo os

percebe como sujeitos que vivem em pecado e como ameaças, como se não respeitassem a moral e os bons costumes, apresentando um risco a manutenção da ordem burguesa e religiosa. Esse tipo de posicionamento que trata a homossexualidade como algo anti natural, perverso, estimula o ódio social e faz com que homossexuais vivenciem diversas violências psíquicas e físicas.

Até 1991 a homossexualidade era classificada pela Organização Mundial de Saúde como uma doença. (LIMA, 2006). Isso fez com que houvessem diversos tratamentos para a reversão da homossexualidade, inclusive terapias de eletrochoque. “Que sob os argumentos de supostos tratamentos de cura, justificados pela medicina e psicologia anteriormente, foram em um número considerável, perpetuadores da degradação humana (SOARES, 2016, p.55).” Muitas pessoas não aguentavam os tratamentos e se suicidavam, ainda hoje é alto o índice de LGBTs que se suicidam por não aguentarem a pressão social. Existe um grande dano causado a comunidade LGBT pelo estigma de doença que precisa de tratamento, então é bastante preocupante manter esses pensamentos conservadores em relação a diversidade sexual. Isso conduz a condutas discriminatórias e a um verdadeiro retrocesso na busca pelos direitos humanos (SOARES, 2016).

É preciso olhar de maneira desnaturalizadora as estruturas familiares no Brasil, e perceber que na realidade posta existe uma complexidade e dentro disso é preciso ir além da crença ideal de família “estruturada” (como aquela que tem um pai, uma mãe e filhos), levando em consideração que existem casais homossexuais, e outros arranjos familiares que não envolvem casais. Segundo Almeida (1987), o Brasil é feito de diversidades, e não se pode viver de ideais de família tradicional, é preciso enxergar as diferenças culturais e sociais existentes.

O ideal da sagrada família burguesa não se aplica a realidade social de vários países e do contexto da América Latina e do Brasil, por exemplo, onde existe um antagonismo social marcante, uma diversidade de arranjos familiares, mães que chefiam lares. Outro aspecto importante é que a percepção do casamento como sagrado e indissolúvel, faz com que muitas mulheres vivenciem situações de violência extrema dentro do lar e em prol dessa sacralidade, não conseguem visualizar a situação opressora e tomar alguma providência.

Para a Igreja, a mudança em que a família e a sociedade se encontram é um desafio especial, porque ela precisa alterar seu conceito de família nuclear patriarcal, dando espaço às pessoas que não cabem nas estruturas idealizadas de família: os divorciados, os solteiros, os homossexuais. É um recriar-se como Igreja. Esse desafio serve para a maioria das instituições nesses tempos de mudança (STRECK, 2007. p.38).

É preciso a desnaturalização, a desvinculação dos aspectos morais religiosos da atmosfera de direitos, a partir do reconhecimento de que na Constituição Federal (BRASIL, 1988) existem os princípios da liberdade e da igualdade. Todos têm o direito de expressar suas condutas sexuais e não devem ser punidos por isso. Cabe aos/as profissionais pensarem essa instituição familiar em movimento, como uma constante reconstrução entre os membros, vizinhança, comunidade, mercado e Estado (ALVEZ, 2015). Percebendo a diversidade de famílias existentes e o conceito “família” como uma construção social, que não se aplica a realidade das famílias brasileiras, e como esse ideal é útil à reprodução do capitalismo. A família é colocada na esfera privada, não podendo interferir externamente, sendo assim torna-se um local propício para opressões. É preciso trazer a temática família para a esfera pública para desmistificar padrões morais de modo a garantir-se direitos, combater opressões e confrontar a ordem social vigente.

CAPÍTULO 3 – ATUAL TENDÊNCIA CONSERVADORA E RESISTÊNCIAS

Atualmente é possível evidenciar no Brasil o número crescente de projetos de lei de cunho conservador sendo propostos e além disso aprovados. Quando se baseiam projetos políticos em ideologias cunhadas por religiões hegemônicas, excluem-se pessoas adeptas de outras religiões ou ateus e agnósticos, e deixa-se de considerar a realidade mais ampla. Percebe-se assim uma tendência conservadora que se explicita por meio da atual composição do Congresso Nacional. Tal conservadorismo, expressos pelos projetos de lei, alimenta o ódio à diversidade e representa um retrocesso na atmosfera dos direitos humanos, principalmente aqueles direcionados às pessoas negras, mulheres, LGBT’S. No Brasil, há a tendência de tratar assuntos relativos a tais direitos como polêmicas morais, e deixa-se de levar em consideração as reais implicações postas à reprodução dessas parcelas da população.

Neste capítulo 3, a partir de base mais empírica, coloca-se como objetivo perceber a materialidade do conservadorismo e da intolerância religiosa. Considerando isso, no primeiro item “Expressões Atuais do Conservadorismo no Brasil”, serão apresentados dados do IBGE, com a composição das religiões no Brasil. Além disso também serão comentados projetos de lei conservadores, e a atual posição de parlamentares frente a assuntos polêmicos como: família, homossexualidade, aborto, religiões afro-brasileiras. Posteriormente, serão apresentadas notícias que demonstram a intolerância religiosa e o conservadorismo no Brasil.

No segundo item, “Desafios atuais na resistência ao conservadorismo”, será reforçada a importância de movimentos sociais de mulheres, negros/as, adeptos de religiões afro-brasileiras e LGBTs na mobilização pela busca por maiores conquistas e direitos. Serão apresentadas algumas conquistas, bem como a importância de luta por um Serviço Social laico.

1.1 EXPRESSÕES ATUAIS DO CONSERVADORISMO NO BRASIL

Neste tópico serão tratadas algumas expressões atuais do conservadorismo, que chamam a atenção por estarem no poder público. Percebendo o momento atual como um momento de avanço de políticas neoliberais e retrocessos de direitos, marcado por constantes privatizações e desmontes praticados contra a seguridade social, são encontradas condições ideais para o avanço do conservadorismo no Brasil, como maneira de manutenção do capitalismo. Neste cenário, é possível encontrar a interferência de valores morais atrelados à religião em dispositivos públicos. São numerosos os projetos de lei com o conteúdo marcado por ideais de caráter doutrinário religioso.

É importante considerar que o Brasil é um país laico, como já explicado anteriormente. O fato de ser laico, implica que haja uma separação entre religião e Estado, e que não deve haver na atuação pública interferências em favor de alguma crença ou religião (BARBOSA; GOMINHO, 2016).

Segundo Incisos IV e VII do art.5º da Constituição:

IV- É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; [...]

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei. (BRASIL, 1988).

A legislação brasileira dispõe da laicidade como um princípio ético, no qual permite que haja o respeito e a conciliação à extensa diversidade de crenças ou não crenças. Ou seja, o Estado laico é também àquele que permite e protege a liberdade de expressão, ou deveria proteger. Entretanto encontra-se uma contradição e distanciamento entre leis e realidade aplicada.

No Brasil, percebe-se a dificuldade de se desvincular a fé dos espaços públicos. São exemplos a promulgação da Constituição Federal sob a proteção de Deus, o ensino religioso embora facultativo em escolas públicas, rezas em sessões públicas de Conselhos de Direitos

(CFESS, 2016), além da presença de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos e inúmeros feriados cristãos (STANCHI, 2017). Essas manifestações expressam violações do princípio de laicidade do Estado.

Além disso, atualmente existe um tensionamento da laicidade do Estado pelo discurso fundamentalista de diversos candidatos que conseguem ser eleitos com base em suas crenças, unidos na bancada evangélica no Congresso Nacional. “[...]com o objetivo de transformar o Brasil num país confessional, na tentativa de promover a consolidação de um projeto de poder religioso conservador (CEPLIR, 2018, P.13).”

São constantemente eleitas propostas que apresentam-se incoerentes em relação aos valores e princípios garantidos na Constituição Federal (BRASIL, 1988), sendo responsáveis por aprofundar a lacuna existente entre o que a lei assegura e o que efetivamente é aplicado. Debates relacionados a temas relacionados ao aborto e gênero, são estigmatizados e tratados como debate moral, confundindo a relação entre Estado e religião (BARBOSA; GOMINHO, 2016). Chegam até o Senado e Congresso brasileiro propostas com características misóginas, racistas, lgbtfóbicas e classistas. Projetos que não possuem comprometimento ético ligado ao combate de desigualdades e discriminações, e tampouco encontram-se aliados na luta pela garantia de direitos de grupos estigmatizados. Colocam em xeque direitos que foram arduamente adquiridos anteriormente, e ameaçam os direitos de algumas categorias específicas tais como mulheres, população LGBT, povos negros, indígenas e adeptos de religiões não hegemônicas.

Atualmente, observa-se uma série de barreiras para que esta liberdade possa ser garantida no contexto brasileiro, uma vez que verificam-se no cenário político representantes com posicionamentos fundamentalistas sendo responsáveis por levantar impedimentos à projetos emancipatórios. Além disso, são responsáveis por propostas que ferem a laicidade de um Estado dito democrático de direito. O Estado laico deve garantir direito a todos e nenhum representante deve trazer suas convicções em detrimento do interesse público (BARBOSA; GOMINHO, 2016).

A afirmação de que o Brasil é um país de hegemonia cristã, está baseada em dados do IBGE (2010), os quais demonstram que 64,6% da população brasileira é católica apostólica romana, e 22,2% é evangélica. Ou seja, mais de 88,8% da população é cristã, e considerando que os dados são de 2010, possivelmente ainda houve um aumento. Um dado importante a se considerar é que a população evangélica foi o segmento que mais cresceu no país. No censo anterior (IBGE, 2000) os evangélicos representavam 15,4% da população, em 2010 passaram

a representar 22,2%, ou seja, houve um aumento na representatividade. Em relação a população católica houve uma diminuição do censo de 2000 para o ano de 2010. A população declaradamente católica no ano de 2000 era de 73,6% (IBGE, 2000) e diminuiu para 64,6% em 2010.

Segundo uma pesquisa do Instituto Datafolha²⁰ (2013) a população católica está se tornando menos numerosa e menos fiel (vão pouco às missas). De acordo com a pesquisa, entre os católicos brasileiros 28% vão a missa uma vez por semana, 17% costumam ir à missa e serviços religiosos mais de uma vez por semana e 21% disseram ir uma vez por mês e 7% não a frequentavam. 34% dos católicos tinha o hábito de contribuir com a igreja por um valor médio de R\$23,00. Entre os evangélicos pentecostais 63% iam à igreja mais de uma vez por semana, 52% contribuía financeiramente com um dízimo de R\$69,10 em média. Entre os evangélicos não pentecostais 51% iam à igreja mais de uma vez por semana e 49% contribuía financeiramente com um valor médio de R\$ 85,90 mensais.

Com isso é possível constatar como a população declaradamente evangélica é mais assídua religiosamente, o que se reflete na maior assiduidade na Igreja e com o valor do dízimo, que é inclusive uma política forte das igrejas pentecostais e neopentecostais. Por isso a moralidade expressa por setores conservadores de origem protestante acaba sendo mais significativa. Por mais que existam setores conservadores no catolicismo, esta categoria católica apresenta menos assiduidade na Igreja. Muitas pessoas se declaram católicas, mas não são frequentadoras.

Considerando os dados, serão apresentados alguns projetos políticos que refletem doutrinação religiosa conservadora e mais adiante notícias que demonstram a intolerância religiosa existente. Como exemplo de projeto que reflete o proselitismo religioso, observa-se o Projeto de Lei nº 6.583/2013 ²¹ chamado de Estatuto da Família (BRASIL, 2013), o qual reflete o princípio da família burguesa, considerando a formação familiar como “união de homem e mulher por meio de casamento ou união estável” excluindo diversos moldes familiares. As

²⁰ ALVES. José Eustáquio Diniz. **A transição religiosa em ritmo acelerado no Brasil**. EcoDebate. 18 de Janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2017/01/18/transicao-religiosa-em-ritmo-acelerado-no-brasil-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/> (Acesso em 24 de Agosto de 2018)

²¹ BRASIL. **Estatuto da Família. Projeto de Lei nº 6.583/2013**, Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1159761 . (Acesso em: 26 de Agosto de 2018.)

parcelas da população, que não se encaixam nesse padrão de família, são as maiores vítimas. Tal projeto reflete a visão conservadora que sacraliza a família burguesa, excluindo outros modelos de família e a possibilidade de uniões homoafetivas.

O ideal da sagrada família burguesa apesar de ser tão propagado inclusive com esse exemplo de Projeto de Lei, não se aplica a realidade social de vários países e especialmente no contexto da América Latina e do Brasil. Há aqui um antagonismo social marcante, famílias de casais homossexuais, mães que chefiam lares, filhos que são criados por outros parentes, com diversos arranjos familiares. Outro aspecto importante é o viés que aparece do “casamento ou união estável” tal percepção apresentada em lei coloca o casamento como sagrado e indissolúvel, faz com que muitas mulheres vivenciem situações de violência extrema dentro do lar e em prol dessa sacralidade, e não conseguem visualizar a situação opressora e tomar alguma providência.

Devido ao padrão conservador de família e a condenação da homossexualidade por correntes cristãs, verifica-se tal perspectiva também no aspecto jurídico. Em 2017, o juiz Waldemar de Carvalho afirmou a validade da resolução nº 1/1999 ²² do Conselho Federal de psicologia, que proíbe a patologização da homossexualidade, mas confirma que o Conselho Federal não poderia impedir psicólogos de realizarem terapias para a reorientação sexual. (Carta Capital, 2017). Se a homossexualidade deixa de ser considerada doença desde 1990 pela Organização Mundial de Saúde, tal possibilidade apresentada por essa resolução é um verdadeiro retrocesso e alimenta a visão de que homossexualidade seria uma doença.

Para a Igreja, a mudança em que a família e a sociedade se encontram é um desafio especial, porque ela precisa alterar seu conceito de família nuclear patriarcal, dando espaço às pessoas que não cabem nas estruturas idealizadas de família: os divorciados, os solteiros, os homossexuais. É um recriar-se como Igreja. Esse desafio serve para a maioria das instituições nesses tempos de mudança (STRECK, 2007. P.38).

Muitos LGBTs sofrem também o estigma por performarem uma identidade de gênero que diverge do padrão esperado. Ao se distanciarem daquele padrão de gênero imposto de masculinidade ou feminilidade, ou ainda não se identificarem nada com o gênero (no caso de transexuais) sofrem preconceito. Além disso, “[...] há uma prévia dedução da orientação sexual e da identidade de sexo dos indivíduos pelo seu jeito de falar; andar; vestir e se comportar (CISNE, SANTOS,

²² CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP Nº 001/99**. de 22 de Março de 1999. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf (Acesso em 25 de Agosto de 2018)

2018, p.26).” A violência praticada contra a população LGBT vai desde o âmbito privado ao público. A reprodução do preconceito e do moralismo causa “piadas” do cotidiano, violência psicológica, violência física, violência policial, mortes e no caso de lésbicas, estupro corretivo.

De acordo com Catraca Livre²³ (2018) o Grupo Gay da Bahia (GGB) realiza levantamentos a cerca de dados de assassinatos da população LGBT. Existe uma omissão pública em realizar esse levantamento específico, e como não existem estudos, o grupo se responsabilizou por analisar o número de mortes da população. Verifica-se assim a importância de movimentos sociais realizarem ações que possam colaborar para a categoria e para também exigir mais do poder público, já que constam dados. O grupo registrou em 2017, 445 mortes. Sendo 194 gays, 192 trans, 43 lésbicas, 5 bissexuais e 12 heterossexuais (parentes ou conhecidos que foram mortos por envolvimento com eles). Os dados apontam que o Brasil é o país que mais mata travestis e transsexuais no mundo. O grupo GGB contabiliza os dados a partir de casos notificados pela mídia, então provavelmente o número é ainda maior pois existem dados que não são notificados. O ano de 2017 foi o ano em que mais houveram mortes causadas pela LGBTfobia. São inúmeros casos, verificando-se a importância de se combater através de políticas públicas e de ações que naturalizem ser LGBT, para que possam viver livres na sociedade.

A LGBTfobia pode ser compreendida como uma expressão do sistema heteropatriarcal-racista-capitalista (CISNE, SANTOS, 2018) é uma prática que priva esses indivíduos de terem liberdade, além disso “nos faz pensar o quanto ainda estamos na “[...]pré-história da humanidade mediante o recrudescimento do conservadorismo e a crescente violência.” (CISNE, SANTOS, 2018, p. 124).

Potyara Pereira (1995) cita que família é um espaço contraditório de opressão e violência. Muitas pessoas são oprimidas, violentadas dentro de casa por seus companheiros, companheiras, familiares. Diversos jovens LGBTs são expulsos ou violentados nesse espaço privado que é considerado intocável, e carrega muitas marcas. É necessário refletir o conceito de família para além da romantização, enxergando a problemática em se centralizar a família nas políticas sociais e considerando esta, como um organismo dinâmico e em constante movimento (ALVEZ, 2015).

²³ CATRACA LIVRE. **Brasil é o país que mais mata LGBTs no mundo: 1 a cada 19 horas**. 17 de Maio de 2018. Disponível em:

<https://catracalivre.com.br/cidadania/brasil-mais-mata-lgbts-1-cada-19-horas/> (Acesso em 26 de Agosto de 2018)

Considerando a sacralidade da família, e o papel considerado ideal para as mulheres, a maternidade sempre foi apresentada como um elemento indispensável do que é considerado “ser mulher” (CHAUÍ, 1984). Ao pensar sobre maternidade e gravidez, torna-se necessário a discussão acerca do aborto. Como abordada no capítulo 1, a caça às bruxas foi uma maneira de distanciar às mulheres de seus corpos, e aquelas mulheres que buscavam conhecimento de seus corpos ou sobre métodos contraceptivos e abortivos, eram perseguidas e consideradas uma afronta ao sistema (FEDERICI, 2017).

Desde a Idade Média, sabe-se que a postura adotada pelas igrejas cristãs ao tratar sobre métodos contraceptivos e abortivos, é baseada na discórdia e demonização de tais práticas (FEDERICI, 2017). Nesta linha de pensamento, acredita-se que o sexo é para a procriação (sendo realizado depois do casamento), e o casamento deve conceder filhos. Desta maneira, cabe às mulheres aceitarem o papel de serem mães e zelarem de seus lares e famílias, da mesma maneira que Maria exerceu esta maternidade e cuidado (TOLEDO, 2008). Para os cristãos a vida inicia-se desde a fecundação, e abortar seria um ato contra a vida.

No artigo 5º da Constituição Federal (BRASIL, 1988) apresenta-se o direito à vida, esse direito torna-se responsável por fundamentar a criminalização do aborto. Pois acredita-se assim como no cristianismo, que o embrião é considerado uma vida. O direito do embrião é mais levado em consideração do que o direito à vida das mulheres que o carregam, que não possuem direito de decidirem sobre seus próprios corpos e são mortas realizando abortos clandestinos. Demais garantias previstas na Constituição, como liberdade, segurança (BRASIL, 1988) e não submissão à tratamentos desumanos, não são levadas em consideração quando criminaliza-se mulheres que abortam, ou tentam.

Ao dialogar sobre o tema aborto, partiremos da premissa levantada pela autora Chauí (1984), de que o aborto representa, antes de tudo, uma necessidade e raramente uma liberdade. Abortar, em uma sociedade moralista que preza pela virgindade feminina, mas não masculina, significa um “pecado” aos olhos da sociedade e também do Estado. Ao mesmo tempo em que se condena o ato de abortar, a mulher é igualmente punida, seja através da legislação brasileira ou pela própria sociedade civil.

Simplesmente legalizar o aborto não será suficiente para transformar a moralidade em sentido amplo nem as convicções íntimas dos seres humanos. Ao mesmo tempo que a legislação sobre o aborto, é o próprio aborto que merece ser o centro de nossas reflexões (CHAUÍ, 1984, p. 39).

A criminalização do aborto, pode ser compreendida sobre uma perspectiva de controle e regulação de corpos femininos, onde historicamente as mulheres foram ordenadas à lógica da maternidade (TOLEDO, 2008). O “fazer-se” mãe, deixa de ser uma opção para grande parte das mulheres, e passa a ser “nascer-se” mãe, onde a maternidade é entendida não como uma escolha e sim como uma faculdade divina que não pode ser negada. Um dos frutos decorrentes ao se naturalizar a maternidade, implica na reprovação de mulheres que neguem esta prática ou mulheres que conheçam formas de interromper a gravidez; pois serão mulheres que estarão negando a maternidade (mesmo que estas já possuam filhos).

O código penal de 1940 (BRASIL, 1940) penaliza as mulheres que realizarem aborto, ou terceiros que as auxiliam, desde então o assunto é tratado no viés de crime, sendo as mulheres consideradas criminosas passíveis de irem presas. Pela Constituição de 1988, existe o direito a dignidade humana, cidadania e a questão do aborto é uma necessidade de saúde pública, pois existe uma demanda.

É preciso pensar que criminalizar o aborto, é uma atitude misógina, na qual marginaliza-se as mulheres que abortam, e torna esse debate específico que diz respeito ao corpo das mulheres, algo contra elas mesmas. Além de tornar a gravidez um dever. E essa maternidade tão idealizada e imposta como responsabilidade das mulheres não é uma tarefa simples. Não são todas as mulheres que possuem condições físicas, mentais, financeiras de ter um filho e nem de passar pela gravidez, que é um período de sensibilidade, enjoos, mudança de humor.

Não são raros os casos de aborto. Em entrevista para o jornal El País (2018²⁴), Débora Diniz afirma que uma a cada 5 mulheres com até 40 anos já realizou aborto. E que existe o estigma da mulher que aborta como uma criminosa, porém tratam-se de uma mulher “comuns”, que trabalham, que tem filhos, que tem uma religião (ou às vezes nenhuma, mas a maioria possui).

Segundo a Pesquisa Nacional de Aborto²⁵ realizada em 2016 com 2002 mulheres, 13% ou seja, 251 afirmaram que já realizaram pelo menos 1 aborto. A pesquisa foi realizada com mulheres entre 18 e 39 anos, que habitavam áreas urbanas. “Extrapolando-se a partir das taxas

²⁴ Dip, Andrea. **Debora Diniz: “Todas as mulheres fazem aborto, mas só em algumas a polícia bota a mão”**. El País, 3 de Agosto de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/02/politica/1533241424_946696.html (Acesso em 22 de Agosto de 2018)

²⁵ DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo and MADEIRO, Alberto. **Pesquisa Nacional de Aborto 2016**. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. vol.22, n.2. 2017

de aborto de alfabetizadas urbanas (13%), o número de mulheres que, em 2016, já fez aborto ao menos uma vez, portanto, seria em torno de 4,7 milhões.” (PNA, 2016). Em relação a faixa etária, a que mais realizou aborto foi de 20 a 24 anos (70) e logo em seguida de 25 a 29 anos (32), e em terceiro lugar entre 16 e 17 anos (26). Percebe-se que é bem variável a idade em que o aborto é realizado. A cor que prevaleceu foi parda (129) em seguida branca (58) e por fim preta (49). Dentre as 251 entrevistadas, 196 afirmaram ter filhos, 163 mulheres encontram-se casadas ou em união estável, 63 encontram-se solteiras, 25 encontram-se separadas ou viúvas.

Em relação a religião dentre as 251 que já realizaram o aborto, 141 se declararam católicas, 607 declaram-se evangélicas/ protestantes ou cristãs não católicas, 113 declararam-se pertencentes a outras religiões, 209 declararam não possuírem religião e 13 não responderam. Em relação à religião pode-se pensar que dentro das igrejas evangélicas, a população é mais assídua religiosamente, como foi possível analisar anteriormente e portanto é maior também a moralidade que envolve as mulheres na condição de submissão e as culpabiliza. Além disso, nas religiões protestantes há uma pregação maior em relação a normas de comportamento, e geralmente a pessoa que se “converte” adentra esse universo, acreditando em todas as verdades. Existe isso dentro do catolicismo também, porém muitas pessoas são católicas mas não praticantes.

“Essas mulheres já são ou se tornarão mães, esposas e trabalhadoras em todas as regiões do Brasil, todas as classes sociais, todos os grupos raciais, todos os níveis educacionais e pertencerão a todas as grandes religiões do país (PNA, 2016).” A cerca do perfil das mulheres que abortam, é possível perceber que existe um amplo perfil, refletindo que o aborto ocorre em diversas regiões do país, raças, grupos sociais, classes, religiões, sem religião níveis educacionais. A grande maioria dessas mulheres tem filhos e fazem a escolha às vezes por falta de condições financeiras, falta da possibilidade de cuidar, gravidez não planejada. A descriminalização do aborto não vai “aumentar” o número de abortos pois o aborto representa um trauma para qualquer mulher que o realiza, não é um procedimento simples. É preciso considerar que mesmo que um perfil amplo de mulheres realizem o aborto, ele não se dá de maneira homogênea, pois existem aquelas que são verdadeiramente penalizadas morrendo ou sendo presas.

Desde 2012, o aborto passou a ser permitido em situações de anencefalia, uma doença em que ocorre má formação cerebral do feto. A mulher que aborta pode sofrer de 1 a 3 anos de detenção, e a pessoa que a auxiliou, 4 anos. Constantemente surgem polêmicas sobre o tema e novos Projetos de Emenda Constitucional. Em relação aos mais recentes, em 2015 surgiu a PEC

181/2015²⁶ (BRASIL, 2015), segundo a Carta Capital (2017²⁷) apareceu com o argumento de ampliar os direitos de licença-maternidade para mães de filhos prematuros mas conforme foi tramitando, passou a definir “a inviolabilidade da vida desde a concepção”, proibindo todos os tipos de aborto, mesmo os que já eram permitidos pela legislação brasileira. Ou seja, representando um verdadeiro retrocesso dentro de um país que já criminaliza mulheres, e criminalizando inclusive as que tinham algum direito.

Atualmente existe uma tentativa de descriminalização do aborto com a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442²⁸, de autoria da ministra Rosa Weber, que visa discutir o aspecto penal dos artigos 124 (Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lhe provoque) e 126 (Provocar aborto com o consentimento da gestante), que leva à prisão às mulheres que realizarem aborto (STF, 2018). No entanto, descriminalizar apenas faz com que as mulheres não sejam presas porém não tira o caráter ilegal do aborto, e nem possibilita que seja uma possibilidade ofertada pelo SUS. Ou seja, ainda haverá dificuldade para realização do procedimento, fazendo com que as mulheres recorram à clandestinidade.

Tal Arguição sinaliza que os artigos 124 e 126 afrontam os princípios presentes na Constituição Federal (BRASIL, 1988) da: dignidade da pessoa humana, a vida, a liberdade, submetendo as mulheres a tratamento desumano, retirando os direitos reprodutivos, de saúde, e propõe a possibilidade da interrupção da gestação nas primeiras 12 semanas. A descriminalização é importante para que se pesquise sobre o assunto, para que se fale do assunto, para que não seja tratado como uma vergonha moral e sim como um debate relevante para as políticas públicas, por tratar-se de algo que é necessário para se pensar em direitos humanos e reprodutivos das mulheres. É importante também para que as mulheres não tenham que esconder por medo de serem denunciadas. “O Brasil está na região que mais pune e que mais

²⁶ BRASIL. **Proposta de Emenda Constitucional 181/2015**. Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2075449> (Acesso em: 26 de Agosto de 2018.)

²⁷ OLIVEIRA, Tory. Câmara analisa PEC 181. Entenda seus impactos sobre o aborto no Brasil. Carta Capital, 06 de Dezembro de 2017 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/camara-vota-pec-181-entenda-seus-impactos-sobre-o-aborto-no-brasil> (Acesso em 21 de Agosto de 2018)

²⁸ BRASIL. **ADPF 442**. Petição inicial. Rel. Min. Rosa Weber. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/audienciasPublicas/anexo/DespachoConvocatoriointerrupcaoGravidez.pdf> (Acesso em 26 de Agosto de 2018)

faz aborto do mundo. Quanto mais se pune mais aumenta a perseguição e a dificuldade de acesso à informação, e as mulheres fazem mais abortos porque algo está errado.”²⁹

A criminalização do aborto não faz com que as mulheres parem de abortar, e sim coloca em risco a vida de mulheres que acabam recorrendo à clandestinidade para realizá-lo. As mulheres pobres são mais vulneráveis a criminalização, estas correm realmente o risco de serem presas e mortas (DINIZ, El País, 2018).

A criminalização do aborto é uma questão de saúde pública, negar o direito reprodutivo das mulheres escolherem o que querem para si e para seus corpos viola o princípio da vida, segurança e liberdade humana e as sujeita a morte e a prisão (DINIZ, El País, 2018). Trata-se de uma questão relativa a saúde das mulheres, entretanto elas não são consultadas. O controle vivenciado pelas mulheres no período da caça às bruxas reflete ainda hoje um distanciamento das mulheres de seus corpos e ciclos. Ainda existe uma tentativa do controle de corpos e uma punição para aquelas que optem por meios considerados perversos.

É muito ousado uma mulher ter controle sobre seu próprio corpo, e ao mesmo tempo à reprodução humana. Portanto, o patriarcado e o regime heterossexista vêm promovendo desde a Inquisição até os dias atuais o distanciamento das mulheres de seus processos fisiológicos (“naturais”) e emocionais. Essa alienação cria uma estrutura social poderosa que busca submeter e controlar as mulheres (EHRENREICH, ENGLISH, 2016, P.60).

É preciso que esse o Estado disponha de métodos abortivos seguros para a sua população. Uma das grandes questões atuais do Brasil é o viés conservador que sobrevive desde a colonização, impedindo que se enxergue as reais implicações de uma pauta relevante. A tendência é que se enxergue a polêmica e que se fique no raso debate de “a favor” ou “contra” sendo que o debate é mais amplo que isso.

Existem vidas em risco, e essas vidas morrem e são presas em detrimento de ausência do poder público. Em sua maioria mulheres pretas e pardas (IBGE, 2010), pobres que muitas vezes não conhecem o medicamento que estão tomando, que sofrem pela ausência de informações. Mulheres com mais condições financeiras e com a possibilidade de pesquisar, se informar, acabam recorrendo a métodos mais seguros. Como evidenciado pelos dados (PNA,

²⁹ Dip, Andrea. Debora Diniz: “Todas as mulheres fazem aborto, mas só em algumas a polícia bota a mão”. El País, 3 de Agosto de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/02/politica/1533241424_946696.html (Acesso em 22 de Agosto de 2018)

2016), mulheres brancas, pardas e pretas fazem aborto, mas em um país racista, existe prisão só para algumas.

Com relação à intolerância religiosa contra crenças de matrizes africanas, nota-se como uma expressão de racismo religioso (STANCHI, 2017). A estigmatização dessas religiosidades demonstra que as marcas da escravidão e do passado colonial ainda se encontram presentes na sociedade brasileira. A colonização realizada pelo homem branco europeu, constituiu uma condição de inferioridade racial de povos negros e indígenas, sendo responsável por divulgar a valorização de elementos europeus (e valores ligados à branquitude), e ao mesmo tempo desvalorizando componentes simbólicos e culturais de populações negras e indígenas (STANCHI, 2017).

Nesse sentido, identificou-se na cultura e na figura do negro o oposto da “civilidade” europeia, logo, os negros são estigmatizados por possuírem tradições bárbaras e primitivas. (SOUZA, 2016). Estabeleceu-se então a associação da raça negra e seus cultos ao diabo, devido aos elementos utilizados em suas cerimônias. Alguns símbolos eram tidos como inaceitáveis para o cristianismo, tais como a incorporação, e além disso:

[...] utilização de tambores, os transe, os sacrifícios animais como forma de estabelecer contato com a divindade, o tabaco e as bebidas alcoólicas que na concepção negra e indígena tem poderes curativos, ou seja, elementos que para o olhar tradicional e leigo, dão à esta religião um caráter primitivo e considerado maléfico, pois se mostrava diferente dos padrões do cristianismo. (SOUZA, 2016, P.4)

A partir da percepção dessas religiosidades como ameaças, seus templos e adeptos são vítimas até hoje de diversos tipos de depredação. Fundamentalistas se pautam em preceitos bíblicos para justificar tais atrocidades. A primeira causa dessa violência praticada a religiões afro-brasileiras seria partindo da afirmação de que somente Jesus salva, onde existe a premissa do monoteísmo cristão e o paganismo das demais religiosidades. A questão de se terem vários deuses (orixás) e imagens, fundamenta este pensamento, de maneira que os deuses africanos são lidos enquanto uma heresia e oposição à figura de Jesus.

Alguns versículos bíblicos são utilizados como justificativa para intolerância religiosa, como exemplos: “Não haja no meio de ti deus estranho, não adorarás qualquer entidade diferente de mim (A BÍBLIA SAGRADA: Salmos 81:9).” E ainda:

“Não terás outros deuses além de mim. “não farás para ti nenhum ídolo, nenhuma imagem de qualquer coisa no céu, na terra, ou nas águas debaixo da terra. Não te prostrarás diante deles nem lhes prestarás culto, porque eu, o Senhor, o teu Deus, sou Deus zeloso, que castigo os filhos pelos pecados de seus pais até a terceira e quarta geração daqueles que me desprezam, mas trato com bondade até mil gerações aos que me amam e obedecem aos meus mandamentos.” (A BÍBLIA SAGRADA: Êxodo 20: 3-6)

Portanto é possível realizar uma analogia entre os terreiros e templos em chamas e as milhões de pessoas queimadas vivas nas fogueiras da inquisição, durante a idade média. E, apesar de todas essas agressões e violações, o Brasil sequer tipificou o crime de intolerância religiosa. Por isso mesmo, não há nenhuma punição prevista legalmente para esses tipos de crimes de ódio (MOLINA, CARTA CAPITAL, 2017)³⁰.

No ano de 2017 o Supremo Tribunal Federal determinou que o Brasil sendo um Estado laico poderia realizar ensino religioso confessional vinculado a uma ou várias religiões em escolas públicas (COSTA, BBC, 2017)³¹. No julgamento, considerou-se que a lei não é determinada, e dá espaço para que se possa pregar religiosidade a crenças específicas mesmo num estado laico. O que ocorre no quadro brasileiro, é um país em sua grande maioria cristã (IBGE, 2010). Ou seja, encontramos uma hegemonia cristã que abre a possibilidade de doutrinação dentro das escolas. O fato de a educação abrir brechas para a formação doutrinária alimenta a intolerância religiosa, uma vez que este ensino confessional não será plural ou dará vozes à segmentos religiosos considerados minoritários. A educação é a principal maneira de promover visões acerca da diversidade e eliminar preconceitos (FREIRE, 1987). O ensino religioso oferecido nas escolas, deve apresentar a variedade de crenças e ser pautado no respeito à diversidade, combatendo quaisquer formas de intolerância religiosas.

Em 2003 aprovou-se a Lei 10.639³² (BRASIL, 2003) que prevê a obrigatoriedade de aulas de História e Cultura Afro-brasileira na grade curricular de escolas de ensino fundamental e médio. Algumas escolas nem sequer dão essas aulas, os professores que dão essas aulas encontram desafios, mesmo 10 anos após ser aprovada a Lei 10.639. De acordo com reportagem (BASILIO, Carta Capital, 2018)³³, uma professora do Rio de Janeiro foi denunciada por pai de

³⁰ MOLINA, Danilo. A intolerância religiosa não vai calar os nossos tambores. Carta Capital, 09 de Outubro de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/a-intolerancia-religiosa-nao-vai-calar-os-nossos-tambores> (Acesso em 23 de Agosto de 2018)

³¹ COSTA, Camilla. Estado e fé: STF permite ensino confessional de religião nas escolas BBC, São Paulo, 27 de Setembro de 2017 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41404574> (Acesso em 24 de Agosto de 2018)

³² BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. DOU. De 10 de Janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm (Acesso em 26 de Agosto de 2018)

³³ BASILIO, Ana Luisa. **Quinze anos depois, Lei 10.639 ainda esbarra em desconhecimento e resistência**. Carta e Educação. Carta Capital, 12 de Julho de 2018. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/quinze-anos-depois-lei-10-639-ainda-esbarra-em-desconhecimento-e-resistencia/> (Acesso em 26 de Agosto de 2018)

um estudante por exibir um filme que retratava cultura negra em sala de aula. A professora acredita que a motivação foi intolerância religiosa. Embora essa lei seja um avanço, o cumprimento dela fica a cargo de professores e da gestão escolar que se sensibilizem pela causa, ou seja, é necessário que barreiras sejam superadas para a efetivação. Ou seja, o ensino confessional é realizado, e o ensino acerca da cultura afro-brasileira ainda encontra diversas barreiras.

Verifica-se o alto índice de terreiros que foram queimados, depredados, ou sofreram algum tipo de ataque religioso. Esta realidade de dados, acaba por também revelar, o descaso do poder público frente a estas agressões, e a necessidade de políticas públicas mais ativas para combater a violência e o desrespeito religioso, praticados em nome da discriminação.

São inúmeros casos de violência. Segundo entrevista ao Jornal Nexo (2017)³⁴ com Vagner Gonçalves, antropólogo que estuda religiões afro-brasileiras os casos de intolerância a religiões afro-brasileiras estão relacionados ao aumento das religiões neopentecostais e a proposta religiosa que visa o combate a outras religiões. A falta de informações acerca da cultura africana nas escolas e a “possibilidade” de proselitismo nas escolas se reflete também na realidade do país, onde encontramos casos de violência aos templos e aos adeptos de religiões de matrizes africanas.

As religiões cristãs possuem a visão dualista de mundo e a ideia de bem e mal. E para as religiões pentecostais e neopentecostais o mal precisa ser derrotado. O mal, segundo Vagner, é visível para os cristãos, nas religiões afro-brasileiras, pois estas utilizam-se de incorporações, e demais simbologias, associadas às forças tidas como “malignas”; como por exemplo o sincretismo de exu e pomba-gira na imagem do demônio, conforme evidenciado no capítulo anterior. Ou seja, isso fundamenta a “batalha espiritual” contra essas religiões. Esse ataque é direcionado especialmente as religiões afro-brasileiras, também porque estão em menor número, representando no IBGE (2010) por 0,3% da população brasileira. “Quando o pastor mostra que é mais forte que o exu, ele mostra que tem poder absoluto, inclusive de fazer com que uma entidade que toma conta de uma pessoa seja expulsa. É mostrar sua força por meio do ataque, de exemplificar o seu poder (Vagner Gonçalves em Jornal Nexo, 2017).”

³⁴ **Como a intolerância religiosa tem se manifestado no Brasil.** Jornal Nexo, 11 de Outubro de 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/10/11/Como-a-intoler%C3%A2ncia-religiosa-tem-se-manifestado-no-Brasil> (Acesso em 24 de Agosto de 2018)

Dialogando sobre o tema de intolerância e ataques religiosos, é importante destacar o desenvolvimento das igrejas pentecostais no Brasil no início do século XX, com expansão maior a partir das décadas de 1950 e 1960 (SILVA, 2007). O pentecostalismo surgiu no país baseado na fé, profecia e cura, na qual posteriormente a cura ficou mais enfatizada, objetivando também a conversão em massa (SILVA, 2007).

A partir da década de 1970 houve no movimento a adição do prefixo “neo”, momento em que as igrejas identificadas como neopentecostais buscavam enfatizar a teologia da prosperidade, utilizavam a conversão em massa por meio da mídia, trazendo a centralidade das batalhas espirituais principalmente contra o espiritismo e religiões afro-brasileiras. (SILVA, 2007).

O ataque às religiões afro-brasileiras, mais do que uma estratégia de proselitismo junto às populações de baixo nível socioeconômico, potencialmente consumidoras dos repertórios religiosos afro-brasileiros e neopentecostais, é consequência do papel que as mediações mágicas e a experiência do transe religioso ocupam na própria dinâmica do sistema neopentecostal em contato com o repertório afro-brasileiro. O desenvolvimento recente do catolicismo carismático atestaria a demanda crescente por tais mediações também nesse segmento religioso majoritário. No Brasil, enquanto os processos de secularização e racionalização atingiam os setores cristãos (catolicismo, protestantismo histórico etc.), o pentecostalismo surgiu como uma possibilidade, ainda tímida na primeira e segunda fases, mas muito forte na terceira, de valorização da experiência do avivamento religioso. No neopentecostalismo, essa característica radicaliza-se em termos de transformá-la em uma religião da experiência vivida no próprio corpo, característica que tradicionalmente esteve sob a hegemonia das religiões afro-brasileiras e do espiritismo kardecista. Combater essas religiões pode ser, portanto, menos uma estratégia proselitista voltada para retirar fiéis deste segmento — embora tenha esse efeito — e mais uma forma de atrair fiéis ávidos pela experiência de religiões com forte apelo mágico, extáticas, com a vantagem da legitimidade social conquistada pelo campo religioso cristão (SILVA, 2007 p. 208 - 209).

As “evidências” que consistem nessa associação com o diabo seriam os sacrifícios de animais, as incorporações e oferendas. As igrejas neopentecostais, portanto, se assentam na ideia de que os males do mundo podem ser atribuídos ao demônio, que se associa a deuses de outras religiões. É dada aos fiéis a responsabilidade de combaterem esses demônios (SILVA, 2007). Nestas igrejas, no momento em que ocorrem as sessões de “exorcismo”, as lideranças espirituais qualificam o “mal” presente no fiel, como atribuição de entidades da umbanda; e no momento em que se expulsa o mal, igualmente desqualifica-se as manifestações religiosas afro descendente (SILVA, 2007). Atestando desta maneira, que houve a libertação do seguidor.

Em diversos programas dirigidos pelas igrejas neopentecostais, são reconstituídos “casos reais” em que os elementos de religiões afro-brasileiras colocados como responsáveis por mortes, doenças, separações, amarrações e demais formas de desventuras. São então

apresentados testemunhos por fiéis pentecostais, que confessam terem frequentado terreiros e testemunham apresentar os malefícios decorrentes da vivência (SILVA, 2007).

A depredação de patrimônios pertencentes a religiosidades afro-brasileiras objetiva o apagamento das histórias e memórias, e utilizam-se discursos bíblicos para justificar depredações. São constantes as associações das práticas religiosas como demoníacas, principalmente no que concerne aos exus e pombagiras.

Não haveria, por exemplo, a possibilidade de igrejas neopentecostais realizarem essa batalha espiritual contra o catolicismo, que representa 64,6% da população brasileira (IBGE, 2010), demonstrando-se uma religião mais “forte” e que o enfrentamento traria muitas consequências, como o episódio do chute da santa (O Globo, 2015)³⁵ que gerou muita polêmica. Tal episódio ocorreu dia 12 de Outubro de 1995, no dia de Nossa Senhora Aparecida, o pastor Sérgio Von Helde da Igreja Universal do Reino de Deus chutou uma imagem da santa em rede nacional, fazendo uma crítica ao uso de imagens partindo do pressuposto de que essas imagens não tem poder algum. Tal atitude foi condenada por diversas emissoras, líderes religiosos, e ocorreu que o pastor teve que ir viver em outros países. Em 1997, com a condenação e pena de dois anos de prisão por discriminação, foi a primeira vez que alguém era preso por discriminação religiosa. Este fato demonstra a comoção e repulsa do poder público, população e líderes religiosos por atitudes que ferem símbolos sagrados para uma religião hegemônica, no caso o catolicismo. Tal nível de comoção não ocorre da mesma maneira quando trata-se de uma religião de matriz afro-brasileira.

Segundo a Lei nº 7.716:³⁶

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. (BRASIL, 1989)

³⁵ **Chute na imagem da padroeira do Brasil choca país e é reprovado por religiosos.** O Globo, 09 de Outubro de 2015. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/chute-na-imagem-da-padroeira-do-brasil-choca-pais-e-reprovado-por-religiosos-1-17738478> (Acesso em 26 de Agosto de 2018)

³⁶ BRASIL. **Lei Federal 7.716/89, Alterada pela Lei Federal 9.459/97.** 5 de Janeiro de 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7716.htm (Acesso em 26 de Agosto de 2018)

E além disso, segundo o Código Penal:

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 208 - Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Parágrafo único - Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência. (BRASIL, 1940)

Ou seja, a liberdade de crença é inviolável e a violação, discriminação ou violência acarreta em multas ou até prisão, previstas por lei. O “Mapa da Intolerância Religiosa” (KOINONIA, 2018)³⁷, registra notícias sobre casos de intolerância entre 2008 a 2017 registrados pela grande mídia. De acordo com o Mapa, entre 2008 e 2017 no Brasil houveram 187 casos. O ano de 2017 registrou o maior número de casos, houveram 36 notícias de intolerância notificados pela mídia. O Rio de Janeiro, durante os anos de 2008 a 2017 foi o estado com mais notícias registradas (51), em segundo lugar a Bahia (31) em terceiro lugar o Distrito Federal (15).

É preciso considerar que existem muitos casos que nem sequer são noticiados, muitos casos ocorrem no campo simbólico, moral e psicológico, não somente no fixo. Além disso denúncias são realizadas através do Disque 100. Segundo a ONU (2017³⁸) entre 2011 e 2015 houveram 697 denúncias de intolerância religiosa no Brasil (através de dados da Secretaria Especial de Direitos Humanos). E segundo dados do Disque 100 (MOLINA, CARTA CAPITAL, 2017) em 2016 se registraram 776 denúncias de intolerância religiosa, ou seja, é perceptível um aumento das denúncias. Além disso, o perfil das vítimas mais recorrentes refere-se a praticantes de umbanda e candomblé.

Um caso que chamou atenção no país, por tratar-se de uma criança, é o de Kailane Campos de 11 anos, no Rio de Janeiro. Em 2015 na saída de um culto de candomblé, junto a

³⁷ KOINONIA. Mapa da Intolerância Religiosa. 2018 Disponível em: <<http://intoleranciareligiosadossie.blogspot.com/2011/08/dia-dos-cultos-afros-segue-sem-apoio.html>> (Acesso em 26 de Agosto de 2018)

³⁸ Relatório alerta para aumento dos casos de intolerância religiosa no Brasil .Nações Unidas, 24 de Janeiro de 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/relatorio-alerta-para-aumento-dos-casos-de-intolerancia-religiosa-no-brasil/> (Acesso em 24 de Agosto de 2018)

sua avó e outros adeptos, todos de branco, foi apedrejada (G1, 2015)³⁹ em espaço público. Além de realizarem o ataque físico, os violentadores ainda foram responsáveis por cometer violências morais e psicológicas, ao designarem os candomblecistas como figuras do “diabo” e usarem do momento da agressão para pregar, afirmando que “Jesus está voltando”.

Na capital do país, em Brasília, situa-se um dos locais que simbolizam o a luta e resistência vivenciadas pelas religiões afro descendentes e seus seguidores, a “Praça dos Orixás”. Apesar de ser um espaço de devoção, frequentado pelo povo-de-santo para prestarem homenagens e reverências aos orixás representados em monumentos artísticos, a Praça é alvo constante de depredações e ataques criminosos. Em 2016, é executado um incêndio criminoso, que gera como consequência a destruição da imagem de Oxalá (G1, 2016)⁴⁰, o grande Pai Orixá. Dos 16 Orixás representados, 6 apresentam alguma espécie de dano, o que revela a constante depredação e a falta de represália e atitude do poder público perante a isso. As imagens da “Praça dos Orixás” foram feitas por um artista baiano chamado Tatti Moreno (GOVERNO DO BRASIL, 2010) e por este motivo, também não há possibilidade do povo-de-santo reparar os danos.

De casos recentes, noticiados no entorno do DF, em novembro de 2017, um Terreiro de Candomblé foi incendiado no Jardim Ingá (CORREIO BRAZILIENSE, 2017)⁴¹ As 2h da manhã o fogo se espalhou e destruiu o local. Quando a dona do terreiro, Rosimeire Rodrigues, conhecida como mãe branquinha acordou e viu uma fumaça saindo do barracão. Foi então com as filhas apagar as chamas e enquanto foi apagar, teve sua residência invadida. A mãe de santo acredita que provavelmente foram as mesmas pessoas que atearam fogo no barracão. Há quatro anos ela já teve seu barracão incendiado, e conseguiu reerguer, ficou bastante abalada com o fato ocorrendo novamente. É percebida a tamanha violência praticada pela própria sociedade civil. Segundo o Atlas da Violência (IPEA, 2017) de cada 100 pessoas que sofrem homicídio

³⁹ **Menina vítima de intolerância religiosa diz que vai ser difícil esquecer pedrada.** G1. 16 de Junho de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/menina-vitima-de-intolerancia-religiosa-diz-que-vai-ser-dificil-esquecer-pedrada.html> (Acesso em 24 de Agosto de 2018)

⁴⁰ RODRIGUES, Mateus. **Incêndio destrói imagem de Oxalá na Praça dos Orixás**, em Brasília. G1, 11 de Abril de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/04/incendio-destroi-imagem-de-oxala-na-praca-dos-orixas-em-brasilia.html> (Acesso em 24 de Agosto de 2018)

⁴¹ VIEIRA, Daniel Marques. **Terreiro de Candomblé é incendiado no Jardim Ingá, Entorno do DF.** Correio Braziliense. 20 de Novembro de 2017. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/11/20/interna_cidadesdf.642174/terreiro-de-candomble-e-incendiado-no-jardim-inga-entorno-do-df.shtml (Acesso em 24 de Agosto de 2018)

no Brasil, 71 são negras, jovens e do sexo masculino. Ou seja, não trata-se somente de um preconceito religioso, mas de um segmento da sociedade que é excluído (MOLINA, CARTA CAPITAL, 2017), e o genocídio da população negra demonstra o quanto estão presentes as marcas de um passado escravocrata.

A constante depredação de patrimônios pertencentes às religiosidades afro-brasileiras, representam o histórico e violento apagamento dos povos negros e suas memórias. É preciso enfrentar as marcas do passado colonial para que os terreiros de umbanda e candomblé não continuem sendo vítimas da destruição. Nota-se, ainda, com tais agressões, a afirmação do patriarcado, na medida em que divindades femininas são mais presentes nas religiões não hegemônicas.

Representantes não deveriam trazer suas opiniões pessoais para o poder público. É preciso que seja considerada a realidade e toda a sua diversidade, para que diversos setores minoritários sejam contemplados por políticas públicas, benefícios e serviços. É preciso resistência, políticas públicas adequadas para o enfrentamento das violências vivenciadas por adeptos de religiões afro-brasileiras, bem como indígenas, mulheres e LGBTQI+. É preciso lutar pela efetivação da laicidade do estado para que assim seja consolidada uma democracia, que preza pela liberdade humana.

1.2 DESAFIOS ATUAIS NA RESISTÊNCIA AO CONSERVADORISMO

Há no atual contexto brasileiro uma ampliação dos antagonismos de classe, e com isso se intensificam medidas governamentais que desprezam as políticas públicas, fazendo com que hajam retrocessos no campo dos direitos, e com isso aumento das expressões de conservadorismo.

Assim, as ameaças ao Estado Laico configuram-se como expressões do avanço do conservadorismo e do irracionalismo neste contexto de agudização dos antagonismos de classe e, consequentemente, uma ameaça ao processo de democratização da sociedade e do Estado brasileiros (CFESS, 2016, p.2).

Como percebido no item anterior, nesses períodos de avanço do conservadorismo há retrocessos na esfera dos direitos, demonstrados com os projetos de lei citados anteriormente, que são baseados mais em convicções pessoais acerca da moralidade, do que verdadeiramente na necessidade dos segmentos da sociedade.

O Estado laico não pode intervir através de valores que se fundem em princípios religiosos. As políticas sociais devem também estar pautadas na afirmação da diversidade e

liberdade humana, seja religiosa, orientação sexual ou de gênero. Para que se fortaleça o Estado Democrático de Direitos é preciso que a intervenção estatal esteja limitada a interesses públicos, se distanciando de convicções de base doutrinária ou confessional (CFESS, 2016). Laicidade supõe ou deveria supor um distanciamento em relação a convicções religiosas no poder público.

Dentro desse contexto é necessário ter atitudes que não colaborem para a formação de opiniões que reforcem a ideologia hegemônica. Percebe-se a importância de movimentos sociais e profissões que estejam engajadas com a luta pela construção de uma nova ordem societária, que visa a liberdade, a democracia e a defesa dos direitos humanos e a luta por um estado laico.

Revela-se de verdadeira importância ações que se pautem na defesa de direitos para religiões de matriz afro-brasileira, para mulheres e LGBT's, considerando que esses grupos são marginalizados, sofrem diversas violências e violações de direitos. É preciso levar em consideração as conquistas históricas dos movimentos dos povos Negros e de Mulheres, assim como movimentos dos povos indígenas, graças a essas conquistas foi possível obter relevantes direitos e políticas, por isso não podemos retroceder.

A expansão do patriarcado teve sua dominação realizada por meio da violência, inclusive por meio do cristianismo, sendo as mulheres obrigadas a crerem num Deus homem, patriarcal (FEDERICI, 2017). Além disso, foram submetidas a diversas violências, tendo que casar jovens com homens muito mais velhos, com sua sexualidade permitida apenas para a procriação, e colocadas em situações onde os estupros eram recorrentes. Soma-se a isso a violência moral a que são submetidas, pautadas pelo medo, vergonha, silêncio. Se calavam diante dos abusos sofridos. Os seus corpos considerados impuros, assim como seus sangues. Nesse contexto, desenvolve-se a ação do movimento feminista em busca politicamente dos direitos das mulheres, igualdade luta contra as expressões cotidianas do machismo.

Faur (2003) cita que atualmente há um movimento de espiritualidade feminina, mulheres que recriam rituais baseados em antigos cultos pagãos e tradições nativas, que encontram na deusa mãe a força para superarem as adversidades dos sofrimentos vivenciados na sociedade patriarcal. Buscam essa reconexão com as anciãs em busca de obterem força, se sentirem livres sobre suas escolhas, sua sexualidade e expressão pessoal. Atualmente as mulheres buscam o contato com a deusa, não serem condenadas por quem são e não terem seus corpos condenados. De acordo com Faur (2003), o movimento de retorno à grande mãe faz com que as mulheres busquem esse amor próprio, e tenham forças para reagir diante de situações

opressivas. Além disso, que descubram suas aptidões, seus potenciais. Há um retorno também da valorização da natureza, o reconhecimento da natureza como mãe, em vias de toda a destruição que os seres humanos estão causando.

Muitos movimentos feministas ocidentais já alteraram e romperam com pressupostos básicos da tradição judaico-cristã. Trata-se, não somente, de questionar ou condenar a exclusão que tais religiões promovem ao gênero feminino, impedindo a ordenação, inserção institucional plena ou o reforço aos tradicionais papéis de gênero às mulheres como mães, esposas ou filhas: são as próprias concepções teológicas masculinizadas (Deus-Pai, divindades masculinas) que serão questionadas pelas mulheres em busca de novos modelos simbólicos femininos, bem como de espaços de liderança participação integral em toda a dimensão de sua cultura religiosa (SILVA, 2004, p.12).

O movimento que atualmente se coloca como o “sagrado feminino” é uma reaproximação das mulheres de seus ciclos, de conhecerem seus corpos, utilizarem tipos de absorventes mais alternativos durante as menstruações como: coletor menstrual e absorventes de pano, reconhecendo seu sangue não como algo sujo, mas como algo que faz parte de sua natureza (FAUR, 2003). Há também um retorno aos partos naturais, mulheres que querem parir dentro das águas, e se preparam para esse momento com doulas e parteiras.

É importante ressaltar que apesar dos avanços já mencionados trazidos com o movimento do “sagrado feminino”, o mesmo possui limitações e que por vezes tende a reconhecer somente corpos cisgênero⁴² femininos, não dando protagonismos às mulheres transexuais. Um dos atuais desafios do movimento, pauta-se também em não estigmatizar o grupo de mulheres, levando-se em conta somente aquelas que “performam feminilidade”. A noção do que constitui o que é ser “mulher” e ser “feminina”, é pautada em entendimentos da lógica presente na sociedade dividida no binarismo⁴³ e sexismo (BUTLER, 2015). É preciso que um movimento que tenha como sua centralidade e protagonismo, mulheres, possa reconhecer as diversas faces, cores, corpos e sexualidades que às mesmas possuem. Outra limitação deste fenômeno é o seu recorte de classe, pois tais práticas acabam por se restringir aquelas mulheres com maior poder aquisitivo e que dispõem de tempo para a formação dentro destes parâmetros.

Ainda assim, o movimento de mulheres, juntamente com as políticas sociais voltadas para o coletivo feminino, tem passado por diversos ganhos e transformações ao longo dos anos.

⁴² Cisgênero são pessoas que se identificam com o sexo biológico que nasceram, estão “alinhadas” ou de acordo com este sexo biológico. O prefixo *cis* em latim designa “deste lado”. Na sociedade pessoas cis possuem um privilégio porque estão “alinhadas” entre corpo e gênero.

KAAS, Hailey. **O que são pessoas cis e cissexismo?**. Ensaios de gênero. Setembro de 2011. Disponível em: <https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/09/17/o-que-sao-pessoas-cis-e-cissexismo/> (Acesso em 26 de Agosto de 2018)

⁴³ Divisão do mundo entre feminino e masculino

É necessário abordar mulheres num sentido interseccional, afim de contemplar as mulheres: negras, lésbicas, bissexuais, transsexuais. É necessário especificar e realizar recortes, pois a violência atinge todas, mas em algumas circunstâncias atinge outras em proporções maiores.

Um dos maiores avanços para a luta das mulheres no Brasil, se consolidou com a promulgação da Política Nacional de Enfrentamento à violência contra as mulheres, e encontra-se em conformidade com a lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha⁴⁴. Segundo Pedro e Guedes (2010), a Lei é responsável por explicitar e definir em uma legislação, o que caracterizaria a violência, abrangendo suas esferas morais, psicológicas e demais agressões. A violência pode se apresentar no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto, e pode vir tanto de um homem, quanto de outra mulher em que haja a convivência íntima ou doméstica. Estão incluídas pessoas da família, como: pai, mãe, irmãos, ou mesmo um cuidador. Pode ser o patrão ou patroa que convivam no mesmo ambiente doméstico, ex-esposo(a), ou colega de quarto.

Apesar de ainda ser praticada e frequentemente invisibilizada, a violência praticada contra a mulher, é um fenômeno que atinge mulheres de diferentes classes sociais, origens, idades, regiões, estados civis, escolaridade, raças e até mesmo a orientação sexual. Possui um reconhecimento da parte do Estado, no qual o mesmo se propõe a responsabilizar os praticantes do ato criminoso.

Pelo senso comum acredita-se que para haver igualdade não é necessário políticas específicas para mulheres, pois assim só estariam segregando o problema, porque homens também morrem e sofrem violência. Porém, enquanto os homens tendem a serem vítimas ocasionalmente de uma violência predominantemente praticada no espaço público, as mulheres sofrem cotidianamente com esse fenômeno que se manifesta em diversos espaços inclusive dentro de seus próprios lares, na grande parte das vezes praticada por seus companheiros e familiares.

As estatísticas apontam que o campo a se percorrer é extenso, e o combate à violência de gênero, deve ser realizado por toda a população e o Estado, todos os dias. Os dados sobre violência contra as mulheres revelam o quanto o cenário brasileiro é preocupante. Nos 10 primeiros meses de 2015, foram registrados pelo Ligue 180: 63.090 relatos de agressão, destes,

⁴⁴ BRASIL. **Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340/06**, de 7 de Agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm (Acesso em 27 de Agosto de 2018)

85,85% ocorreram no ambiente doméstico e familiar (BRASIL, 2011). Os resultados das pesquisas, revelam o fato de que mulheres sofrem violências em seus lares, na rua e em demais espaços públicos. A inferiorização (e agressão) vivenciadas por mulheres é grande, que são corpos entendidos como passíveis a tudo, inclusive ao feminicídio⁴⁵. A utilização do termo pode ser considerado um “avanço” pois anteriormente havia a classificação ampla de homicídio, porém a designação não trazia a especificidade da violência de gênero.

O Mapa da Violência realizado em 2015, aponta que no período de tempo dos anos 2003 até 2013 o número de assassinato de mulheres passou de 3.937 para 4.762, o que corresponde há uma elevação de 21 % de feminicídios (WAISELFISZ, 2015). Somente no ano de 2013 o Distrito Federal ocupava a 14ª posição no ranking de estados brasileiros com taxas de homicídio de mulheres. Observamos que mesmo com o advento da Lei 11.340 (2006), Lei Maria da Penha, a violência contra as mulheres continuou a ser praticada e até mesmo aumentada o número de agressões e mortes contra o gênero feminino. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, OMS, em um grupo de 83 países, o Brasil ocupa a posição do 5º país onde mais se matam mulheres.

Em nossa realidade do Distrito Federal, contamos apenas com um Instituto de Medicina Legal (IML), é para lá que são enviadas todas as mulheres vítimas de “mortes violentas” (DINIZ; COSTA; GUMIERI, 2015). Nos meses de setembro de 2006 e setembro de 2011, foram registradas 301 mulheres mortas e postas na classificação de “morte violenta” pelos policiais ou pelas autoridades judiciárias do Distrito Federal (DINIZ; COSTA; GUMIERI, 2015). Podemos observar que durante estes 5 anos 301 mulheres foram assassinadas, o que corresponde à 60 mulheres mortas por ano apenas no DF.

[...] verifica-se que, apesar das conquistas femininas nas últimas décadas, a violência contra a mulher permanece ainda com proporções desconhecidas, visto a banalização e a naturalização com que os crimes são tratados na maioria das vezes, em decorrência de fatores discriminatórios relacionados ao gênero (CARNEIRO; FRAGA, 2012).

Com este breve levantamento de dados, constata-se que na realidade propiciada pelo modo de produção capitalista, a emancipação feminina não irá ocorrer pela ordem vigente. Saffioti (1979) aponta que no contexto de uma sociedade dividida por classes, diversos grupo

⁴⁵ O feminicídio é o termo adotado para se referir ao assassinato de mulheres por sua condição de serem mulheres. É uma forma da violência de gênero levada ao extremo, pois resulta na morte de mulheres. É importante ressaltar que o termo também serve como uma forma de distinção das mortes por crimes passionais, enquanto o feminicídio é movido pelo desprezo às mulheres (PASINATO, 2011).

serão marginalizados e nunca irão ocupar o espaço de privilégio no capitalismo. A autora, chama a atenção para a singularidade de ser mulher dentro deste sistema. Segundo a mesma, a mulher tem seu espaço designado como de subinferioridade, pois esta sofre não somente com a desigualdade de classes, na qual será mais fortemente atingida, como também sofre com a não igualdade entre os gêneros.

A LGBTfobia pode ser compreendida como uma expressão do sistema heteropatriarcal-racista-capitalista (CISNE, SANTOS, 2018) é uma prática que priva esses indivíduos de terem liberdade, além disso “[...]nos faz pensar o quanto ainda estamos na pré-história da humanidade mediante o recrudescimento do conservadorismo e a crescente violência (CISNE, SANTOS, 2018, p. 124).”

A heterossexualidade é a orientação sexual aceita socialmente, e outras distinções sofrem diversos tipos de preconceito. Além disso, muitos LGBTs sofrem também o estigma por performarem uma identidade de gênero que diverge do padrão esperado. Homens que não performam masculinidade, mulheres que não performam feminilidade. A questão é que a sociedade se constituiu classificando os seres em caixinhas a partir do sexo biológico. Porém existem pessoas que não se identificam com essas caixinhas designadas, e passam a se expressarem de outras maneiras. Além disso, “Há uma prévia dedução da orientação sexual e da identidade de sexo dos indivíduos pelo seu jeito de falar; andar; vestir e se comportar.” (CISNE, SANTOS, 2018, p.26)

Estas sofrem preconceitos diretamente relacionado ao seu caráter físico. A violência praticada contra a população LGBT vai desde o âmbito privado ao público. E passa por “piadas” do cotidiano, chacotas, violência psicológica, violência física, violência policial, no caso de lésbicas, estupro corretivo. Em relação a comunidade LGBT percebe-se a necessidade de serem punidas práticas e discursos de ódio que reproduzem preconceitos. Há uma ausência de legislação vigente para punir a reprodução de preconceitos, e o constante argumento de “liberdade de expressão”, como se significasse liberdade de opressão. Ainda há uma dificuldade em compreender a LGBTfobia como um sistema de opressão (CISNE, SANTOS, 2018).

De avanços do movimento LGBT, desde 16 de Maio de 2013 o Conselho Nacional de Justiça⁴⁶ aprovou o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, verifica-se que este é um

⁴⁶ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Resolução sobre casamento civil entre pessoas do mesmo sexo é aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça**. 16 de Maio de 2013. Disponível em:

<http://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/destaquesNewsletter.php?sigla=newsletterPortalInternacionalDestaques&idConteudo=238515> (Acesso em 23 de Agosto de 2018)

direito que já deveria existir, mas foi um direito duramente conquistado, e que ainda é algo que não foi alcançado em diversos países. Verifica-se portanto o quanto ainda devemos avançar em igualdade.

Dos “avanços” obtidos pelo Movimento negro, instituiu-se a Política para a Igualdade Racial⁴⁷ (BRASIL, 2010), articulada nos eixos principais: Trabalho e desenvolvimento econômico; Educação; Saúde; Diversidade Cultural; Direitos Humanos e Segurança Pública. Com objetivo “Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica (BRASIL, 2010)”. Busca também combater a discriminação e o racismo em diversos âmbitos, ampliar núcleos para combater discriminação e promover igualdade de oportunidades. Visa combater:

I - discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;

II - desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;

III - desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais;

IV - população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga;

Art. 2º É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.

Art. 24. O direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana compreende:

II - a celebração de festividades e cerimônias de acordo com preceitos das respectivas religiões (BRASIL, 2010).

⁴⁷ **LEI Nº 12.288, de 20 de julho de 2010** – Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm (Acesso em 25 de Agosto de 2018)

A política proporcionou avanços consideráveis para segmentos que sofrem intolerância étnica. Entretanto ainda há muito o que conquistar, principalmente em relação ao enfrentamento do racismo (SILVA, 2013), considerando que foram mais de 400 anos de escravidão vividos no Brasil, e possuímos uma ideologia pautada no branqueamento (MEDEIROS, 2015).

Um avanço que tiveram as comunidades de terreiro do Distrito Federal, foi a realização do primeiro Mapeamento de Terreiros⁴⁸. Por meio da fundação Palmares e a Universidade de Brasília, realizou-se o mapeamento e constatou-se a existência de 330 terreiros no Distrito Federal. O local com a maior quantidade de terreiros foi Ceilândia (43) e em segundo lugar Planaltina (25). A importância desse mapeamento se dá para tirar os terreiros da invisibilidade, e assim assegurar maior segurança, auxiliar na regularização, e a promoção de políticas públicas para poder combater melhor a intolerância religiosa.

No Serviço Social, historicamente foi realizada a tentativa de ruptura com a herança conservadora (IAMAMOTO, 2014). Todavia, é preciso reafirmar cotidianamente dentro da categoria profissional maneiras de se romper com o conservadorismo, considerando que ele encontra novas maneiras de se manifestar em determinados momentos históricos, e essa busca torna-se progressiva (CISNE, SANTOS, 2018). É possível considerar que o conservadorismo foi totalmente superado? Ou o que encontramos são novas roupagens que requerem novas maneiras de enfrentamento?

A assistente social possui um local de atuação privilegiado, pois segundo Iamamoto (1982), é neste emaranhado de relações sociais que o Serviço Social concretiza o seu espaço de trabalho. Possui, ainda, sua atuação voltada ao comprometimento com a classe trabalhadora, na “Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras (CFESS, 1983).” Iamamoto (1982), também destaca o papel de intelectual exercido pelas profissionais. Ressalta que este trabalho pauta-se em identificar as demandas específicas de cada grupo que funcione como foco de atuação, e que sejam buscadas reais alternativas para que aquela população possa ter seus direitos acessados e assegurados.

É importante que assistentes sociais compreendam a ruptura com o conservadorismo no Serviço Social. É preciso compreender a necessidade de direitos, lutas sociais e

⁴⁸ 1º Mapeamento dos terreiros do DF será lançado nesta quinta-feira (3), em uma grande festa em Brasília. Ministério da Cultura. 02 de Maio de 2018. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/1%C2%BA-mapeamento-dos-terreiros-do-df-sera-lancado-nesta-quinta-feira-3-em-uma-grande-festa-em-brasilia/10883 (Acesso em 23 de Agosto de 2018)

reivindicações de mulheres, população negra, LGBT e outros segmentos que foram violentados e tiveram direitos negados. É preciso ressaltar que aspectos como a diversidade sexual trataram-se de conquistas, pois inicialmente não eram tratados no Serviço Social (CISNE, SANTOS, 2018). A defesa da diversidade sexual e o combate à discriminação em relação a orientação sexual e identidade de gênero como bandeiras de luta da categoria se constituíram com base nas lutas e militância de estudantes, profissionais, movimentos sociais e sujeitos coletivos.

Movimentos populares a partir da década de 1970 transformaram o caráter conservador da profissão, e trouxeram um maior compromisso com a classe trabalhadora, tal aspecto passou a ser reconhecido inclusive pelo código de ética (CFESS, 1993) que defende a liberdade como valor ético-central. Mesmo que o Serviço Social tenha passado pelo processo de renovação, ainda existe uma imagem identitária vinculada a imagem profissional, a ideia do que é esperado de uma assistente social, assim como o reforço do ideal vocacional (CISNE, SANTOS, 2018).

As metamorfoses do contexto político atual impõem obstáculos para a preservação e sustentação do projeto ético-político do Serviço Social, que incidem com a emergência de movimentos sociais. É fundamental dentro deste contexto que a profissão seja mantida como exemplo de resistência ao conservadorismo, com a atuação sempre pautada no projeto ético-político profissional, orientado pela perspectiva de emancipação das classes exploradas, humilhadas (LOPES, 2016).

Apesar da realidade de precarização e exploração da força de trabalho no atual contexto, é necessária a defesa dos princípios do Código de Ética Profissional (CFESS, 1993):

- I . Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- [...]
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;

Inicialmente é preciso tratar acerca do princípio da liberdade: no que consiste essa liberdade? A liberdade constitui a capacidade de sujeitos sociais realizarem suas escolhas com base em alternativas, possibilitando que exerçam sua autonomia e emancipação (CISNE, SANTOS, 2018). A liberdade possibilita que sujeitos sociais se expressem em sua diversidade e sejam respeitados, já que o Código de Ética Profissional (CFESS, 2018) também preza pela defesa intransigente dos direitos humanos, ou seja, de todos os seres humanos em suas especificidades e diversidade, recusando práticas autoritárias ou preconceituosas.

Em relação ao princípio de não discriminar e não ser discriminado, a questão é ultrapassar as barreiras do imediatismo, da naturalização e conseguir adentrar a categoria de universalidade (CFESS, 2018). Ou seja, é importante trazer essa categoria ética para o dia-a-dia ampliando os debates sobre o assunto e refletindo além do imediato e humanizando convivências sociais.

Reforçar esse princípio é não se restringir às limitações do espaço e do tempo que requisitam o fazer profissional, vislumbrando no horizonte da profissão a alternativa de uma sociabilidade cada vez mais plural, em que todas e todos têm lugar, voz e valor. (CFESS, 2018, p. 3-4)

O projeto societário pelo qual luta o Serviço Social, baseia-se no combate aos diversos tipos de preconceito e opressão para obter a emancipação humana e o fim da exploração da força de trabalho. “Trata-se de uma sociabilidade a qual possamos fazer fluir os desejos humanos sem opressão, preconceitos, violências e violações (CISNE, SANTOS, 2018, p.194).”

E como se alcança? Ao entrar em contato com o perfil dos usuários que são atendidos pelo Serviço Social, há um perfil diverso, portanto percebe-se a importância de que Assistentes Sociais não naturalizem o racismo, nem reforcem a questão da responsabilização das mulheres, e nem tenham limitação em relação a diversidade sexual e diversas possibilidades de organizações familiares.

“[...] fortalecimento de ações de resistências, antirracistas, feministas e de classe, abrindo possibilidades para a tomada de consciência crítica para o “novo”, requisitando a dimensão pedagógica da profissão (CFESS, 2018).” A profissional deve atuar de maneira ética e sob uma perspectiva de direitos e recusar práticas que tenham ligação com crenças, valores, opiniões próprias, pois acima de tudo, deve-se garantir à população usuária o acesso à informações, benefícios e serviços, para assim promover a emancipação humana e a transformação da realidade. A prática consciente em favor da cidadania e da justiça social deve ser transformadora e não mantenedora do sistema.

É importante trazer as discussões de gênero e raça para a construção políticas públicas, porque o Brasil é um país em que as desigualdades, discriminação de gênero, orientação e raça afetam a maioria da população. Geralmente se utiliza o termo “minorias” para se referir a grupos que sofrem alguma discriminação, que são marginalizados dentro da sociedade e que encontram dificuldades para ter representatividade política. Mas de maneira alguma, esses grupos são minoria no sentido de quantidade. Ou seja, a falta de políticas públicas que incluam gênero, raça e orientação sexual, não está excluindo grupos isolados e sim a maioria da população brasileira.

Mulheres, LGBT's, negros e indígenas são alvos da violação de direitos, a violência que passam aumenta durante crises do capitalismo (CISNE, SANTOS, 2018). Esse fato aponta para a necessidade de que diversas áreas da atuação como: educação, saúde, assistência social, sócio jurídico, profissionais atuem com esses indivíduos para que cresçam as políticas públicas, e ganhe mais visibilidade a necessidade desses sujeitos, lutando também pela defesa de seus direitos (CISNE, SANTOS, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar a escrita, imaginava tratar a intolerância religiosa especificamente voltada ao movimento de perseguição às mulheres, justificado pela própria historicidade, e por propostas de leis atuais que visam o controle e aprisionamento do corpo feminino. Porém, realizando a pesquisa bibliográfica, me deparei com uma realidade mais ampla de discriminações que afetam cotidianamente diversos grupos e populações na sociedade. O conservadorismo encontra-se presente em diversos âmbitos, e isso tornou importante fazer recortes dos aspectos apreendidos.

A questão que eu já iria tratar – a moralização e idealização do perfil do que se espera de uma mulher, principalmente no fator da procriação e casamento – traz também a valorização da família tradicional e a subsequente desvalorização de outros arranjos familiares desviantes, desrespeitando com isso uniões entre pessoas LGBT. Além dessa invisibilidade LGBT nesse sentido de se considerar família existe a violência generalizada na sociedade. Outro fator importante percebido foi a importância de relatar sobre a vivência de intolerância religiosa por adeptos de religiosidades afro-brasileiras. Todos os fatores citados são heranças conservadoras.

A percepção da importância de tratar esses outros assuntos, se deu para denunciar todas essas práticas, com objetivo de quebrar o viés da naturalização, e reafirmar que é preciso respeitar o princípio da laicidade e o direito de mulheres, LGBTs e adeptos de religiões afro-brasileiras.

Na atual conjuntura, e considerando os debates fomentados pelo ano de eleição, é preciso conhecer os projetos societários que estão em questão, quais são suas bases políticas, ideológicas e se visam interesses da classe trabalhadora ou do capital. O projeto em vigor prima pelos interesses do capital em detrimento dos interesses da classe trabalhadora (CFESS, 2018). O contexto de crise política, atenua os antagonismos de classe e se intensifica o avanço do conservadorismo. Esse avanço do conservadorismo visa o controle da atmosfera privada e de aspectos em que o Estado democrático não deveria intervir. (CFESS, 2016). São introduzidos

elementos confessionais pelo poder público, como se fossem universais. É preciso ter bastante cautela pois as crises capitalistas econômicas e políticas trazem consigo uma ameaça a valores emancipatórios. “Não por acaso, os contextos de crise aguda do capitalismo tornam-se terrenos férteis para a emergência de reformas morais, do fascismo, do obscurantismo, do irracionalismo e tantas outras manifestações de cunho autoritário e anti-humanista (CFESS, 2016, p.3).”

É preciso defender o Estado laico, para que se mantenha a democracia. A defesa do Estado laico nesse contexto é equivalente à defesa de direitos que foram conquistados historicamente, portanto é primordial. A laicidade representa uma conquista histórica, a premissa de que o Estado não pode intervir sobre a liberdade de crença e que se torna inaceitável intervenções pautadas em aspectos da vida privada (CFESS, 2016).

Como assistente social em formação, me preocupa presenciar os retrocessos e desmontes do que foi conquistado. É muito importante a reafirmação do projeto ético político do Serviço Social (CFESS, 1983), a importância da liberdade. Liberdade ampla de existir, de coexistir a diversidade.

Segundo Simões (2005, p.17)

O tema da religião, vinculado ao Serviço Social, como profissão privilegiada da prestação dos serviços sociais não tem sido abordado no Brasil. Mesmo os valores religiosos tendo sido servido, de forma explícita na literatura nacional (a não ser por muito poucos trabalhos de pós-graduação – especificamente mestrado) de que o tema da religião tenha sido enfocado como um objeto próprio de pesquisa.

Percebe-se que mesmo que a religião católica tenha sido marco fundador do Serviço Social e que a profissão ainda carregue o estigma de benevolência, assim como as assistentes sociais carregam o estigma vocacional (CISNE, SANTOS, 2018), a religião não é uma temática muito recorrente em pesquisas dentro do Serviço Social.

Outro aspecto a ser considerado é que existem diversas faculdades que possuem o curso de Serviço Social, inclusive católicas, de cunho confessional, com cursos a distância. Ou seja, é preciso tratar a temática de uma maneira mais abrangente para uma prática profissional ética sem discriminações,

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 1983)

É preciso tratar a temática, para preservar o Serviço Social laico. E no contexto profissional, existe a atuação profissional em organizações que baseiam-se em princípios religiosos, como eu pude presenciar na vivência do estágio. A perspectiva da ajuda era

valorizada, e quando valoriza-se essa perspectiva deixa-se de reconhecer a atmosfera dos direitos. Além disso eu conseguia reconhecer atitudes machistas e dotadas de moralismo em relação às usuárias e conseguia perceber o quanto estava atrelado a base doutrinária da instituição. Ao exercer a atuação nessas instituições, é preciso que o profissional baseie-se no Código de Ética (1993), e o/a assistente social deve utilizar de sua autonomia para transformar o contexto limitador.

Ao adentrar esse campo de dificuldades na realidade profissional se percebe a necessidade de o/a assistente social se apropriar de conhecimentos teóricos adquiridos no processo de sua formação, e além da formação pois como consta no Código de Ética (1993), o profissional deve ter: “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.” (CFESS, 1993)

Tal princípio fundamental é necessário para que esse/a profissional realize sua intervenção de modo a promover transformações na instituição em que trabalha, impactando na qualidade da prestação de serviços, prezando pela efetivação dos princípios éticos da profissão. O/A profissional deve atuar de maneira ética e sob uma perspectiva de direitos e recusar práticas que tenham ligação com crenças, valores, opiniões próprias, pois acima de tudo, deve-se garantir à população usuária o acesso à informações, benefícios e serviços, com vistas à emancipação humana e à transformação da realidade.

Sugiro como estudos futuros, pesquisas acerca da atuação de assistentes sociais em instituições religiosas e comunidades terapêuticas com base na fé, na busca de compreender sua relação com a laicidade. É importante a obrigatoriedade de disciplinas que tratem de gênero e sexualidade, raça e etnia no currículo de Serviço Social, pois dessa forma assistentes sociais em formação terão arcabouço teórico para nortear sua intervenção profissional voltada para a inclusão das diversidades presentes na sociedade. Ressaltando também que estas matérias ajudam a romper com a herança religiosa da profissão e possibilitam um olhar mais amplo, voltado cada vez mais para a defesa e garantia de direitos universais (CFESS, 1993).

Em relação a considerações sobre o desenvolvimento do trabalho especificamente, para mim foi importante ver como temos muito o que aprender com as sociedades primitivas, a maneira como realizavam seus cultos à grande mãe, e às formas femininas, é necessário fazer esse resgate ancestral, percebendo a atual violência que ocorre com as mulheres que sofre influências do afastamento que tivemos das religiões matriarcais no momento em que instituiu-se um Deus homem. Fato que refletiu-se no patriarcado, com a existência da família

monogâmica (ENGELS, 1984), marcando a submissão feminina. Importante também perceber a reverência que os povos antigos tinham à terra, analisando a atual situação do planeta, e como as atitudes individuais impactam no planeta, sendo assim necessário o ser humano se reconectar com a Terra, para reaprender a cuidar dela e de sua natureza.

Foi possível pensar o quanto a religião é uma ideologia que pode contribuir para a disseminação de preconceitos e até o genocídio de culturas, e perceber que as marcas deixadas pela colonização, deixaram impactos que influenciam socialmente até hoje, com as desigualdades existentes entre homens e mulheres, e se atenua ainda mais quando se insere o quesito raça, onde mulheres e homens negros sofrem ainda mais por essa desigualdade, seja a nível de emprego, saúde ou educação. Além disso, os índices de feminicídio demonstram o quanto são mais mulheres negras que morrem em comparação às brancas. Chama a atenção, ainda, a ideia conservadora de que as mulheres precisam ser puras, e voltadas à maternidade, o que culmina na polêmica do aborto.

A questão do aborto, que já era proibido na Idade Média onde as mulheres que abortavam e realizavam contracepção eram consideradas bruxas e sujeitas à morte (FEDERICI, 2017). Até hoje mulheres são condenadas a morte e a prisão por abortarem, e essas mulheres são em sua maioria negras, porque pobreza tem cor no Brasil, e são estas que mais sofrem as duras da criminalização do aborto. É urgente que o aborto seja descriminalizado e além disso, legalizado conforme foi explicado, para que seja um procedimento que possa ser realizado pelo SUS.

A violência contra as mulheres, desdobra-se também na violência existente contra LGBTs, pois a partir do gênero feminino surge a premissa da família, e logo, a valorização da família heteropatriarcal burguesa. Outros arranjos são considerados desviantes, e nem são considerados famílias. Ainda existe uma moralidade sobre tratar as questões LGBT em âmbito público pois logo surgem falas como se fosse “ideologia de gênero”, como se o objetivo fosse converter todas as pessoas a se tornarem homossexuais. E tal perspectiva impede que hajam avanços e políticas para tratar a necessidade de direitos de pessoas LGBT. É preciso combater esse viés moralizador de tratar como escolha, doença, pois esses tratamentos na esfera pública, refletem-se também em outros campos quando pessoas LGBT são violentadas e desrespeitadas em diversos espaços, dentro de suas casas, nas ruas, passando inclusive por casos de violência policial. Esse tipo de violência precisa ser tratado como LGBTfobia, pois trata-se de uma prática social dentro de um sistema opressor de uma classe excluída (CISNE, SANTOS, 2018).

É preciso adicionar como consideração também a situação da população indígena hoje no Brasil, que não foi abordada no trabalho, em relação a contemporaneidade, mas é inegável a riqueza étnica da cultura e dos ritos sagrados. Atualmente há uma verdadeira omissão do Estado em relação a seus direitos. Segundo o cacique Ninawá Huni Kui⁴⁹ em entrevista para o Jornal da USP (2017) por mais que tenham existido avanços nos direitos dos povos indígenas, as condições em que vivem, principalmente no Norte do país são bastante precárias. Faltam hospitais, medicamentos, saneamento básico, higiene, alimentação, água potável e existe dificuldade de locomoção das populações que vivem isoladas. Existe hoje uma luta travada pela demarcação de terras indígenas⁵⁰.

A demarcação dessas terras constitui-se como direito dos povos indígenas desde a constituição de 1988 (FUNAI, 2017). Os direitos sobre essas terras são essenciais, entretanto ocorrem conflitos fundiários por disputa pelas terras indígenas, e muitas vezes o estado não garante essas terras, destinando-as a outros fins. Uma conquista obtida em Brasília graças à luta de indígenas e ativistas foi a conquista de 32,6 hectares para a permanência do Santuário dos Pajés⁵¹. A luta durou 13 anos com a construção do setor Noroeste. Ou seja, a população indígena encontra-se muitas vezes “sem lugar” e sem inserção na sociedade, sem possibilidade de educação e trabalho. Além disso uma necessidade que deveria ser básica de luta por terras.

O fim do regime colonial não trouxe consigo políticas para favorecer a população indígena e negra, o que trouxe a ampla desigualdade, exclusão social e revelou uma omissão estatal (MEDEIROS, 2015). Ou seja, as marcas da colonização permaneceram tanto materialmente como no campo das ideologias baseadas no patriarcado e no racismo, e é necessário que avancemos ainda mais rumo à equidade desses povos.

⁴⁹ FERREIRA, Ivanir. **Relatos revelam descaso com a população indígena do Acre**. Jornal da USP, 18 de Julho de 2017. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-da-saude/relatos-revelam-descaso-com-a-populacao-indigena-no-acre/> (Acesso em 24 de Agosto de 2018)

⁵⁰ Terra Indígena (TI) é uma porção do território nacional, de propriedade da União, habitada por um ou mais povos indígenas, por ele(s) utilizada para suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessária à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Trata-se de um tipo específico de posse, de natureza originária e coletiva, que não se confunde com o conceito civilista de propriedade privada. (FUNAI, 2017) FUNAI. Terras indígenas: o que é?. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/demarcacao-de-terras-indigenas> (Acesso em 26 de Agosto de 2018)

⁵¹ LIMA, BRUNA. **Após 13 anos na Justiça, indígenas obtêm demarcação de terras no Noroeste**. Correio Braziliense, 26 de Junho de 2018. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/06/29/interna_cidadesdf.691991/apos-13-anos-na-justica-indios-obtem-demarcacao-de-terras-no-noroeste.shtml (Acesso em 26 de Agosto de 2018)

Outro dado importante é o quanto o Brasil precisa avançar em políticas de combate à intolerância religiosa. Por mais que existam políticas, é preciso que exista mais visibilidade, é preciso que a intolerância e o preconceito sejam punidos por lei, para que saia da esfera da naturalização como se fosse algo comum. A violência vivenciada todos os dias por adeptos de religiões afro-brasileiras em prol de sua religiosidade, é dolorosa. Foi possível perceber com esse trabalho que ela é estrutural e decorrente de uma estrutura patriarcalista e racista.

Segundo dados do IPHAN (2012) no Distrito Federal temos uma diversidade religiosa seja de centros que seguem o modelo religioso afro-brasileiro e além disso, denominou-se a capital como “Brasília Mística” pois na cidade e em suas Regiões Administrativas reúnem-se muitas práticas culturais e religiosas. Além das Igrejas Cristãs (Católicas, Evangélicas, Pentecostais e Neopentecostais), temos o Vale do Amanhecer, Comunidades Hare Krishna, Espiritismo, Nações do Candomblé, Centros de Umbanda, Encantaria, Jurema, Santo Daime, Umbandaime, União do Vegetal, Demais linhas que comungam Ayahuasca, Círculos de mulheres, Centros Universalistas, Legião da Boa Vontade, Rosacruz, há uma variedade imensurável, inclusive de práticas que nem se tem conhecimento. Ou seja, estamos em um local onde o sincretismo é bastante presente, há uma coexistência de diversidade em um estado que não é grande. Por isso também novamente afirmo a necessidade de reconhecimento dessa diversidade e de práticas que combatam a intolerância religiosa.

Somos síntese de um passado de dominação e exploração com raízes na escravidão, no colonialismo e no patriarcalismo. Da mesma forma, também somos síntese de um passado de lutas e resistências, que repousam suas raízes na colônia, nas senzalas, nas aldeias indígenas, nos quilombos, no cangaço, nas rebeliões, nas revoltas, nas casas, nas praças, nas ruas...Assim, exploração, opressão e resistência integram profundos processos da realidade de luta de classes. (CISNE, SANTOS, 2018, p. 97)

Chama-se então atenção para a luta primordial, que deve ser realizada junto com os demais combates de gênero, raça, etnia, religiosidade e sexualidade. Pois, nenhum destes grupos terá reais possibilidades de escolha e liberdade, na sociedade capitalista (CISNE; SANTOS, 2018). Saffioti (2013) afirma que, para que ocorra a manutenção do capitalismo, o mesmo possui suas artimanhas de realizar pequenas concessões para a população. Estas são realizadas para que os cidadãos não se levantem e reivindiquem uma nova ordem social, que não tenha mais como base a exploração de um ser humano pelo outro.

As conquistas realizadas pelas políticas públicas, frutos obviamente de lutas intensivas, amenizam esporadicamente e não acabam, com o real problema. Isto é, o Estado cede em pequenas porções, para que o mesmo garanta sempre a soberania do capital ordenando a

sociedade (SAFFIOTI, 2013). Para a superação de expressões do patriarcado e racismo, é indispensável seguir lutando por direitos, construindo resistências frente ao conservadorismo, acreditando e buscando alternativas para um novo modelo de sociedade, que não seja pautado na exploração entre seres humanos (MARX, 2011), e sim em sua cooperação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. 2 ed. Barueri – SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. P.4. Velho Testamento BRASIL.

ADPF 442. Petição inicial. Rel. Min. Rosa Weber. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/audienciasPublicas/anexo/DespachoConvocatoriointerrupcaoGravidez.pdf> (Acesso em 26 de Agosto de 2018)

ALVEZ, Lindamar. **A concepção de família que orienta a intervenção profissional do assistente social**, 2015

ALMEIDA, Ângela Mendes de. **Pensando a família no Brasil: Da colônia a modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo, 1987

ARAÚJO, Emanuel. **História das mulheres no Brasil**. 2ª.ed. – São Paulo : Contexto, 1997

ANDERSEN. Esping, Gosta. **Fundamentos sociales de las economias posindustriales**. Ed. Ariel, Barcelona, 2000. (P. 49 a 100).

BASTIDE, R. **Candomblé na Bahia: Rito nagô**. São Paulo, Companhia das Letras. 2001

BARBOSA. Ivison Guilherme Teixeira; GOMINHO. Leonardo Barreto Ferraz. **A religião e a política de um Estado Laico: O proselitismo religioso do Congresso Nacional que põe em risco a essência de nossa democracia**. Jusbrasil. 2016 Disponível em: <https://ferrazbar.jusbrasil.com.br/artigos/417434145/a-religiao-e-a-politica-de-um-estado-laico-o-proselitismo-religioso-do-congresso-nacional-que-poe-em-risco-a-essencia-de-nossa-democracia>

BARROS. Priscilla Cordeiro Cruz de. **O Estado de Bem Estar Social e as possibilidades de superação da divisão sexual do trabalho** (UFPE), 2017

BOFF. LEONARDO. **Fundamentalismo a globalização e o futuro da humanidade**. Editora Sextante. 2002

BOTELHO, Denise. **Educação: Yabás, contribuições para a discussão de gênero e raça.** In: Gênero e Feminismos: convergências (ind)disciplinares. Brasília: 2010

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** 5 de Outubro de 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm (Acesso em 27 de Agosto de 2018)

BRASIL. Código Penal (1940). **Decreto-lei nº 2848** de 7 de Dezembro de 1940 Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html> (Acesso em 27 de Agosto de 2018)

BRASIL. **Estatuto da Família. Projeto de Lei nº 6.583/2013,** Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1159761

(Acesso em: 26 de Agosto de 2018)

BRASIL. **Lei Federal 7.716/89, Alterada pela Lei Federal 9.459/97.** 5 de Janeiro de 1989.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7716.htm (Acesso em 26 de Agosto de 2018)

BRASIL. **Lei Federal 10.639 de 9 de janeiro de 2003.** DOU. De 10 de Janeiro de 2003.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm (Acesso em 26 de Agosto de 2018)

BRASIL. **Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340/06,** de 7 de Agosto de 2006. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm (Acesso em 27 de Agosto de 2018)

BRASIL. **Proposta de Emenda Constitucional 181/2015.** Câmara dos Deputados, 2015.

Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2075449>

(Acesso em: 26 de Agosto de 2018.)

BRASIL, **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.** Ministério da Justiça e Cidadania, 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade.** 16. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 11. Ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2013.

CASTRO, Yeda Pessoa. **Falares africanos na Bahia**. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras. 2001

CARNEIRO, Alessandra; FRAGA, Cristina. **A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: Da violência denunciada à violência silenciada**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.110, p.369-397, abr./jun. 2012.

CARNEIRO, Paulo Luiz. **Chute na imagem da padroeira do Brasil choca país e é reprovado por religiosos**. O Globo, 09 de Outubro de 2015. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/chute-na-imagem-da-padroeira-do-brasil-choca-pais-e-reprovado-por-religiosos-1-17738478> (Acesso em 26 de Agosto de 2018)

CEPLIR. **Cartilha Liberdade Religiosa e Direitos Humanos**. Promoção e Defesa da Liberdade Religiosa. UFF, 2018

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

CFESS. **A Religião como direito humano e os desafios ao Serviço Social**. Boletim online conexão geraes. ANO 3 | N. 11 | JULHO/AGOSTO/SETEMBRO DE 2018

CFESS. **Em defesa do Estado Laico**. CFESS Manifesta. Brasília (DF), 6 de janeiro de 2016

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2. Ed – São Paulo : Brasiliense, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Mãe, Mulher ou Pessoa: discutindo o aborto**. Lua Nova, vol. 1. n.1. São Paulo, 1984.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. Cortez Editora. São Paulo: 2018

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N° 001/99**. de 22 de Março de 1999 Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf (Acesso em 25 de Agosto de 2018)

COLLET, Fiorelo. **A visão dos vencidos da América Latina**. Mestrado em Ciências da Religião, Universidade Católica de Goiás, 2001.

DEODATO, Livia – **O que é misoginia?**. O Valor do Feminino. 25 de Julho de 2017. Disponível em: <https://www.ovalordofeminino.com.br/artigo/o-que-%C3%A9-misoginia>. (Acesso em: 15 de Junho de 2018)

DIAS, Viviane. **Refamiliarização da Política Social. In a refamiliarização da assistência social brasileira sob a égide neoliberal.** Trabalho de Conclusão de Curso, UnB, 2015.

DINIZ, Debora. **Dez palavras sobre laicidade.** X Seminário LGBT. Brasília, 14 de maio de 2013

DINIZ, Debora; COSTA, Bruna; GUMIERI, Sinara. **Nomear feminicídio: conhecer, simbolizar e punir.** Revista brasileira de ciências criminais, ISSN 1415-5400, N°. 114, págs. 225-239. 2015.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo and MADEIRO, Alberto. **Pesquisa Nacional de Aborto 2016.** *Ciênc. saúde coletiva* [online]. vol.22, n.2. 2017

DIP, Andrea. **Debora Diniz: “Todas as mulheres fazem aborto, mas só em algumas a polícia bota a mão”.** El País, 3 de Agosto de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/02/politica/1533241424_946696.html (Acesso em 22 de Agosto de 2018)

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

EHRENREICH, Barbara; ENGLISH Deirdre. **Bruxas, Parteiras e Enfermeiras: Uma História das curandeiras.** Tradução: Bruxaria Distro, Editora Subta. 2016

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1984.

Exame da Oab. **Aborto – O que diz a lei.** Jusbrasil. 2016. Disponível em: <https://examedaoab.jusbrasil.com.br/artigos/414535657/aborto-o-que-diz-a-lei> (Acesso em: 21 de Agosto de 2018)

FAUR, Mirella. **O Legado da Deusa: Ritos de passagem para mulheres.** Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 2003.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpos e acumulação primitiva.** Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FILHA, Amélia Santos Mota. **Método e História em Max Weber: a ética protestante e o espírito do capitalismo.** Revista História. USP. Vol.35. nº72, 1967.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala.** 48ª ed. São Paulo: Global Editora, 1936.

- GANEM, Cassia Maria Senna. **Constituição de 1988: 20 anos depois. Os alicerces da redemocratização**. Londrina, 2008.
- GOMES, Francisco José Silva. **A Cristandade medieval entre o mito e a utopia**. Pp.221 – 231. Rio de Janeiro: Dezembro 2002.
- HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. 26ª Ed. São Paulo, Companhia das Letrinhas, 1995.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo, CELATS/Cortez, 1992
- IBGE (2000, 2010), **Microdados dos censos demográficos**. IBGE, 2000 - 2010
- JULIO, Suelen Siqueira. **Mulheres indígenas na América Latina Colonial**. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis: julho 2015
- JUNIOR, Araujo Avelar Santos – **Cosmovisão e Religiosidade Andina: Uma dinâmica histórica de desencontros e reencontros**. (Interações Cultura e Comunidade/ V.4 n.5 / p.149 – 162/ 2009.
- LESSA, Sérgio. **Abaixo a família monogâmica**. Instituto Lukács, São Paulo, 2012.
- LOPES, Josefa Batista. **50 anos do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina: a construção da alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo**. R. Pol. Públ., São Luís, v. 20, n 1, p 237-252, jan./jun. 2016.
- MACHADO, Marina Monteiro. **A trajetória da destruição: Índios e Terras no Império do Brasil**. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2006
- MARX, Karl. **A chamada acumulação primitiva**. In: Marx Karl. O Capital Vol I 2º Edição, São Paulo, Ed. Nova Cultura Ltd.2011
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MEDEIROS, Alexsandro. **Movimentos Sociais**. Sabedoria Política, 2014. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/ci%C3%A2ncia-politica/movimentos-sociais/> (Acesso em: 26 de Agosto de 2018)
- MELO, Suzana Leandro de. – **A religiosidade no Brasil Colonial: O caso da Bahia (Séculos XVI – XVII)**. UFPB. Programa de Pós Graduação em Ciências das Religiões. João Pessoa: 2010

MOTA, Francisco Alencar. **Marx e a religião: pressupostos básicos para uma compreensão da religião na obra de Marx**. Revista Dialectus, ano 2, n.4, p. 92-105, jan-jun 2014.

MOONEN. Frans. **Povos Indígenas no Brasil**. 2ªed. Recife, 2008

NETO, Alexandre Shigunov; MACIEL, Lizete Shizue Bomura - **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões**. Educar, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2, Editora UFPR. 2008.

OLIVEIRA, Carlos Augusto Ferreira de. **Cristandade: Um modelo eclesial de poder**. Fragmentos de Cultura. v. 21, p. 309-318. Goiânia: abr/jun2011

OLIVEIRA, David Mesquiati de. **Pachamama, Paqarina e Pachakamaq: uma perspectiva religiosa quéchua sobre natureza e religião** (2017) Estudos de Religião, v. 31, n. 1 • 61-76 • jan.-abr. 2017

OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto - **A Presença Indígena na Formação do Brasil** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, Tory. **Câmara analisa PEC 181. Entenda seus impactos sobre o aborto no Brasil**. Carta Capital, 06 de Dezembro de 2017 Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/camara-vota-pec-181-entenda-seus-impactos-sobre-o-aborto-no-brasil> (Acesso em 21 de Agosto de 2018)

PAIVA, Iara Cecília. **A culpa é da Eva? De deusas a pecadoras: Mulheres nas religiões**. São Paulo: Livro Novo, 2017 disponível em: <http://www.amazon.com>

PASINATO, Wânia. **“Feminicídios” e as mortes de mulheres no Brasil**. Cad. Pagu 37:219-246. 2011

PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. **As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres**. I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 2010.

PEREIRA, Potyara. **Desafios contemporâneos para a sociedade e a família**. In. Serviço Social e Sociedade Nº 48, ano XVI, Ed. Cortez, São Paulo, 1995. (P. 103 a 114)

PIMENTEL, Maria do Rosário. **Viagem ao fundo das consciências: A escravidão na época moderna**. Edições Colibri, Lisboa: 1995.

PRIETO, Claudiney. **Wicca a religião da deusa**. Editora Gaia, 3ª edição, 2001.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Bagoas, n.5, p.17-44, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. - 3.ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Antonia Coelho dos. **O Candomblé na representação da Yalorixá**. Entrelaçando – Revista Eletrônica de Culturas e Educação. Caderno Temático: Educação e Africanidades. N. 4 p. 26-37, Ano 2 Novembro 2011

SANTOS, Joana. Elbein dos. **Os nagôs e a morte**. Petrópolis, Vozes, 9ª ed. 1986

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995

SEGATO, Rita Laura. **Ó Édipo brasileiro – a dupla negação de gênero e raça**. Série Antropologia 400. Brasília: 2006

SILVA, Eliane Moura – **Religião Diversidade e Valores Culturais: conceitos teóricos e a educação para a cidadania**. São Paulo: Revista de Estudos da Religião. Nº 2 pp 1-14, 2004

SILVA, Nara Roberta. **O enigma da ideologia: as indicações de Marx à luz da análise lukácsiana**. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”. 2013

SILVA, Vagner Gonçalves da. **As nações do candomblé**. In: *Candomblé e Umbanda – caminhos da devoção brasileira*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2005

SIMÕES, Pedro. **Assistentes Sociais e Religião: Um estudo Brasil/Inglaterra**. São Paulo: Editora Cortez, 2005

SIQUEIRA, Sonia Aparecida de. **Multiculturalismo e Religiões Afrobrasileiras**

O Exemplo do Candomblé. Revista de Estudos da Religião. Universidade de São Paulo / Universidade Federal da Paraíba. Março 2009

SOUZA, André Luiz Nascimento de. **É o Cão, Uma análise sobre a construção da imagem de Exu como diabo cristão**. CERES/UFRN, 2016

Supremo Tribunal Federal. **Convocada audiência pública em ação que discute descriminalização do aborto até 12ª semana de gestação**. 26 de Março de 2018. Disponível

em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=373569> (Acesso em 21 de Agosto de 2018)

STANCHI, Malu. **Levantamento de casos de racismo e intolerância religiosa contra religiões de matriz africana – Brasil**. PUC, Rio de Janeiro: Setembro de 2017

SWAIN, Tania Navarro. **Corpos construídos, superfícies de significação, processos de subjetivação**. Buenos Aires: 2001

TOLEDO, Livia Gonsalves. **Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior paulista**. 2008. 234 f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2008.

WASELFISZ, Júlio. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. 1ed. Brasília, 2015.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Antônio Flávio PIERUCCI (Ed). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WESTMINSTER, Assembléia. **Confissão de Fé de Westminster**. 18. ed. - São Paulo: Cultura cristã, 2008.